EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Desafios contemporâneos

Rita Virginia Argollo · Flávia Goulart Rosa
Organizadoras

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS
EDITORAS UNIVERSITÁRIAS - ABEU

Diretoria 2021-2023

Presidente
Rita Virginia Argollo

Vice-Presidente
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Diretora Secretária
Carla Rosani Silva Fiori

Diretor Financeiro
Murillo Almeida Cerqueira Campos

Diretor de Eventos
João Carlos Canossa Pereira Mendes

Diretor de Difusão Editorial
Flávio de Lemos Carsalade

Diretora de Comunicação
Susane Santos Barros

Diretor Região Norte
Sérgio Augusto Freire de Souza

Diretora Região Nordeste
Cleudene de Oliveira Aragão

Diretor Região Centro-Oeste
Lauro Eugênio Guimarães Nalini

Diretor Região Sul
Carlos Alberto Torres Gianotti

Diretor Região Sudeste
Wilberth Clayton Ferreira Salgueiro

Conselho Fiscal
Flávio Monteiro de Oliveira

Conselho Fiscal
Nilson Bezerra Neto

Conselho Fiscal
Wilson Alves-Bezerra

1º Suplente de Conselheiro Fiscal
Marcelo Jacques de Moraes

2º Suplente de Conselheiro Fiscal
Dimas de Oliveira Estevam

3º Suplente de Conselheiro Fiscal
Diogo Cesar de Carvalho Fernandes

Associação Brasileira das Editoras Universitárias - ABEU
Rua Avenida Fagundes Filho, 77, sala 24, Vila Monte Alegre
04304-010 São Paulo SP 11 5078-8826
abeu@abeu.org.br

EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Desafios contemporâneos

Rita Virginia Argollo · Flávia Goulart Rosa
Organizadoras

São Paulo
ABEU
2022

2022, autores.
Direitos dessa edição cedidos à Abeu.
Feito o Depósito Legal

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Diagramação
Deise Francis Krause

capa e projeto gráfico
Vânia Vidal

revisão
Cristovão Mascarenhas

normalização
Maíra de Souza Lima

Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

E21 Editoras universitárias: desafios contemporâneos / organizadoras: Rita Virginia Argollo, Flávia Goulart Rosa. – São Paulo: Associação Brasileira das Editoras Universitárias - ABEU, 2022.
165 p.: il.; PDF

Inclui referências.
ISBN: 978-85-60442-05-8

1. Editoras universitárias. 2. Livro acadêmico. 3. Editoração. 4. Divulgação científica. I. Rosa, Flávia G. II. Argollo, Rita Virginia.

CDD 070.592

Elaborado por Quele Pinheiro Valença CRB 5/1533

Editora afiliada à

ASOCIACIÓN DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Apresentação 7
Rita Virginia Argollo
Flávia Goulart Rosa

Visibilizar lo invisible: perspectivas de la edición académica en América Latina 11
Sayri Karp

A produção de livros acadêmicos no Brasil entre 2013 e 2019 19
Esteban Giraldo González
Elea Giménez Toledo
Juan Felipe Córdoba Restrepo

Una aproximación a los modelos de editoriales universitarias en la Argentina 45
Daniela Verón

Una mirada a la actualidad editorial en la Argentina 71
Leandro de Sagastizábal

Multilinguismo e bibliodiversidade: desafios para as Humanidades e Ciências Sociais 85
Delfim Leão
Ana Balula
Lorena Caliman Fontes

Os *e-books*: destino, esperanças e maldições da edição acadêmica **111**

Jézio H. B. Gutierre

Prêmio ABEU pela excelência de edições acadêmicas **125**

Carlos Alberto Gianotti

Relação entre revisão, revisor e editora universitária: uma discussão inicial **133**

Roberto Santos de Carvalho

Gessilene Silveira Kanthack

Sobre as organizadoras/sobre las organizadoras **153**

Sobre as(os) autoras(es)/sobre las(los) autoras(es) **156**

APRESENTAÇÃO

O cenário nos impõe desafios constantes

É fato que nos últimos 30 anos a internet e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação provocaram uma mudança estrutural nos processos comunicacionais no planeta, desde a chamada mídia hegemônica até as possibilidades que despontam a partir de meios alternativos. Essa transformação, claro, também tem atingido a produção e difusão editorial em todo o mundo. Talvez vivamos um grande marco no setor que nos remeta aos tipos móveis de Gutenberg. Os impactos desses últimos tempos são profundos e irreversíveis.

Para produtores e leitores/consumidores, como preferir chamar, o cenário não só nunca mais será o mesmo como passa constantemente por metamorfoses. Não basta atentar para o que surge de novo na área de *softwares* ou *gadgets* que possam auxiliar a realização das tarefas editoriais – ainda que esta seja uma missão inalcançável devido às estratégias que dominam o mercado tecnológico. Acabamos de nos apropriar de um dispositivo, logo somos seduzidos por algo dito mais moderno e sobretudo mais ágil. O imediatismo e a velocidade são a tônica.

É fundamental que repensemos o perfil do que fazemos chegar às estantes. O objeto resultado do nosso trabalho em editoras universitárias e institutos de ensino e pesquisa precisa estar em consonância com as demandas contemporâneas. Nesse sentido, a práxis requer que nos debrucemos não apenas sobre palavras escritas e os textos que nascem

delas, mas no estudo constante para compreender como têm se conformado formatos e linguagens em um panorama transmidiático.

Convivemos e precisamos entender como lidar com um público afeto ao tradicional impresso e suas especificidades e outro amplamente heterogêneo estruturado pelas bases de uma comunicação pós-massiva, que não aceita mais ser engessado em um papel de leitor que não lhe permita a interação, a participação, a autonomia. Sem dúvidas, esse panorama se constitui como mais um desafio para quem lida com a cadeia produtiva do livro na perspectiva acadêmica.

Nosso segmento carrega a força e o esforço característicos da realização científica. Os últimos anos nos levaram a sentir mais cruamente as limitações e amarras impostas ao livro, de um modo geral, e à pesquisa científica mais especificamente. Possivelmente, o significado do que vêm a ser enfrentamento, superação, criatividade e resiliência nunca estiveram tão próximos de nós. As diversas crises mundiais atingem de modo semelhante o setor livreiro e de um modo bastante específico o segmento acadêmico, as instituições de ensino superior têm sido o principal alvo da "destruição" através de cortes em seus orçamentos afetando a pesquisa e a sua disseminação.

Certa vez, um colega ressaltou que somos nós as pessoas responsáveis por acompanhar as sutilezas da concepção e confecção de um livro até as necessidades básicas da editora, de compras a gestão de pessoas. Cai sobre muitos de nós ainda a atividade própria do magistério, as demandas de pesquisa e extensão inerentes a uma universidade, que mantém viva uma instituição. Ainda assim, o livro que nasce nesse contexto, que carrega com ele os atributos e particularidades de uma região e sua cultura, proporciona à sociedade um importante contributo para a transformação social.

Reside aí mais uma provocação: possibilitar que esse conteúdo, seja em formato impresso ou *e-book*, esteja acessível a qualquer

indivíduo. Olhando para o Brasil, amargamos um índice superior a 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais ainda analfabetas.[1] Essa gigantesca parcela da população sequer tem a condição de decodificar aquilo que criamos, sem falar no poder aquisitivo para levar um livro para casa. Se nos voltarmos para o âmbito do digital também nos deparamos com dificuldades de acesso, que se acentuam nas áreas periféricas e rurais. No país, 64% dos usuários de internet continuam limitados ao uso exclusivo do telefone celular.[2] Isso significa que esse patamar de conectividade pode estar reduzido a algumas redes sociais e aplicativos mensageiros.

Poderíamos discutir, além disso, a capacidade de curadoria na rede e tantos outros aspectos que limitam a navegação e distanciam ainda mais o livro dessas pessoas. Até a formação de leitores se torna complexa diante de uma situação dessas. No entanto, não podemos desistir, não nos cabe permitir que pensamentos dessa natureza nos rondem.

Vem daí a ideia deste livro. Ouvir, ler, dar voz e estarmos atentos a quem se dedica à criação e distribuição de livros em diferentes cantos do mundo. Um mundo e uma ciência que se faz não necessariamente no norte global e não exclusivamente em língua inglesa. Buscamos experiências diversas em língua portuguesa, bem como um passeio por diversos sotaques da língua espanhola, no sentido de perceber o que há de comum entre nós, esse elo que nos mantém unidos, e ainda ampliar a compreensão acerca dos aspectos sociais, culturais e econômicos característicos de cada lugar.

---

1 Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua, módulo Educação, 2019). Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

2 TIC Domicílios, Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 2021. Disponível em: https://www.cgi.br/noticia/releases/uso-da-internet-avanca-em-areas-rurais-durante-a-pandemia-revela-nova-edicao-da-tic-domicilios/. Acesso em: 14 out. 2022.

De um modo geral, os textos que compõem esta publicação trazem chamados para se pensar uma produção editorial acadêmica pautada nos pressupostos da construção coletiva, tanto de conhecimentos e saberes quanto de criação e elaboração. Também transitam pelo chamado para a bibliodiversidade e o multilinguismo na ciência, nos convocam a observar o fazer editorial universitário e suas facetas diante de um livro que pode ser escrito em uma plataforma coletiva, acessado por meio de diferentes suportes e muitas vezes simplesmente ouvido.

Este é o convite: nos colocarmos constantemente diante do conhecimento novo, nos assenhorarmos dele, buscando dinâmicas que nos permitam a adaptação e o avanço, no entanto entendendo que o panorama que nos sustenta é o da impermanência.

Rita Virginia Argollo
Flávia Goulart Rosa

VISIBILIZAR LO INVISIBLE: PERSPECTIVAS DE LA EDICIÓN ACADÉMICA EN AMÉRICA LATINA

Sayri Karp

Después de dos años de pandemia es difícil dibujar el futuro. Nunca antes nos imaginamos que podía suceder una epidemia internacional que provocara un encierro global. Esta pandemia nos trajo miedo y una gran incertidumbre que se han hecho cotidianos. Por ello, prefiero hablar del futuro que estamos construyendo juntos.

Durante estos dos años, hemos fortalecido este frente común con todos los países de América Latina y también con España. Aprendimos los beneficios de la tecnología, nos profesionalizamos y juntos hemos logrado ir más lejos. Nos dimos cuenta de que la edición universitaria es una construcción colectiva, que tenemos en nuestro poder la riqueza que implica la suma de todos nuestros fondos de publicaciones y modelos editoriales, y de lo trascendente de la circulación de estos contenidos a nivel local, nacional, regional y global.

Gracias a esta sinergia hemos consolidado proyectos y emprendido nuevas aventuras. Tenemos logros más significativos y un impacto mayor a nivel internacional. A finales de 2019, la plataforma Ulibros[1], que alberga el catálogo de obras académicas y universitarias de América Latina, con presencia de España como invitada, tenía 15,000 re-

[1] Ver en: ulibros.com

ferencias. En este momento contamos con 39,376 (70 por ciento de libros impresos y el resto de ebooks) de 354 editoriales universitarias de diez países. En poco más de dos años hemos casi triplicado la cantidad de referencias gracias a la integración de más editoriales universitarias. No cabe duda de que esta plataforma se ha convertido en un referente a nivel global.

Del total de editoriales en Ulibros, 125 son brasileñas, pero sólo 37 participan activamente con 2,104 referencias, que es poco dada la producción académica universitaria en Brasil. La presencia de los catálogos de cada uno de ustedes es muy valiosa, ya que la suma de estas publicaciones enriquece la bibliodiversidad y refuerza la exigencia del reconocimiento al multilinguismo en la ciencia. Por ello quiero reiterarles que aprovechen esta oportunidad y sean parte de esta gran vitrina.

Desde 2020, en colaboración con las principales ferias internacionales del libro, hemos organizado una serie de eventos enmarcados en el proyecto de Enlazadas: es decir, las editoriales universitarias iberoamericanas conectadas para promover y visibilizar la rica producción académica en español y portugués, para destacar la importante aportación de las universidades y acentuar el trabajo en red de las once asociaciones y redes nacionales que conforman EULAC: ABEU en Brasil, REUN y REUP en Argentina, REDUCH en Chile, EUPerú en Perú, REUDE en Ecuador, ASEUC en Colombia, EDUPUC en Costa Rica, Altexto en México, Seduca en Centro América y la AUSJAL con editoriales en varios países, más la colaboración con UNE, la asociación de editoriales universitarias españolas.

El objetivo de esta propuesta es incluir a las editoriales universitarias en el diálogo y la reflexión global sobre temas transversales que nos atañen a todos, y al mismo tiempo despertar el interés del público en temas como la violencia de género, los problemas de medio ambiente y los derechos humanos.

Creo fervientemente que hay autores académicos en todas nuestras universidades que pueden contribuir, a través de sus publicaciones y su participación, en la definición de estrategias y en la búsqueda de soluciones a los problemas que actualmente nos aquejan para mitigar el deterioro e impulsar el bienestar social.

Es así que en 2020 lanzamos la primera convocatoria y conformamos el primer catálogo temático iberoamericano sobre género (https://enlazadas.eulac.org/contra-las-violencias-de-genero/catalogo/), para poner a disposición de los especialistas y los lectores interesados la oferta de contenidos académicos publicados por las editoriales universitarias en el marco de la iniciativa de Enlazadas contra las violencias de género. Nos parecía urgente participar en la conversación global y ofrecer herramientas que sirvieran para mitigar la violencia que se incrementó de manera considerable con el encierro. Por ello, al catálogo temático le sumamos en el marco de FIL Guadalajara una jornada con tres paneles de discusión y un conversatorio en el que participaron 18 expertos en el tema.[2] Y este experimento dio muy buenos resultados.

En este primer catálogo temático, que dividimos en seis rubros, conjuntamos 557 títulos de 93 editoriales de ocho países, 64 de ellos en acceso abierto.

En 2021 cambiamos la estrategia para fortalecer la plataforma Ulibros. Primero llevamos a cabo una campaña con todas las asociaciones y redes para invitar a todas las editoriales universitarias a ser parte del segundo catálogo temático dedicado a medio ambiente,[3] en el marco de Enlazadas por el medio ambiente. Con financiamiento de varias asociaciones, decidimos otorgarle a cada editorial universitaria, de cualquier país de América Latina, una cuenta básica sin costo para

[2] Ver en: https://enlazadas.eulac.org/contra-las-violencias-de-genero/programa/.

[3] Ver en: https://medioambiente.ulibros.com.

que cada editor pudiera gestionar los metadatos de sus publicaciones y ser parte de este nuevo catálogo y de manera simultánea de la plataforma Ulibros. También ofrecimos capacitación para facilitar el trabajo en el Sistema Integrado de Metadata Estandarizada, que es la estructura sobre la cual hemos construido las bases de este ecosistema digital de publicaciones.

En este segundo catálogo participaron 123 editoriales de nueve países, logramos conjuntar 1,127 títulos, 134 en acceso abierto.

El objetivo de esta propuesta es generar un debate desde distintas perspectivas de los diversos problemas que vivimos en torno a la degradación ambiental. Es una invitación a reflexionar sobre temas que comprometen nuestra sobrevivencia y de los que se requiere un trabajo innovador y una toma de decisiones colectiva. Invitamos a especialistas de reconocido prestigio a explicar de manera clara y sencilla las cuestiones principales de cada problemática y a dar propuestas que ayuden a la solución de las mismas en los cuatro paneles virtuales que llevamos a cabo en el marco de importantes ferias internacionales del libro, a cada panel le asignamos una temática específica que se convirtió en un eje temático dentro del catálogo: Enlazadas por la conservación de la biodiversidad (FILBO), por un planeta sostenible (FILBA), por la mitigación del cambio climático (Frankfurt) y por la educación ambiental (FIL Guadalajara).[4]

Con esta iniciativa aspiramos no sólo a generar el intercambio académico entre investigadores, profesores y estudiantes de diferentes países, también nos interesa generar sinergias entre autores, editores, distribuidores, libreros y lectores, promover la capacidad crítica de las personas y colaborar en la democratización del conocimiento.

[4] Ver en: https://enlazadas.eulac.org/por-el-medio-ambiente/programa/.

Este año, estamos trabajando en la creación de un catálogo sobre derechos humanos,[5] y también estamos considerando dividir el catálogo en cuatro ejes temáticos que corresponderán a las cuatro mesas de discusión que llevaremos a cabo en torno a Enlazadas por los derechos humanos: por el derecho a la migración, la igualdad y la diversidad (para crear un puente con el catálogo de género), por la protección y el uso sostenible de los ecosistemas (para crear un puente con el catálogo de medio ambiente), por la impartición y el acceso a la justicia, y por el derecho a la información, la cultura y la libre expresión dentro de las actividades de FIL Bogotá, FIL Lima, la Feria del Libro de Frankfurt y FIL Guadalajara, respectivamente.

La semana pasada enviamos a todas las editoriales la convocatoria para participar en el catálogo de derechos humanos, hace un mes tuvimos la primera capacitación para recordarle a los editores la importancia del cuidado de los metadatos y el 26 de abril realizamos el primer panel Enlazadas por los derechos de la mujer migrante en modalidad híbrida, aprovechando que la FIL Bogotá regresó a la presencialidad.[6] Esta experiencia afianza la participación de las universidades en la discusión global.

Cabe señalar que estos catálogos están pensados para que estén en constante desarrollo, de tal manera que si los editores tienen nuevos títulos los puedan integrar y así seguir enriqueciendo la propuesta.

El catálogo de derechos de las editoriales universitarias latinoamericanas, otro de los proyectos colectivos, también abre una puerta a la internacionalización.

En 2018 publicamos el primer catálogo de derechos[7] y lo presentamos en la Feria del Libro de Frankfurt, en 2019 publicamos el

---

5 Ver en: https://derechoshumanos.ulibros.com/.

6 Ver en: https://enlazadas.eulac.org/por-los-derechos-humanos/programa/.

7 Ver en: https://catalat.org/.

segundo, en 2020 el tercero y en 2021 el cuarto, que también fue un catálogo temático. Esta iniciativa es un pasaporte para llegar a otros territorios y a otros lectores en otras lenguas, para promover la coedición y la traducción. Es un puente que hemos estado construyendo para integrarnos a la edición académica y universitaria mundial. Y aunque camina lentamente considero que debemos seguir insistiendo hasta que se convierta en un vínculo para que los editores de otros países que hablan otras lenguas conozcan la producción académica latinoamericana.

Otro gran proyecto digno de mencionar es la Cartografía de la edición académica latinoamericana que iniciamos en 2020. Este estudio lo estamos desarrollando junto con el Consejo Superior de Investigaciones Científicas de España (CSIC), el Centro de Estudios y Políticas Públicas del Libro (UNSAM, Argentina) y el Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (Cerlalc) y gracias al apoyo de varias universidades y la generosidad de algunos editores universitarios.

Para realizar este estudio ha sido necesario establecer un perfil de la edición académica que nos permita medir y entender este sector. Con base en la información que el Cerlalc nos brindó sobre el ISBN de 17 países de América Latina de 2013 a 2019, llevamos a cabo una primera revisión de la producción académica por materia y después consultamos los resultados con editores en los distintos países para validar las bases de datos nacionales. En algunos países contamos con datos incompletos para hacer los diagnósticos, y también nos dimos cuenta que un número de ISBN no es igual a un título y que los datos que el editor pone en el formato de solicitud, como la clasificación temática no son del todo fiables.

Hacemos este estudio para darle valor a nuestro trabajo, para defender la edición universitaria y académica ante las autoridades

institucionales, para saber quiénes somos, qué publicamos, cómo lo hacemos, quién más publica libros académicos, y nos ayuda a tener un mejor conocimiento de este sector y entender qué lugar ocupamos en las industrias nacionales, tomar decisiones en todos los niveles, impulsar la creación de políticas públicas, identificar y promover las buenas prácticas, lograr un mayor reconocimiento ante las agencias de evaluación, encontrar nuevos modelos de negocio, en fin, tener certezas para definir el futuro, y seleccionar estrategias que nos permitan darle mayor visibilidad e impacto a la edición académica universitaria.

Para fortalecer el trabajo de esta red de redes que es EULAC,[8] hemos hecho un gran esfuerzo en ser bilingües, aunque todavía falta mucho trabajo por hacer. De los 13 boletines que hemos elaborado y que están disponibles en nuestra página web, 12 están traducidos al portugués.[9] Además, estamos trabajando para que en poco tiempo tengamos la plataforma de SIMEH también en portugués y de esta manera facilitarles la integración de la información al gran catálogo latinoamericano.

¿Qué futuro imaginamos? Lo queremos todo.

Queremos generar información para que la industria editorial internacional nos conozca y sepa lo que estamos haciendo; queremos crear alianzas estratégicas que nos permitan mayor visibilidad; queremos incidir en el bienestar social; queremos que la plataforma Ulibros tenga también una librería virtual de publicaciones digitales, ya que otro de nuestros objetivos principales es lograr la circulación de los contenidos en nuestros países, pero también con el resto del mundo y de esta manera ofrecerle a las editoriales una ventana más de comercialización y, al mismo tiempo, apoyar el financiamiento de los proyectos colectivos; queremos crear una red de distribución de libros

[8] Ver en: https://eulac.org/.

[9] Ver en: https://eulac.org/noticias/boletines/.

impresos teniendo como enlace un distribuidor en cada país y trabajar de manera paralela con impresión bajo demanda, aprovechando que el SIMEH nos permitirá, dentro de muy poco, realizar estas transacciones gracias a la integración del bloque 8, que sirve para subir los archivos de los libros a la plataforma.

Queremos que Ulibros y los diversos catálogos temáticos sean una referencia obligada ya que es importante mostrar a las instituciones de educación superior, a las agencias de evaluación de la edición académica, a las industrias editoriales de nuestros países y al mundo que la ciencia y la cultura también se piensan y se construyen en nuestro idioma y que la edición universitaria ocupa un lugar importante en la educación, la socialización del conocimiento y en el mundo editorial.

Estoy convencida que las instituciones de educación superior deben pensar en sus editoriales universitarias como un aliado estratégico, ya que los libros, impresos o digitales, siguen siendo el vehículo por excelencia para la circulación de la información.

Son tiempos de promover la bibliodiversidad, de ampliar los públicos lectores. Tiempos de intervenir con contenidos críticos que desafíen y promuevan el cambio. Las universidades tienen la posibilidad de generar la transformación, participar en la democratización del conocimiento y, de esta manera, cumplir con una importante función social. La edición universitaria es un vehículo para lograrlo, para visibilizar lo invisible.

A PRODUÇÃO DE LIVROS ACADÊMICOS NO BRASIL ENTRE 2013 E 2019 [1]

Esteban Giraldo González
Elea Giménez Toledo
Juan Felipe Córdoba Restrepo

Introdução

Este capítulo apresenta os primeiros resultados, para o Brasil, da pesquisa realizada pelo projeto Cartografia da Edição Acadêmica Ibero-americana. Pretende reconhecer a produção de livros acadêmicos no Brasil entre 2013 e 2019, numa perspectiva que torne os estudos comparáveis com outros países ibero-americanos. Faz parte, portanto, da intenção mais geral de forjar um panorama que permita valorizar o português e o espanhol como idiomas de comunicação científica no âmbito universal.

Trata-se de uma análise descritiva, produto do tratamento dos dados que as editoras brasileiras disponibilizaram à Biblioteca Nacional do Brasil para emissão dos ISBN correspondentes aos livros publicados no referido período.

---

[1] Este trabalho é resultado da pesquisa em Cartografia da Edição Acadêmica Ibero-americana. Conta com o apoio da chamada para fundos competitivos, Capital Semilla de Investigación (Capital Semente de Pesquisa), da Universidad del Rosario; além do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe (Cerlalc), da Plataforma Es-Ciencia, Aseúc e da Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (Eulac). Este texto não teria sido possível sem a ajuda de diversos pesquisadores e instituições. Agradecemos especialmente ao grupo de pesquisa Cartografia da Edição Acadêmica Ibero-americana, que é composto, além dos autores do capítulo, por Sayri Karp da Universidad de Guadalajara (México), José Diego González de Cerlalc, Alejandro Dujovne do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (Argentina) e Edgar Valencia da Universidad Veracruzana (México). Nosso reconhecimento e gratidão também vão para o Cerlalc, a Plataforma Es-Ciencia, a Universidad Santo Tomás (Colômbia), a Câmara Colombiana do Livro, Aseúc (Colômbia), Eulac, a Rede Altexto (México) e a Federação do Grêmio de Editores (Espanha).

Consequentemente, apresenta a produção editorial geral do Brasil, ano a ano, de 2013 a 2019, segundo agentes editoriais. Em seguida, contrasta a produção de livros estritamente acadêmicos com a produção total, indicando o tipo de editora e detalhando as informações ano a ano. Posteriormente, descreve a produção tematicamente, em virtude dos assuntos com os quais os editores relacionaram os livros que publicaram. De forma análoga, caracteriza a produção pelo formato – físico ou digital –, se é um livro comercializável ou não, pelo número médio de páginas, pela tiragem média, e se são livros traduzidos ou se estão escritos no idioma original. Além da apresentação das características indicadas, o texto avança em algumas hipóteses sobre os motivos que explicam o cenário exposto e propõe algumas inquietações que podem iluminar novas pesquisas a partir dos resultados obtidos.

1 Metodologia

Como já indicamos, a fonte da pesquisa foram os dados dos registros ISBN que a Biblioteca Nacional do Brasil cedeu ao Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe (Cerlalc).

A escolha pelo ISBN deve-se ao facto de ser a base de dados mais extensa e universalmente reconhecida pelos editores para registar a sua produção. Cabe esclarecer, no entanto, que um registro não corresponde necessariamente a um título na medida em que os ISBN são solicitados e emitidos dependendo do formato do livro: físico, digital ou impresso sob demanda. Isso significa que um único título pode ter mais de um ISBN, um para cada um de seus formatos.

Dentro do universo geral do ISBN, para consolidar o conjunto de livros acadêmicos, foi realizado o seguinte processo: foram excluídos os livros cadastrados por autores/editores, pois não são editoras apoiadas

institucionalmente, portanto, são editoras ocasionais e, geralmente, trata-se de autopublicação. Feita essa seleção, foram excluídos os seguintes assuntos considerados não acadêmicos, com base na classificação temática de Dewey – que é a utilizada sistemática e historicamente pelas agências de ISBN em nossos países: 010-Bibliografias; 030-Enciclopédias e livros factuais; 050-Revistas, jornais e folhetins; 060-Associações, organizações e museus; 070-Mídia, jornalismo e publicação; 080-Acervos gerais; 090-Manuscritos e livros raros; 130-Fenômenos paranormais; 220-A Bíblia; 240-Moral cristã e teologia piedosa; 250-Ordens cristãs e igreja local; 260-Organização cristã, serviço social e culto; 290-Outras religiões; 700-Belas artes e artes decorativas; 730-Artes Gráficas e Gravura; 740-Desenho e artes decorativas; 750-Pintura e pinturas; 760-Artes Gráficas Artes de gravura e gravura; 770-Fotografia e fotografias; 790-Artes recreativas e cênicas; 800-Literatura e retórica; 810-Literatura americana em inglês; 820-Literatura inglesa e inglesa antiga; 830-Literatura das línguas germânicas; 840-Literatura das línguas românicas; 850-Literatura italiana, românica e Reto-românica; 860-Literatura espanhola e portuguesa; 870-Literatura latina e italiana; 880-Literatura grega clássica e moderna; 890-Literatura de outras línguas; 910-Geografia e viagens; 920-Biografia.

Para ter um grupo operacional de assuntos para a apresentação de resultados, uma vez realizadas essas exclusões, os registros obtidos foram reclassificados tematicamente de acordo com os assuntos utilizados pela Investigación sobre el Libro Académico (ILIA) para o setor acadêmico espanhol (GIMÉNEZ TOLEDO, 2019, p. 12), com o objetivo de poder estabelecer uma comparação da produção editorial por países e assuntos (ver Anexo A). Assim, uma vez extraídos os metadados dos assuntos incorporados pelas editoras para cada livro publicado, seguindo a classificação de Dewey, procedeu-se a agrupá-los por grandes assuntos, conforme tabela de classificação apresentada. Uma vez agrupados, procedeu-se à descrição dos resultados obtidos a partir das informações exigidas pelo ISBN.

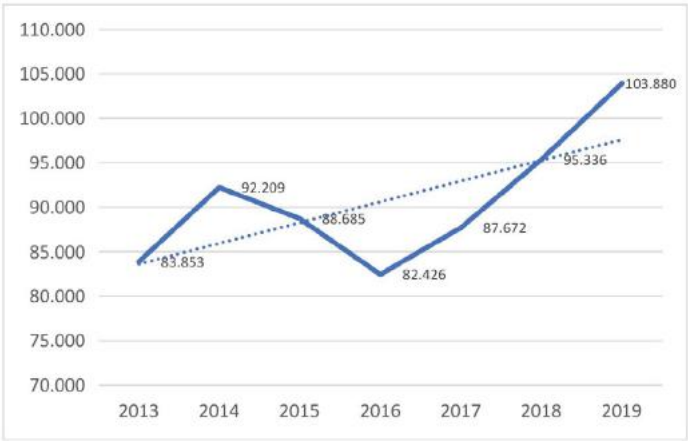
O tratamento dos dados foi realizado no Cerlalc em coordenação com o grupo de pesquisa Cartografia da Edição Acadêmica Ibero-americana.

2 Produção editorial geral

O primeiro fato relevante ao analisar a produção editorial geral do Brasil é que no período avaliado ela cresceu 23,9%, passando de 83.853 ISBN emitidos em 2013 para 103.880 em 2019. Nos sete anos estudados, foram emitidos 634.061 ISBN.

Para ilustrar a escala da produção editorial brasileira, basta indicar que na Espanha, no mesmo período, foram emitidos 553.469 ISBN. (GIL; GIRALDO; GIMÉNEZ, 2021)

Gráfico 1 – ISBN emitidos no Brasil entre 2013 e 2019



Fonte: elaborado pelos autores.

Embora tenha havido uma diminuição dos ISBN emitidos em 2015 e 2016, chegando a 82.426 registros, nos últimos três anos do período estudado, houve uma recuperação muito significativa. Ao comparar

o ano de menor produção, 2016, com o ano de maior produção, 2019, o crescimento supera os 26%. Esse fato reafirma a tendência positiva da produção editorial brasileira, em termos de número de ISBN emitidos.

Também é interessante analisar a produção editorial geral no Brasil em torno do tipo de editora[2] que solicita a emissão do ISBN. O Gráfico 2 descreve essa composição ano a ano.

Gráfico 2 – ISBN emitidos no Brasil segundo o agente editorial entre 2013 e 2019

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Autores editores	6.634	7.251	9.306	8.645	9.389	11.537	14.205
Outros	2.812	3.217	3.512	4.218	4.849	6.285	6.025
Entidades públicas	2.021	2.522	2.289	1.969	1.736	1.781	1.464
Entidade privada não editorial	14.426	15.883	15.294	15.416	15.240	18.865	21.039
Editoras universitárias	5.517	6.178	6.027	6.168	6.962	6.654	6.734
Editoras comerciais	52.443	57.158	52.257	46.010	49.496	50.214	54.413

Fonte: elaborado pelos autores.

Há uma predominância de editoras comerciais, que ao longo do período equivalem a 57,1% da produção total. O segundo grupo com maior participação é formado por entidades privadas não editoriais, com

[2] Esta tipologia é estabelecida com base na natureza jurídica e na atividade principal do requerente da emissão de um ISBN: "*Editoras comerciais*: empresas cuja atividade principal é a publicação de livros em qualquer formato e substrato disponível. *Editoras universitárias*: as instituições de ensino superior publicam livros. Esta atividade pode ser realizada por uma faculdade, departamento ou unidade especializada. *Entidade privada não-editorial*: qualquer tipo de empresa ou entidade privada que não tenha como atividade principal a edição de livros, mas que ocasionalmente o faça. *Entidades públicas*: qualquer instituição pública que não tenha como atividade principal a edição de livros, mas que ocasionalmente o faça. *Autores-editores*: autores que publicam suas próprias obras. Outros agentes editoriais: impressores, distribuidores, editores de publicações periódicas e outros agentes não identificados". (GONZÁLEZ MENDOZA, 2020, p. 19, grifos do autor)

18,3%. As editoras universitárias contribuem com 7%. Autores-editores com 10,6%, instituições públicas 2,2%, e as outras editoras com 4,9%.

Ressalta-se que ao longo do tempo a participação das editoras comerciais diminuiu, de 62,5% em 2013 para 51,4% em 2019. Em contrapartida, é notável o crescimento da emissão de ISBN em favor dos autores-editores: no período, houve um aumento de 114,1%, e deixou de ser 7,9% da produção total em 2013 para ser 13,7% em 2019. Da mesma forma, destaca-se o crescimento dos ISBN emitidos por outros agentes editoriais: seu crescimento foi de 114,3% entre 2013 e 2019. O grupo de editoras reconhecidas como entidade privada não editorial também teve um crescimento significativo de 45,8%. Nesse sentido, e considerando a relativa estabilidade da proporção de publicação universitária, que oscila em torno de 6,8% ao longo do período, podemos falar de uma progressiva "informalização" da edição de livros no Brasil?

No entanto, se os ISBN emitidos para autores-editores forem excluídos da análise, o número de registros no período será de 567.094. É a partir desse universo que a produção acadêmica foi analisada. Tal exclusão se deve ao fato de que, como editoras ocasionais, não formalmente constituídas, por definição externas à cadeia do livro, os autores-editores escapam ao interesse e às possibilidades de uma análise que tenha as editoras acadêmicas como base e objeto de seu estudo. Insistimos nessa precisão metodológica porque para dar um panorama geral da editoração é fundamental levar em conta os autores-editores, mas para entrar na análise da produção acadêmica, formalmente compreendida, é necessário abdicar dos mesmos.

3 Produção acadêmica

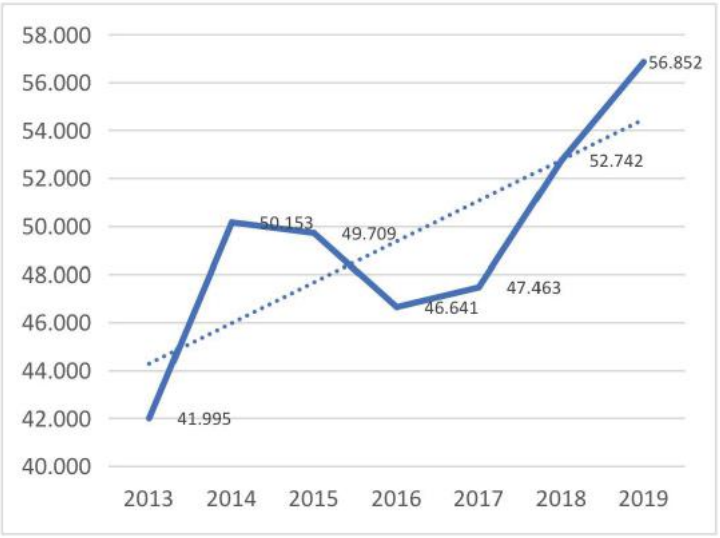
Um dos objetivos fundamentais do projeto Cartografia da Edição Acadêmica Ibero-Americana é determinar o núcleo de editoras acadêmicas

nos países da região, incluindo o Brasil. A contribuição que buscamos é a construção de uma definição conjunta e convencional que permita chegar a um consenso sobre o que se entende por publicação acadêmica na Ibero-América.

3.1 ISBN relacionados a assuntos acadêmicos dentro da produção editorial

Foram 345.555 ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas que foram emitidos entre 2013 e 2019. Isso representa 54% dos 634.061 ISBN emitidos em total no período. Há uma tendência positiva na emissão de ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas no período.

Gráfico 3 – ISBN relacionados com disciplinas acadêmicas

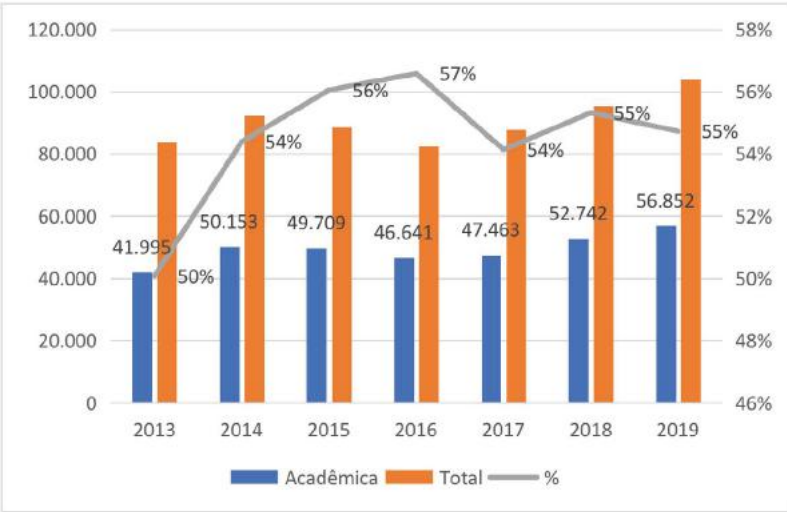


Fonte: elaborado pelos autores.

Se comparamos o ano de 2013 com 2019, houve um crescimento de 35%, passando de 41.995 para 56.852 emissões. Se avaliamos o crescimento da proporção de ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas

dentro da produção geral, nota-se que houve um aumento de 5% nos sete anos de estudo, passando de 50% em 2013, para 55% em 2019. Destaca-se também o ano de 2016, no qual os ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas corresponderam a 57% dos ISBN emitidos no ano.

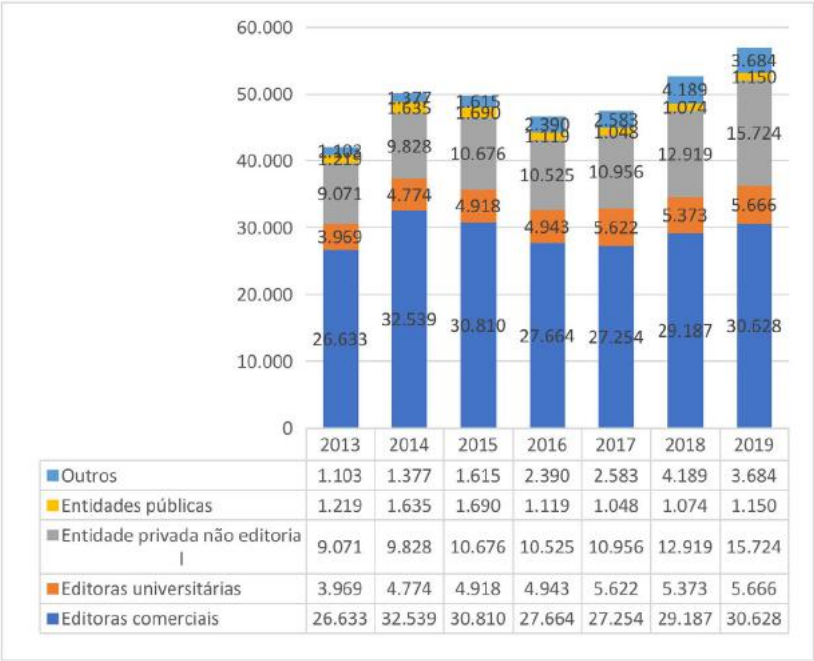
Gráfico 4 – ISBN relacionados com disciplinas acadêmicas dentro da produção editorial



Fonte: elaborado pelos autores.

Interrompendo a análise na origem dos registros relacionados a disciplinas acadêmicas, verifica-se que o setor comercial é consistentemente o maior, com os 204.715 ISBN emitidos a pedido representando 59% dos registros relacionados a disciplinas acadêmicas. O segundo agente editorial com maior produção foram as entidades privadas não editoriais, com 79.699 ISBN, equivalente a 23% dos registros acadêmicos. Seguidos pelas editoras universitárias, com 35.265 ISBN, representando 10% dos ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas emitidas no período. Seguidos por outros agentes editoriais com 16.941 ISBN, o equivalente a 5% do total, e instituições públicas com 8.935 ISBN, equivalente a 3%.

Gráfico 5 – ISBN relacionados com disciplinas acadêmicas dentro da produção editorial por tipo de editora



	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Outros	1.103	1.377	1.615	2.390	2.583	4.189	3.684
Entidades públicas	1.219	1.635	1.690	1.119	1.048	1.074	1.150
Entidade privada não editorial	9.071	9.828	10.676	10.525	10.956	12.919	15.724
Editoras universitárias	3.969	4.774	4.918	4.943	5.622	5.373	5.666
Editoras comerciais	26.633	32.539	30.810	27.664	27.254	29.187	30.628

Fonte: elaborado pelos autores.

Destaca-se a diminuição de ISBN solicitados por entidades públicas, passando de 1.219 em 2013 para 1.150 em 2019. Destaca-se também o grande crescimento na emissão de ISBNs relacionados a disciplinas acadêmicas em favor de entidades privadas não editoriais: de 9.071 em 2013 para 15.724 em 2019, um crescimento de 73% ao longo do período avaliado.

3.2 ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas por matéria

A Tabela 1 apresenta, organizadas da maior para a menor, ano a ano, as disciplinas com as quais os editores relacionaram suas publicações dentro do universo dos livros acadêmicos.

Tabela 1 – ISBN relacionados com disciplinas acadêmicas por matéria

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2013-2019
Total	215,878	248,711	243,858	228,398	236,113	259,617	280,494	1,670,727
Educación	8,586	10,785	10,964	11,754	10,197	13,164	14,210	79,660
Derecho	6,225	7,843	9,470	8,095	7,647	8,954	7,701	55,935
Filosofía	3,991	4,278	4,625	4,589	5,003	5,364	5,354	33,204
Medicina	2,872	3,601	2,810	3,218	4,212	4,395	4,406	25,514
Economía	2,878	3,869	3,572	3,248	4,175	3,498	3,770	25,010
Ciencias	3,280	3,907	2,959	2,715	2,917	3,072	2,827	21,677
Sociología	2,627	2,821	2,783	2,583	2,749	3,355	3,594	20,512
Lingüística, literatura y filología	2,188	3,459	4,464	2,312	2,295	2,652	2,743	20,113
Historia	2,099	2,988	2,267	1,902	2,047	2,103	2,115	15,521
Psicología	1,304	1,220	1,076	1,161	1,422	1,501	2,551	10,235
Ingenierías	1,389	1,582	1,571	1,708	1,406	1,171	1,165	9,992
Biblioteconomía y documentación	1,410	766	326	475	268	499	2,982	6,726
Ciencias políticas	760	888	896	909	945	967	908	6,273
Bellas artes	1,072	914	843	755	831	806	991	6,212
Agricultura	434	593	630	710	711	628	610	4,316
Tecnología	648	454	342	462	567	506	424	3,403
Informática	166	113	61	12	36	83	437	908
Arqueología	66	72	50	33	35	24	64	344

Fonte: elaborado pelos autores.

A força da educação se destaca. Somente esta disciplina compreende 23% de toda a produção acadêmica. Se somadas às outras duas disciplinas seguintes, Direito (16%) e Filosofia (10%), consolidam 49% de toda a produção. É, portanto, marcante a concentração da produção acadêmica.

Agrupando por áreas do conhecimento, verifica-se que as Ciências Sociais são o maior grupo, com 59% do total de ISBN emitidos. Seguido pelo grupo de Humanas com 22%. Juntos, eles representam 81% dos ISBN emitidos relacionados a disciplinas acadêmicas. Isso marca não apenas a indiscutível primazia do formato livro nessas áreas, mas também a relevância do mesmo para a divulgação dessas áreas.

Tabela 2 – ISBN relacionados com disciplinas acadêmicas agrupadas por áreas do conhecimento

Área	Matéria	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2013-2019	%
Ciências Sociais	Sociologia	2.627	2.821	2.783	2.583	2.749	3.355	3.594	20.512	6%
	Direito	6.225	7.843	9.470	8.095	7.647	8.954	7.701	55.935	16%
	Educação	8.586	10.785	10.964	11.754	10.197	13.164	14.210	79.660	23%
	Economia	2.878	3.869	3.572	3.248	4.175	3.498	3.770	25.010	7%
	Ciências Políticas	760	888	896	909	945	967	908	6.273	2%
	Biblioteconomia e Documentação	1.410	766	326	475	268	499	2.982	6.726	2%
	Psicologia	1.304	1.220	1.076	1.161	1.422	1.501	2.551	10.235	3%
	Subtotal	23.790	28.192	29.087	28.225	27.403	31.938	35.716	204.351	59%

Continua...

Continuação.

Humanas	Filosofia	3.991	4.278	4.625	4.589	5.003	5.364	5.354	33.204	10%
	Linguística, Literatura e Filologia	2.188	3.459	4.464	2.312	2.295	2.652	2.743	20.113	6%
	História	2.099	2.988	2.267	1.902	2.047	2.103	2.115	15.521	4%
	Belas Artes	1.072	914	843	755	831	806	991	6.212	2%
	Arqueologia e Pré-história	66	72	50	33	35	24	64	344	0,1%
	Subtotal	9.416	11.711	12.249	9.591	10.211	10.949	11.267	75.394	22%

Continua...

Continuação.

Ciências Básicas e Aplicadas	Ciências	3.280	3.907	2.959	2.715	2.917	3.072	2.827	21.677	6%
	Medicina	2.872	3.601	2.810	3.218	4.212	4.395	4.406	25.514	7%
	Tecnologia	648	454	342	462	567	506	424	3.403	1%
	Engenharias	1.389	1.582	1.571	1.708	1.406	1.171	1.165	9.992	3%
	Agricultura	434	593	630	710	711	628	610	4.316	1%
	Informática	166	113	61	12	36	83	437	908	0,3%
	Subtotal	8.789	10.250	8.373	8.825	9.849	9.855	9.869	65.810	19%
	Total	41.995	50.153	49.709	46.641	47.463	52.742	56.852	345.555	100%

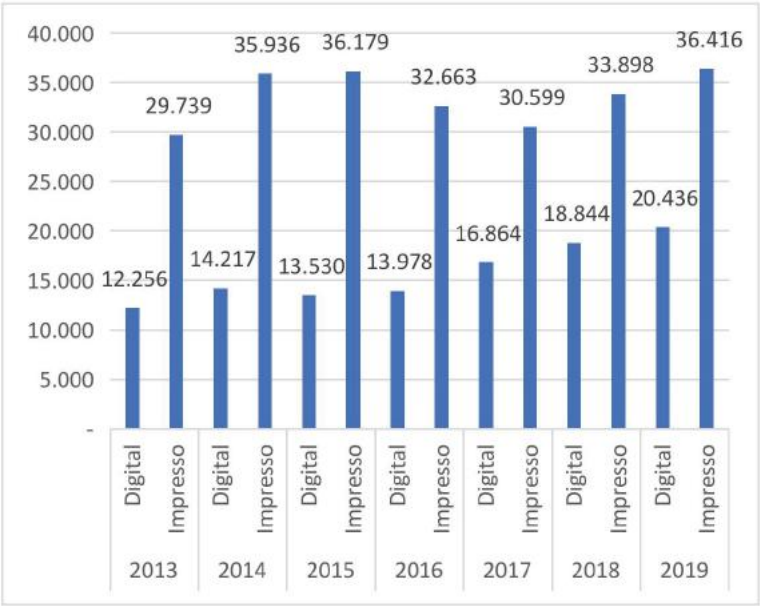
Fonte: elaborado pelos autores.

3.3 ISBN RELACIONADO A DISCIPLINAS ACADÊMICAS DE ACORDO COM O TIPO DE PUBLICAÇÃO

Nos sete anos que compõem o estudo, houve um aumento significativo na proporção de livros em formato digital. De 29% em 2013, passaram a 36% em 2019. Nesse sentido, ao verificar a relativa estabilidade do número de ISBN solicitados para formatos físicos, nota-se antecipadamente a predileção dos editores pelo formato digital ou, pelo menos, na simultaneidade de formatos na edição acadêmica.

O Gráfico 6, a seguir, mostra o detalhe ano a ano.

Gráfico 6 – ISBN relacionados com disciplinas acadêmicas de acordo com o formato de publicação



Fonte: elaborado pelos autores.

Este avanço do formato digital deve-se, sem dúvida, às novas possibilidades de divulgação através de repositórios institucionais, agregadores

digitais, bases de dados especializadas, entre outros. Os dados podem começar a ser a constatação de uma progressiva, mas segura mudança na forma de divulgar e visibilizar a produção acadêmica do livro. É claro que uma investigação desta profundidade excede em muito a ambição deste panorama geral. Apontamos, no entanto, para indicar o possível uso dos dados que apresentamos.

3.4 ISBN de natureza comercializável e não comercializável da produção acadêmica

Embora a solicitação do ISBN se deva principalmente ao fato de ser um requisito necessário para a comercialização formal de livros, é de se esperar que o de natureza comercializável seja o mais popular. Com 254.684, eles constituem 74% dos ISBN emitidos entre 2013 e 2019. O Gráfico 7 mostra o detalhe ano a ano.

Gráfico 7 – ISBN de natureza comercializável e não comercializável da produção acadêmica

Fonte: elaborado pelos autores.

No entanto, é válida a pergunta sobre as formas de visibilização dos outros 26% da produção, sobretudo porque ao longo do período há uma tendência de crescimento proporcional dos registros não comercializáveis. Para demonstrar isso, pode-se considerar que em 2013

os registros não comercializáveis eram apenas 19%, enquanto em 2019 chegaram a 29%. Que outras formas, além da comercialização, ou seja, a típica cadeia do livro, têm mais de um quarto da produção para ser visível, lida e reconhecida? Quanto é devido ao acesso aberto? Essas, é claro, são questões que vão além do escopo destas páginas. Este é um convite para possíveis novas investigações.

3.5 Média de páginas de livros acadêmicos

Durante todo o período, o número médio de páginas de livros cujos ISBN estão relacionados a disciplinas acadêmicas foi de 210,3 páginas. O ano de 2013 foi o ano com maior média de páginas com 230. O ano de 2017 foi o mais baixo com média de 193 páginas. Há, portanto, uma tendência que marca a diminuição do número de páginas de livros relacionados a disciplinas acadêmicas para os quais são emitidos ISBN.

Gráfico 8 – ISBN de natureza comercializável e não comercializável da produção acadêmica

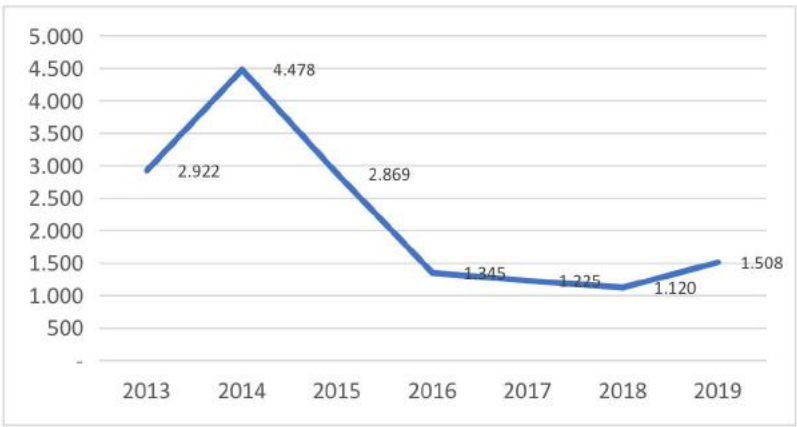
Fonte: elaborado pelos autores.

Embora isso possa parecer uma informação quase anedótica, não é de todo. Permite ter uma ideia não só da extensão dos livros, mas também dos recursos necessários para poder publicá-los. Além disso, caso se queira estabelecer estudos comparativos entre países, isso permite apreciar os usos e costumes editoriais nos diferentes países comparados.

3.6 Número médio de cópias impressas por ISBN de livro acadêmico

A diminuição progressiva do número de exemplares impressos ao longo do período é evidente. Em média, foram 2.210. Vale ressaltar que ao comparar o ano de maior e menor circulação, 2014 e 2018, respectivamente, a média é quase quatro vezes menor – 4.478 vs. 1.120.

Gráfico 9 – Média de cópias impressas de registros ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas



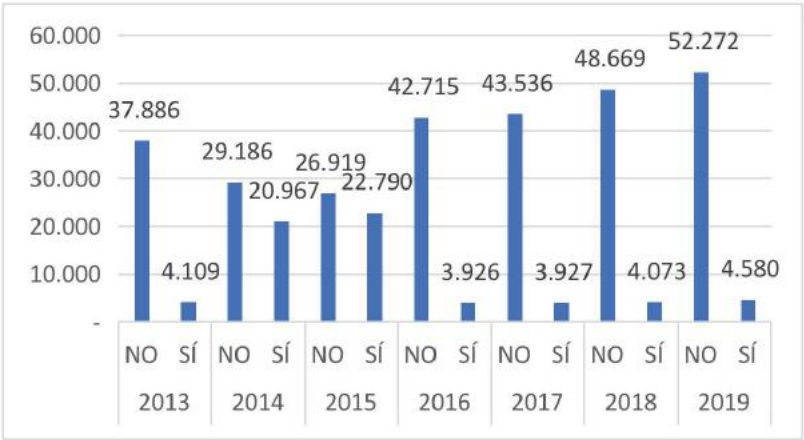
Fonte: elaborado pelos autores.

Está além do escopo destas páginas elucidar as razões para tal diminuição. No entanto, pode-se prever que a diminuição da impressão de livros continuará sua tendência na medida em que os sistemas de divulgação digital – agregadores comerciais, repositórios institucionais, bases de dados de livros especializados – sejam cada vez mais utilizados pelas editoras acadêmicas.

3.7 ISBN SOLICITADOS PARA TRADUÇÕES DENTRO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Nos anos de 2014 e 2015, há uma proporção absolutamente atípica no comportamento dos ISBN emitidos para traduções no Brasil. Para esses anos, 42% e 46% dos ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas que foram emitidos foram relatados como traduções. Esta é definitivamente uma anomalia nos dados. Está além do escopo deste capítulo investigar as razões para tal condição. Excluindo esses dois anos, o número médio de livros traduzidos varia entre 10% e 8% e não excede 5 mil ISBN por ano.

Gráfico 10 – ISBN solicitado para traduções dentro da produção acadêmica



Fonte: elaborado pelos autores.

Com relação à situação atípica nos dados entregues pelas autoridades brasileiras do livro ao Cerlalc, cabe perguntar sobre a qualidade dos dados que as editoras estão fornecendo às suas agências ISBN e a validação que elas estão realizando.

Por outro lado, o reconhecimento de quais são os idiomas mais traduzidos e as origens dos livros que são traduzidos podem dar conta das relações acadêmicas e editoriais existentes entre países, além das influências intelectuais que a publicação acadêmica expressa. Reconhecemos que este pode ser um campo muito frutífero para análises futuras.

4 Conclusões e futuro

No período compreendido entre 2013 e 2019, no Brasil, foram emitidos 634.061 ISBN. Nesse período, houve um crescimento constante da produção editorial geral. Se comparado o primeiro ano com o último, o crescimento foi de 23,9%.

Uma vez discriminado o universo de ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas emitidos no período, composto por 345.555 ISBN, 54% do total de ISBN emitidos, mantém-se a tendência de crescimento. Se comparados os anos extremos, o crescimento é de 36%. Isso indica o dinamismo do setor editorial acadêmico no país. De acordo com os agentes editoriais, há uma clara primazia das editoras comerciais sobre os demais tipos de editoras. A diminuição da participação das instituições públicas e o crescimento das instituições privadas não editoriais no período é marcante. As editoras mantiveram uma participação relativamente estável.

Ao analisar a produção acadêmica por disciplinas, o achado mais marcante é sua concentração. Apenas três disciplinas ocupam 49%

dos ISBN relacionados às disciplinas acadêmicas emitidas no período: Educação com 23%, Direito com 16% e Filosofia com 10%. Por outro lado, é evidente a importância das Ciências Sociais e Humanas para publicações no formato de livro. Somadas, elas atingem 81% de toda a produção acadêmica.

Embora o formato digital ainda seja minoria, no período avaliado, teve um crescimento expressivo, passando de 29% em 2013, chegando a 36% em 2019 dentro dos ISBN relacionados às disciplinas acadêmicas emitidas. No que diz respeito à comercialização dos trabalhos acadêmicos registrados, ao longo dos anos, manteve-se próximo dos 75%. Se observamos o número médio de páginas, há uma constante tendência de redução. O número médio de páginas de livros registrados com ISBN relacionados a disciplinas acadêmicas foi de 210 páginas. Destaca-se também o decréscimo, próximo de 50%, na redução da tiragem neste grupo. Na seção de livros traduzidos para o ano de 2014 e 2015, há registros absolutamente atípicos, que não nos permite traçar um panorama ao longo dos anos. No entanto, pode-se afirmar que as traduções estão próximas de 9% da produção relacionada às disciplinas acadêmicas.

Este estudo é um resultado preliminar da pesquisa em Cartografia da Edição Acadêmica Ibero-americana. Esperamos que, além de seu caráter descritivo, seja uma contribuição seminal para estabelecer estudos comparativos entre países e, dentro deles, levantar novas questões sobre as características e trajetórias da publicação acadêmica em nossos países. Convidamos pesquisadores e editores a participar desta conversa com suas revisões e discussões sobre essas primeiras descobertas.

Referências

GIL, M.; GIRALDO, E.; GIMÉNEZ, E. Cartografía de la edición académica iberoamericana. *In*: LIBER: FERIA INTERNACIONAL DEL LIBRO, 39., 2021. Madrid: IFEMA MADRID, 13 oct. 2021. 1 vídeo (1h:25 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8ro-WZh0POs. Acesso em: 13 fev. 2022.

GIMÉNEZ TOLEDO, E. (ed.). *La edición universitaria española*: análisis de la producción editorial de libros. Madrid: Unión de Editoriales Universitarias Españolas, 2019. Disponível em: https://digital.csic.es/handle/10261/239787. Acesso em: 30 abr. 2022.

GONZÁLEZ MENDOZA, J. D. (org.). *El espacio iberoamericano del libro* 2020. Bogotá: Cerlalc, 2020. Disponível em: https://n9.cl/rhoyr. Acesso em: 13 jun. 2022.

Anexo A

Tabela de equivalência de disciplinas

Classificação Dewey			**Disciplina ILIA**
Informática, conhecimento e sistemas	0		Biblioteconomia e Documentação
	4	Ciência da computação	Informática
	5	Programação. Programas. Dados de computadores	Informática
	020	Bibliotecas e ciências da informação	Biblioteconomia e Documentação
Filosofia e Psicologia	100		Filosofia
	110	Metafísica	Filosofia
	120	Epistemologia. Casualidade. Gênero humano	Filosofia
	140	Escolas filosóficas específicas	Filosofia
	150	Psicologia	Psicologia
	160	Lógica	Filosofia
	170	Ética (Filosofia moral)	Filosofia
	180	Filosofia antiga. Medieval. Oriental	Filosofia
	190	Filosofia moderna ocidental	Filosofia

Continua...

Continuação..

Religião			Filosofia
	210	Filosofia e teoria da religião	Filosofia
	230	Cristianismo e teologia cristã	Filosofia
	270	História do cristianismo e da igreja cristã	História
	280	Confissões e seitas cristãs	Sociologia
Ciências sociais	300		Sociologia
	310	Coleções de estatística geral	Sociologia
	320	Ciência política (Política e governo)	Ciências políticas
	330	Economia	Economia
	340	Direito	Direito
	350	Administração pública e ciência militar	Ciências políticas
	360	Problemas e serviços sociais, associações	Sociologia
	370	Educação	Educação
	380	Comércio, comunicações e transportes	Economia
	390	Costumes, etiqueta, folclore	Sociologia

Continua...

Continuação..

Línguas	400		Linguística, literatura e filologia
	410	Linguística	Linguística, literatura e filologia
	420	Inglês e inglês antigo	Linguística, literatura e filologia
	430	Línguas germânicas Alemã	Linguística, literatura e filologia
	440	Línguas românicas Francês	Linguística, literatura e filologia
	450	Italiano. Românico. Reto-românico	Linguística, literatura e filologia
	460	Línguas espanhola e portuguesa	Linguística, literatura e filologia
	470	Línguas itálicas. Latim	Linguística, literatura e filologia
	480	Línguas helênicas. Grego clássico	Linguística, literatura e filologia
	490	Outras línguas	Linguística, literatura e filologia
Ciências naturais e Matemáticas	500		Ciências
	510	Matemáticas	Ciências
	520	Astronomia e ciências afins	Ciências
	530	Física	Ciências

Continua...

Continuação..

	540	Química e ciências afins	Ciências
	550	Ciências da terra	Ciências
	560	Paleontologia Paleozoo-logia	Ciências
	570	Ciências da vida Biologia	Ciências
	580	Plantas	Ciências
	590	Animais	Ciências
Tecnologia (Ciências Aplicadas)	600		Tecnologia
	610	Ciências médicas Me-dicina	Medicina
	620	Engenharia e operações afins	Engenharias
	630	Agricultura e tecnologias relacionadas	Agricultura
	640	Economia doméstica e vida familiar	Economia
	650	Gerência e serviços aux-iliares	Economia
	660	Engenharia Química	Engenharias
	670	Manufatura	Engenharias
	680	Manufatura para usos específicos	Engenharias
	690	Construção	Engenharias

Continua...

Continuação..

As artes, belas artes e artes decorativas	700		Belas artes
	710	Urbanismo e paisagismo	Belas artes
	720	Arquitetura	Belas artes
	780	Música	Belas artes
Geografia e história	900		História
	930	História do mundo antigo até a.C.	Arqueologia e pré-história
	940	História geral da Europa	História
	950	História geral da Ásia Extremo Oriente	História
	960	História geral da África	História
	970	História geral da América do Norte	História
	980	História geral da América do Sul	História
	990	História geral de outras áreas	História

Fonte: elaborada pelos autores.

UNA APROXIMACIÓN A LOS MODELOS DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS EN LA ARGENTINA

Daniela Verón

Introducción

Durante los últimos años se ha escrito sobre la edición universitaria en la Argentina, sin embargo, quien quiera acceder a la bibliografía disponible encontrará fundamentalmente textos e información vinculados a las editoriales universitarias nacionales, pero no a la edición universitaria en su conjunto.

Una de las razones se asocia al modo en que se estructura el sistema universitario argentino, mediante el cual las universidades se agrupan en dos consejos que funcionan como órganos de representación y consulta. Por un lado, el Consejo Universitario Nacional (CIN), que congrega a las universidades nacionales,[1] y por otro lado, el Consejo de Rectores de Universidades Privadas (CRUP), que agrupa a las universidades privadas. De esto se deriva que las editoriales universitarias nacionales y las privadas también tengan sus propias redes de pertenen-

[1] En la Argentina, las universidades públicas en su mayoría corresponden al Estado nacional. En 2015 se constituyó la Red de Universidades Provinciales (RUP), compuesta por 8 universidades provinciales, también públicas.

cia: la Red de Editoriales de Universidades Nacionales (REUN)[2], que forma parte de una de las dieciséis organizaciones interuniversitarias del CIN, y la Red de Editoriales de Universidades Privadas (REUP)[3], que depende del CRUP. Esto ha determinado un trabajo en paralelo de ambas asociaciones, con políticas y modos de funcionamiento propios, así como escasa y dispar disponibilidad de datos.[4]

Sin embargo, la pertenencia de ambas redes a la Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (EULAC) ha facilitado, en los últimos años, el trabajo conjunto y la posibilidad de generar datos para ambas asociaciones por igual. Será una pieza clave, para un mejor conocimiento de la edición académica de la región, así como de cada uno de los países que la conforman, incluyendo a la Argentina, la *Cartografía de la edición académica Iberoamericana*,[5] estudio que lleva adelante la EULAC, junto con el Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) y el Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (CERLALC).

1 Acerca de las redes y sus editoriales

Antes de introducirnos en el tema de los modelos de editoriales universitarias, vamos a presentar algunas características generales de

2 La REUN incluye también las editoriales de las universidades provinciales.

3 Agradecemos la información sobre la REUP brindada generosamente por Graciela Mancini, presidenta de la REUP.

4 El proyecto de creación del Observatorio de la Edición Universitaria hubiera sido un espacio propicio para la recolección y análisis de datos de manera conjunta. Para el caso de la REUN, Alejandro Dujovne realizó una Encuesta para el Observatorio de la Edición Universitaria en 2019. Sus primeros resultados pueden verse en Alejandro Dujovne (2019).

5 Sobre este punto recomendamos el capítulo de Juan Felipe Córdoba Restrepo publicado en este volumen.

las redes nacionales y las editoriales universitarias que las conforman, tales como distribución geográfica y antigüedad.

La REUN, creada en 2003,[6] cuenta actualmente con 52 editoriales y la REUP, creada en 2009, con 27 editoriales. Es importante aclarar que es difícil establecer la cantidad de editoriales que conforman cada una de las asociaciones. En el caso de la REUP, la inclusión o no depende del grado de participación, de allí su extrema variabilidad en el tiempo;[7] en el caso de la REUN, depende de su registro en el CIN, aunque en este caso se tomó en cuenta que no solo estén registradas sino que además desarrollen actividad editorial y/o tengan cuenta en Ulibros.[8]

En cuanto a su distribución, si bien existe una gran concentración de editoriales en las regiones Metropolitana y Bonaerense –equivalente al 44,2%–, un 15,4% de las editoriales se encuentran en la región Centro, un 13,5% en la región Nuevo Cuyo y el resto se distribuyen en las distintas regiones del país.[9] Todas las provincias cuentan con editoriales universitarias; esto guarda relación con la disponibilidad de universidades en todo el país, permitiendo el acceso democrático al conocimiento.

---

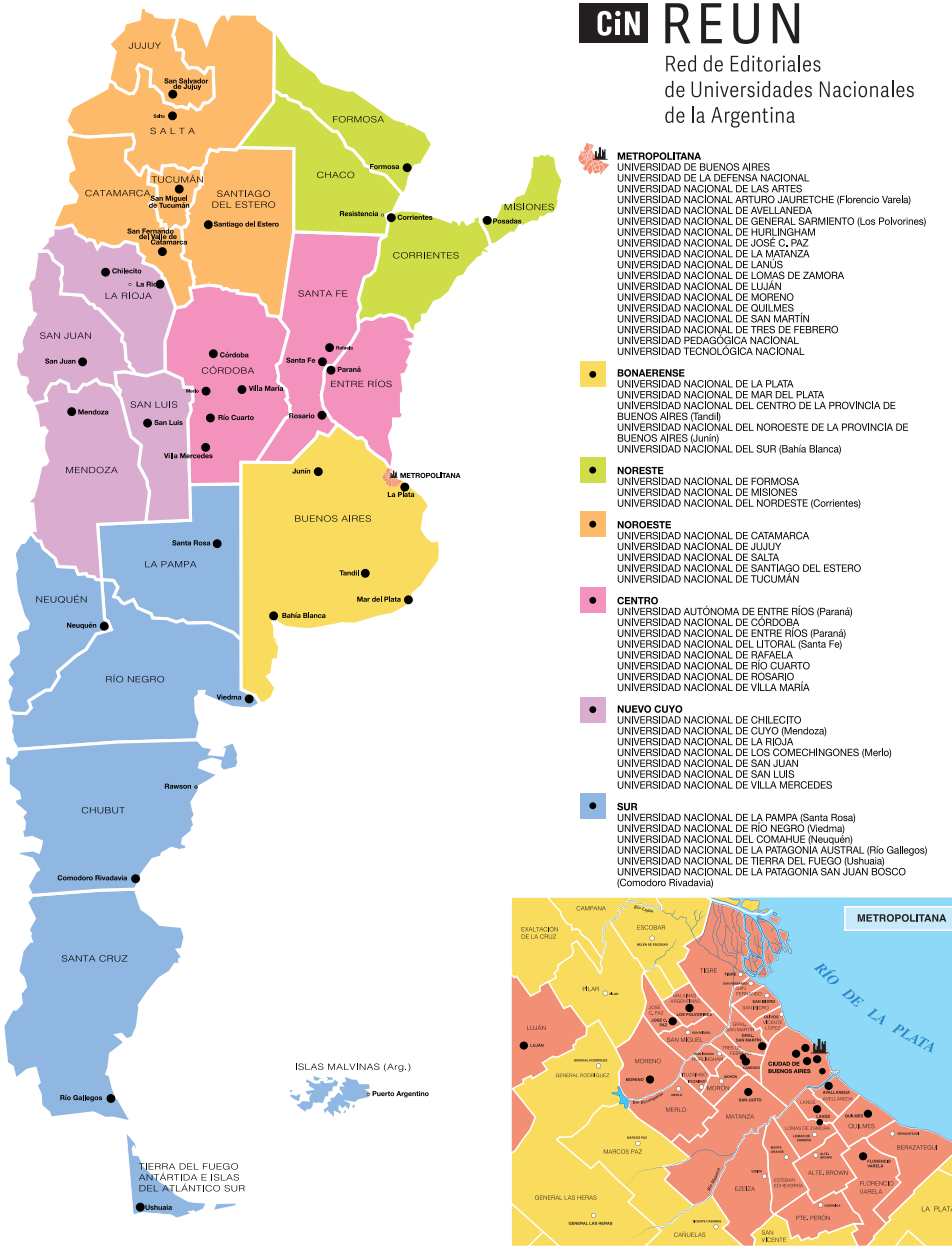
6 Si bien, la REUN es reconocida por el Consejo Interuniversitario Nacional (CIN) mediante el Acuerdo Plenario N° 457/03, se constituye por primera vez en marzo de 1995.

7 Once universidades cuentan con editorial, pero actualmente no forman parte de la REUP: Instituto Hospital Italiano, Instituto Tecnológico de Buenos Aires, Universidad Ciencias Sociales y Empresariales, Universidad del Este, Universidad de Belgrano, Universidad de Palermo, Universidad del Salvador, Universidad Favaloro, Universidad Gastón Dachary, Universidad del CEMA y Universidad Torcuato Di Tella.

8 Ulibros es el portal de libros académicos y universitarios de Iberoamérica, creado por la EULAC, en el que participan 337 editoriales universitarias de 10 países. Actualmente cuenta con más de 36.000 referencias.

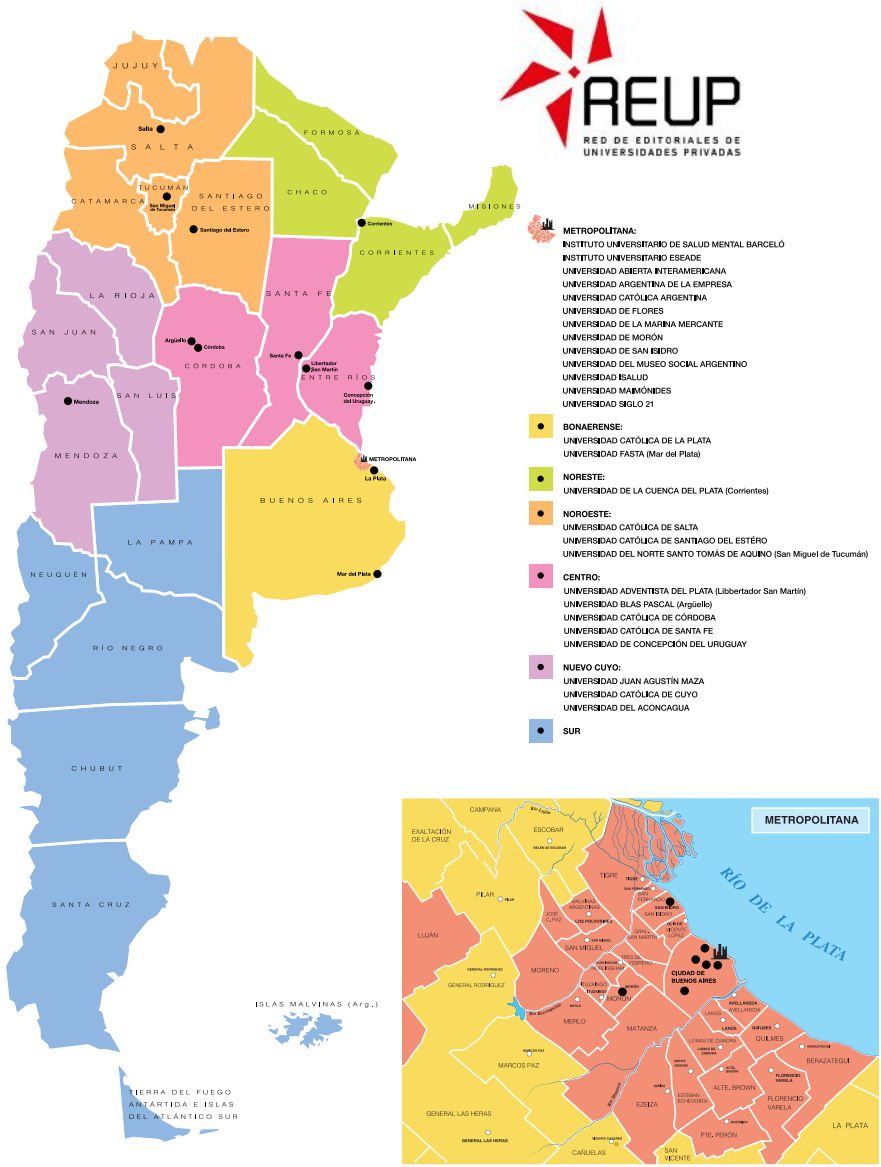
9 Se consideró la regionalización establecida por los Consejos Regionales de Planificación de la Educación Superior CPRES: https://www.argentina.gob.ar/educacion/universidades/consejos-regionales-cpres.

Figura 1 – Distribución geográfica de las editoriales de las universidades nacionales que conforman la REUN



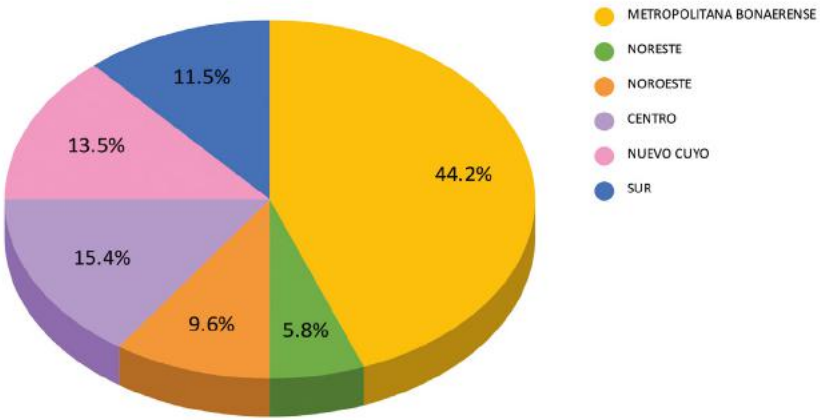
Fuente: elaborado por Jorge Palazzo y María Laura Alori, con base en datos suministrados según se indica en el texto.

Figura 2 – Distribución geográfica de las editoriales de las universidades privadas que conforman la REUP



Fuente: elaborado por Jorge Palazzo y Ana Belén Ruta con base en datos suministrados por la REUP.

Gráfico 1 – Distribución regional de las editoriales universitarias argentinas



Fuente: Elaboración propia.

Los rasgos de diversidad y heterogeneidad de las editoriales se manifiestan a través de la antigüedad, la ubicación en la estructura organizacional de la universidad, la estructura de recursos humanos, la producción, la comercialización y distribución, así como la comunicación, entre otros.

Eudeba, la editorial de la Universidad de Buenos Aires, es la primera editorial universitaria, y modelo a seguir por las que la sucedieron. Luego de su creación, en 1958, hubo un período de vacío hasta 1987 en que se crea la editorial de la Universidad Nacional de La Plata, seguida por la creación de nueve editoriales nacionales en un plazo de aproximadamente diez años. Sin embargo, el período de mayor crecimiento se inicia en 2003 dando lugar a la creación de nuevas editoriales nacionales, así como a la refundación de otras. Esto está asociado con la creación de nuevas universidades, un mejor entorno económico, subsidios estatales y una fuerte participación de la REUN. En cuanto a las editoriales de las universidades privadas que

participan en la REUP, si bien hay editoriales con muchos años de antigüedad como las de las universidades Católica de La Plata, Católica de Salta, Católica de Santa Fe, Católica de Córdoba o Católica de Santiago del Estero, muchas de ellas se crean, o generan estructuras y mecanismos de funcionamiento acordes a una editorial universitaria, a partir de los años 2000. Por tanto, los rasgos de la edición universitaria en la Argentina como conjunto se fueron bosquejando en los últimos 20 años.

2 Modelos de edición universitaria

Partimos del concepto de modelo como una representación parcial de la realidad, una simplificación, que nos permite agrupar, en este caso, editoriales que guardan similitudes de acuerdo a una selección de criterios. De allí que, frente a la diversidad y heterogeneidad de las editoriales, definir modelos nos permite acercarnos a una caracterización de la edición universitaria en su conjunto. El punto de partida son los catálogos, allí podemos encontrar muchas de las respuestas acerca de qué, cómo y para quién edita una editorial. Aclaramos aquí que los catálogos representan también el diálogo de la editorial con la universidad: manifiestan sus áreas de interés, su relación con el territorio, su intervención en el campo científico, cultural, social. Si una universidad tiene un fuerte compromiso con su territorio, el modelo editorial será un reflejo de ello, así como si una universidad tiene una trayectoria internacional, el modelo de la editorial puede acompañar esa impronta. También los catálogos reflejan los cambios institucionales.

Veremos a continuación los modelos de acuerdo a dos criterios seleccionados en relación con los catálogos: el alcance geográfico y el perfil de los lectores.

2.1 Modelos en relación a su alcance geográfico

De acuerdo al alcance geográfico, podemos establecer dos tipos de modelos: territorial e internacional.

2.1.1 Modelo territorial

Se trata de aquel que congrega editoriales que tienen un especial interés en vincularse con su territorio a través de sus catálogos –ya sea porque sus autores son locales o porque los temas de interés son regionales–, a través de programas de promoción de la lectura o distribución a nivel regional. Estas editoriales cumplen una función social, cultural y científica.

Forman parte de este grupo editoriales que pertenecen a universidades con varias sedes regionales, lo que les permite contar con un radio de acción mayor sobre el territorio. Muchas de ellas se alojan en ciudades donde no hay editoriales comerciales, por tanto, constituyen el único referente de producción editorial.

Excepto las editoriales del área metropolitana, prácticamente todas las editoriales de las universidades nacionales y algunas de las universidades privadas tienen catálogos vinculados con su región; inclusive, muchas de ellas hacen un trabajo de promoción de la lectura en su entorno.

Ejemplos de este modelo son: las editoriales de las universidades nacionales de Entre Ríos y del Litoral que tienen colecciones de

interés regional y trabajan en programas de promoción de la lectura; la Editorial de la Universidad Nacional de Santiago del Estero (EDUNSE), cuyo catálogo está compuesto por autores regionales en un 75%; la editorial de la Universidad Nacional de Río Negro que, a través de la colección *La Tejedora*, de autores patagónicos, declarada de interés provincial, llega a docentes y estudiantes de nivel medio de Río Negro a través del Ministerio de Educación y Derechos Humanos de la provincia; la Editorial de la Universidad Católica de Córdoba que tiene colecciones de interés regional como la de Arquitectos cordobeses del siglo XX o Jesuitas y la Editorial de la Universidad Católica de Santa Fe que cuenta con títulos de arquitectura en relación con el territorio.

2.1.2 Modelo internacional

Se trata de aquel que agrupa editoriales que han incluido en su plan de trabajo la participación en ferias internacionales y misiones al exterior, y aquellas cuya política incluye a la traducción como un elemento de internacionalización de sus catálogos. Aclaramos aquí que no incluimos en este momento la participación de las editoriales argentinas en la EULAC, ya que lo trataremos más adelante.

Es importante señalar que durante el período 2010-2016, todas las editoriales universitarias argentinas (tanto públicas como privadas) tenían la posibilidad de acceder al subsidio que otorgaba el entonces denominado Programa de Promoción de la Universidad Argentina (PPUA) de la Secretaría de Políticas Universitarias del Ministerio de Educación, para participar principalmente en las Ferias Internacionales del Libro de Frankfurt y Guadalajara,[10] aunque también en otras

[10] De la REUP, editoriales que participaron en ambas ferias: Universidad Abierta Interamericana, Universidad Católica de Córdoba, Universidad Católica Argentina,

ferias como la Bienal de Río de Janeiro en 2015, cuando Argentina fue país invitado de honor.

Durante ese período, los stands de la Argentina, de la Agencia Argentina de Inversiones y Comercio Internacional, en ambas ferias (Frankfurt y Guadalajara), contaban con la presencia activa de los editores universitarios; inclusive, la REUN tenía a cargo la organización de una mesa de debate en el marco del Programa Sur, del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Argentina.[11]

Dado que se consideraba que una de las formas de internacionalización de las universidades era a través de sus editoriales, el PPUA tenía otros subsidios para las editoriales universitarias nacionales como las misiones en el exterior (por ejemplo, Sudáfrica, Beijing y Ámsterdam) y las misiones inversas con otras asociaciones como el taller de revisión por pares en 2016, a cargo de Christie Henry, a través de la Association of University Presses (AUP), o la capacitación en XML y Open Edition a través de la Association Des Éditeurs de la Recherche et de l'Enseignement (AEDRES), entre otras acciones.

Las ferias internacionales fueron una oportunidad para definir mejores catálogos, crear lazos entre editores, negociar la compra y venta de derechos de traducción, lograr acuerdos de coediciones internacionales y fortalecer el trabajo en red. Para la edición universitaria argentina, la organización del Foro Mundial de la Edición Universitaria, en el

Universidad del Aconcagua y en la FIL Guadalajara Universidad Católica de Santa Fe. La participación de editoriales de la REUN fue mayor en ambas ferias; inclusive en Frankfurt, llegó a ser mayor que la participación de las editoriales comerciales. Por ejemplo, en 2017 participaron 15 editoriales universitarias nacionales.

[11] Este programa de apoyo a la traducción de autores argentinos surgió en 2009, como antesala de Argentina País invitado de Honor en la Feria del Libro de Frankfurt de 2010, y continúa sin interrupciones, por lo que podemos considerarlo una política de Estado. Para conocer acerca del Programa Sur: http://programa-sur.cancilleria.gob.ar/.

período 2013-2018, fue la oportunidad de posicionarse como un actor reconocido a nivel internacional.

Para aquellas editoriales que cuentan con traducciones en sus catálogos, la participación en las ferias internacionales del libro para comprar derechos ha sido fundamental. Ejemplos de editoriales que cuentan con colecciones dedicadas exclusivamente a las traducciones: obras clásicas de las humanidades en ediciones bilingües de la Editorial de la Universidad Pedagógica Nacional (UNIPE), la colección *Letras* de la Editorial de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM Edita), la colección *Traducciones literarias argentinas* de la editorial de la Universidad Nacional de General Sarmiento (Ediciones UNGS) y cuatro colecciones de la editorial de la Universidad Nacional de Villa María (EDUVIM).

Por otra parte, la venta de derechos, o sea la extraducción, ha sido un camino iniciado en las ferias internacionales con resultados escasos. Entre las editoriales que han logrado vender derechos se encuentra EDUVIM, que además contó con una agencia de derechos subsidiarios denominada Pampa Agency (2016-2020) y es el catálogo universitario que ha vendido mayor cantidad de traducciones a diferentes lenguas (Francia, Alemania, Italia, Suecia e Inglaterra), gran parte de las cuales son obras de ficción. También Eudeba, Ediciones UNGS y UNSAM Edita han vendido derechos de traducción a China, Italia y Serbia, respectivamente.

Por otro lado, las coediciones internacionales, la venta de derechos territoriales o el intercambio de derechos son otras de las estrategias de internacionalización de las editoriales universitarias que se basan en este modelo. Como ejemplo podemos citar las coediciones con editoriales universitarias de Colombia como los casos de EDUVIM, UNSAM Edita y UNIPE, editoriales universitarias de México como EDUVIM y UNIPE y editoriales universitarias de Costa Rica para el caso de la Editorial de

la Universidad Nacional de Santiago del Estero (EDUNSE). Casos de venta de licencias a editoriales españolas como EDUVIM y coedición con editoriales españolas como UNSAM Edita.

Sobre estos dos modelos, podemos establecer tres tipos de editoriales: aquellas que ponen especial énfasis en su territorio pero no tienen interés en su internacionalización, como los casos de UniRío y la Editorial de la Universidad Nacional de Tucumán (EDUNT) con una impronta local muy marcada; editoriales que ponen especial énfasis en su internacionalización, como los casos de Eudeba, Editorial Universidad Nacional de Quilmes (Ediciones UNQ), Ediciones UNGS, UNSAM Edita y EDUVIM, para editoriales nacionales, y las editoriales de las universidades Católica de Córdoba y la Católica de Santa Fe, para editoriales privadas; y editoriales que conjugan ambos modelos como EDUNSE o la Editorial de la UNRN.

2.2 Modelos en relación al público lector

La lectura de los catálogos universitarios nos permite identificar el tipo de lectores: desde aquellos con interés académico hasta un público lector variado que incluye desde adultos hasta jóvenes y público infantil, conformando un abanico diverso de intereses. De allí que haya dos modelos de acuerdo a los lectores mencionados anteriormente: editoriales puramente académicas y editoriales bibliodiversas.

2.2.1 Editoriales puramente académicas

En este punto quisiéramos hacer referencia a la tensión existente entre la demanda interna de lo académico y la proyección del catálogo hacia lectores por fuera de la universidad. Todavía hay catálogos de algunas editoriales universitarias que presentan

en su mayoría libros de sus propios profesores e investigadores, destinados a los miembros de su universidad. Muchas han tenido esta característica en sus comienzos respondiendo a una demanda interna de su universidad, pero luego han podido abrir sus catálogos para un público más amplio.

En este modelo incluimos editoriales con colecciones académicas de perfil institucional como colecciones de memorias y actas de congresos, encuentros y jornadas. Nos dice Luis Quevedo al respecto: "Los libros colectivos, los libros de congresos o seminarios, las actas de jornadas, figuran en todos nuestros catálogos y contribuyen notablemente a potenciar su invisibilidad". (EULAC, 2016, p. 119) También se incluyen aquí editoriales que tienen colecciones destinadas a pares como colecciones de investigaciones, así como las destinadas a estudiantes, como las colecciones de cátedra.

En cuanto a las revistas académicas, si bien en la mayoría de las universidades, no se las incluye como parte de la función de las editoriales y, en los casos en que dependen de las editoriales, no forman parte de su función sustantiva; el origen de algunas editoriales de universidades privadas estuvo ligado a este tipo de publicaciones. Por ejemplo, la Editorial de la Universidad Católica de Cuyo o la Editorial UNSTA de la Universidad del Norte Santo Tomás de Aquino.

En la Argentina no hay editoriales puramente académicas, sí prácticamente todas tienen materiales de cátedra, lo que permite establecer el fuerte vínculo de las editoriales con la función docente de la universidad.

2.2.2 Editoriales bibliodiversas

Este es el modelo característico de la edición universitaria en la Argentina –rasgo compartido con muchas editoriales universitarias latinoamericanas– que tiene claramente definido su público lector por fuera del ámbito académico. La idea de la editorial universitaria como bisagra entre el adentro y el afuera, señalada por Sayri Karp en diferentes oportunidades, se manifiesta claramente en este modelo, a través de la disponibilidad de colecciones con públicos lectores definidos.[12]

Destinadas a estudiantes que serán formadores de distintos niveles de enseñanza, encontramos colecciones de materiales educativos para la formación docente, por ejemplo, algunas colecciones de UNIPE, *La universidad en la escuela* de la UNGS, o *Archivos de Didáctica* de UNSAM Edita, en coedición con Miño y Dávila.

Entre las colecciones universitarias que incluyen la divulgación científica en sus catálogos podemos mencionar *Ida y vuelta* de la Editorial de la Universidad Nacional de Cuyo (EDIUNC), *Eureka* de la Editorial de la Universidad Autónoma de Entre Ríos (UADER) y *Liberalibro* de UniRío de textos de divulgación gratuitos. Destinadas a público infantil las colecciones *Cuenta ciencia* de la Editorial de la Universidad Nacional de Rosario (UNR) y *¿Querés saber?* de Eudeba.

Varias editoriales universitarias han optado por incluir colecciones de literatura infantil en sus catálogos: la reedición de *Los cuentos del Chiribitil* de Eudeba, *A las historias las contamos nosotros* de EDUNT, *Diente de león* de la Editorial de la Universidad Nacional del Litoral (UNL) y la Editorial de la Universidad Católica de Santa Fe ha iniciado su colección *Aventurantes.*

[12] La mayoría de los catálogos de las editoriales universitarias nacionales se ordenan por colecciones; en el caso de las editoriales de universidades privadas, la relación es inversa.

Respecto a las colecciones de ficción, a partir de los datos de la REUN obtenidos de la Encuesta del Observatorio de la Edición Universitaria anteriormente señalado, 19 editoriales de las 30 que tienen colecciones respondieron que incluyen la ficción a través de diversos géneros literarios como la novela, el cuento, la poesía, la crónica, el teatro, como parte de sus catálogos. Autores clásicos, en algunos casos ediciones bilingües como la *Gran Poesía* de EDUVIM, la recuperación de autores locales como *Dar a leer* de UniRío, *Tierra de Letras* de EDUNER, la reedición de la obra completa de Juan L. Ortiz (coedición UNL-EDUNER), *Narradoras argentinas* de EDUVIM, la búsqueda de nuevos autores locales como *La tejedora* de la Editorial de la UNRN y la traducción de obras de autores no conocidos o poco difundidos en lengua castellana, especialmente en América Latina, tal el caso de la colección *Letras* de UNSAM E dita que incluye autores alemanes, australianos y africanos. Como ejemplos de la REUP, podemos mencionar la Colección *Puño y Letra* de la Editorial de la Universidad Católica de Córdoba y la Colección *Obra Abierta* de la Universidad Católica de Santa Fe.

De tal manera que la combinación de los modelos territoriales e internacionales y los modelos académicos y bibliodiversos dan como resultado diversos modelos de edición universitaria en la Argentina. Modelos, por cierto, que no son estáticos sino más bien dinámicos, cuyo ritmo de cambio guarda relación con los factores propios de la institución, así como los factores externos, tales como circunstancias políticas, económicas y, más recientemente, epidemiológicas.

3 La potencia de las redes: su influencia en los modelos

Cada una de las redes nacionales, tanto la REUN como la REUP, ha generado proyectos y estrategias para la profesionalización, visibilidad e internacionalización de sus editoriales – en algunos casos con apoyo estatal –, que han creado las condiciones para mejorar la calidad de las editoriales y, en muchos casos para redefinir sus modelos.

Como estrategias de profesionalización, la REUN contó con el *Programa de Apoyo al desarrollo de las editoriales universitarias argentinas*, lanzado en 2014 por la Secretaría de Políticas Universitarias; se trató de un plan trianual para todas las editoriales de universidades nacionales que incluía proyectos para creación, desarrollo o consolidación. Si bien el programa tuvo dificultades, y su impacto fue muy variable de acuerdo a las editoriales, muchas de ellas aprovecharon el subsidio para dar un salto cualitativo.

En el caso de la REUP, además de las capacitaciones a cargo de expertos sobre diversos temas como derecho de autor, comercialización, exportaciones, entre otros, una de las iniciativas que ha sido útil y exitosa es el Sistema de Tutorías, como nos cuenta Florencia García: "[…] Lo que se busca es que las editoriales con más trayectoria puedan acompañar a aquellas que recién se inician a fin de avanzar en el crecimiento y desarrollo de la propia editorial universitaria, siempre respetando las particularidades y características de cada institución".[13]

Como estrategias de visibilidad y comercialización ha sido la creación de la Librería Universitaria Argentina (LUA) en 2013, y la participación en stands colectivos en la Feria Internacional del Libro de Buenos Aires.

[13] Disponible en: https://eulac.org/2021/10/de-las-redes-reup/.

En cuanto a la LUA, se trata de un proyecto de la REUN, aprobado en el CIN y subsidiado inicialmente por la Secretaría de Políticas Universitarias; en sus inicios fue modelo a seguir, sufrió los vaivenes de las políticas institucionales que no pudieron darle estabilidad al proyecto, sufriendo cambios de locación, de gerencia y de objetivos. En su origen no solo albergó la producción editorial de universidades nacionales, privadas y sellos comerciales acordes con el perfil universitario, sino que fue concebido como espacio cultural para que las universidades pudieran tener en Buenos Aires un espacio para hacer visible su producción cultural en un sentido amplio. Disponer de una librería en la ciudad de Buenos Aires como punto donde encontrar todos los libros universitarios significó un avance importante para el conjunto de las editoriales.

En cuanto a la Feria Internacional del Libro de Buenos Aires, ambas redes cuentan con stand propio. La REUN, a través del CIN, desde 2005, en el que ofrece novedades y libros de fondo, y un espacio para presentaciones de libros. Desde 2014, es gerenciado por la LUA. La REUP, a través del CRUP, participa desde 2014 con stand propio.

Particularmente, el período 2010-2016, como adelantamos para el modelo internacional, fue enriquecedor para producir sinergias entre las editoriales y un período de aprendizaje conjunto que se dio por primera vez en la historia de las editoriales universitarias. Por tanto, se trató de un período fructífero para crear y consolidar modelos editoriales, sobre todo para las editoriales universitarias nacionales.

A partir de 2016, se inicia un nuevo período en un contexto político y económico poco favorable. Sin embargo, frente a la adversidad interna, se potencia el trabajo internacional con la Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe, la EULAC, punto que veremos a continuación.

4 Internacionalización a través de la EULAC

Desde la publicación, en 2016, de *De libros, conocimientos y otras adicciones. La edición universitaria en América Latina*, en el que se plasmaba el trabajo de las redes como un camino a seguir fortaleciendo, surgieron nuevos proyectos y otros se consolidaron en el marco de la EULAC.[14] Nos parece particularmente importante mencionar tres que tienen especial incidencia en la conformación de modelos internacionales.

4.1 Catálogo de derechos de las Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

A partir de la participación en las ferias internacionales, desde la EULAC se planteó la necesidad de elaborar un catálogo de derechos colectivo como una herramienta de promoción internacional de los autores de las editoriales universitarias de la región. También, como una manera de posicionar, por un lado, a la edición universitaria y, por el otro, al español y al portugués como lenguas de la ciencia y la cultura.

El catálogo es publicado todos los años desde 2018, previo a la Feria del Libro de Frankfurt; desde 2021 se publica asociado al proyecto *Enlazadas*[15], de allí que en ese año se publicara el catálogo de derechos especializado en medio ambiente.

De tal manera, todas las editoriales de América Latina y el Caribe tienen la posibilidad de participar en el catálogo, inclusive aquellas que nunca o esporádicamente habían estado en ferias internacionales.

---

[14] La EULAC, Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe, agrupa a 10 redes editoriales universitarias nacionales: ABEU (Brasil), ASEUC (Colombia), EUPERÚ (Perú), EDUPUC (Costa Rica), ALTEXTO (México), REUN y REUP (Argentina), REDUCH (Chile), REUDE (Ecuador) y SEDUCA (Centroamérica).

[15] Sobre el proyecto *Enlazadas*, de la Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe EULAC, sugerimos la lectura del capítulo de Sayri Karp, incluido en este volumen.

El catálogo se presentó en 2018 y 2019 en Frankfurt y Guadalajara, y participa, a través de miembros de la EULAC, de la plataforma de venta de derechos *Frankfurt Rights* en la Feria del Libro de Frankfurt a partir de 2020.

Algunas de las editoriales de la REUP que participan en el catálogo de derechos pero no participaron previamente en ferias internacionales son: Universidad ISalud, Católica de Santiago del Estero, Católica de Cuyo; para el caso de la REUN: editoriales de la Universidad Nacional de las Artes y de la Universidad Nacional de La Pampa.[16]

4.2 Catálogos temáticos

La edición de catálogos temáticos forma parte del Proyecto *Enlazadas*, que consiste en la selección de una temática de relevancia social a partir de la cual se organizan foros con la participación de académicos expertos, destinados a un público amplio, y se edita un catálogo afín. Es una de las estrategias para dar visibilidad a la producción bibliográfica de las editoriales universitarias de los países iberoamericanos como conjunto y funciona como una brújula para identificar lectores y así ampliar la red de circulación del conocimiento.

Se han editado los catálogos de género (2020), de medio ambiente (2021) y derechos humanos (2022), en los cuales la participación de referencias de la Argentina representó aproximadamente el 8%.

Mientras que en el primer catálogo participaron 10 editoriales de la Argentina, en el segundo fueron 20 y 18 en el tercero. Un hecho significativo

[16] Quisiéramos señalar que editoriales como la de la Universidad Nacional de La Pampa, la Universidad Nacional de Rosario y la Editorial de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), si bien tuvieron nula o poca participación en ferias internacionales, sus títulos fueron seleccionados para integrar la plataforma *Key Titles* en 2020 y 2021. Se trata de un proyecto de la Cámara Argentina del Libro, la Agencia Argentina de Inversiones y Comercio Internacional y el Programa SUR, para promover la publicación de libros argentinos en otros idiomas. Ver: https://argentinakeytitles.org/es/.

lo constituye la inclusión de editoriales que no participaban en las ferias internacionales, pero comienzan a tener inserción internacional a partir de estos catálogos. Tales son los casos de la Universidad Maimónides y el Espacio Editorial de la Universidad Concepción del Uruguay, en los catálogos de medio ambiente y derechos humanos. Es significativa la presencia de editoriales de la REUN como la Editorial de la Universidad del Nordeste (Eudene), Editorial de la Universidad Nacional de Hurlingham (UNAHUR), EDUNT y la Editorial de la Universidad Nacional de Formosa que empiezan a participar de la EULAC a partir de estos catálogos.

4.3 Ulibros: Plataforma de libros universitarios y académicos

Desde hace más de diez años, la EULAC se ha puesto como objetivo contar con un sistema de referencias de la producción editorial universitaria. En sus inicios, a través de la plataforma *Visibilidad y conocimiento*, y desde 2020, a través de *Ulibros*, una plataforma de gestión de metadatos que permitirá en un futuro identificar redes de conocimiento.

Según el Informe de Ulibros[17], con fecha abril 2022, indica que el portal dispone de 39.376 referencias correspondientes a países de América Latina y el Caribe y España, de las cuales 3045 son de la Argentina. De esta manera, Argentina tiene una participación del 7,9%.

Las editoriales universitarias de la Argentina que disponen de cuentas en la plataforma Ulibros son 48 de la REUN y 19 de la REUP, aunque hasta la fecha solo 28 editoriales de la REUN y 17 de la REUP las que han completado sus metadatos. Esto se debe a la incorporación más tardía de la REUN en el sistema y las diversas dificultades de las

[17] La empresa desarrolladora de la plataforma denominada Hipertexto-Netizen prepara informes actualizados denominados *Reporte evolución general EULAC*.

editoriales para completar los metadatos. De tal manera que se espera un crecimiento de su participación acorde a su producción editorial.

La disponibilidad de esta plataforma amplía el horizonte de internacionalización para muchas editoriales, así como refuerza la importancia de seguir trabajando en red.

5 Tendencias a partir de la pandemia: digitalización y acceso abierto

Un momento clave ha sido el inicio de la pandemia y, asociado a ello, el aislamiento social preventivo y obligatorio a raíz del COVID 19 en marzo de 2020 y las diferentes etapas que lo sucedieron. Se trata de un período en el cual la EULAC y las asociaciones nacionales fortalecieron lazos y elaboraron estrategias conjuntas para lograr sinergias entre las diferentes redes y asociaciones de la región. Los proyectos que se mencionaron en el apartado se crearon o fortalecieron en este período.

Particularmente, en esta sección queremos hacer referencia a dos encuestas realizadas por la EULAC que recogen información valiosa en cuanto a tendencias vinculadas con el acceso abierto y la digitalización.

Desde la EULAC, se realizó un primer relevamiento en abril de 2020 de las estrategias que las editoriales universitarias habían elaborado para acercar el conocimiento a los lectores, asociado a la necesidad de cumplir no solo con su función científica y cultural sino fundamentalmente social.

De la Argentina, respondieron 22 editoriales.[18] A partir de las respuestas, sabemos que todas han colocado sus catálogos en acceso abierto: en su

[18] De la REUN participaron 15 editoriales: EUDEM, UNIPE, EDIUNC, UNRN, EdUNLPam, UNICEN, EDUNPAZ, UNQ, UNSAM Edita, UNL, EDUVIM, EDUNT, UNR, Eudeba y UNGS. De la REUP participaron 7 editoriales: Católica de Córdoba, Católica

totalidad, por colecciones, por títulos, por capítulos, en sus propios sitios web o en los repositorios institucionales, para el público general y/o públicos específicos. La mayoría se sumó a la campaña #Yomequedoleyendoencasa y muchas de ellas participaron convocadas por el Consejo Interuniversitario Nacional para participar de la Biblioteca Digital "Leer en Casa",[19] portal creado por el Ministerio de Educación de la Nación, junto con la Cámara Argentina del Libro (CAL), la Cámara Argentina de Publicaciones (CAP), la Fundación El Libro y la plataforma del grupo Vidatec, para acceder de forma gratuita a literatura tanto académica como recreativa.

La mayoría aprovechó las redes sociales para hacer campañas de comunicación de sus libros en acceso abierto o programas de acompañamiento de sus lectores mediante encuentros con autores (como EDUVIM), otras han hecho promociones con descuentos especiales de sus libros electrónicos (UNSAM Edita) o han incorporado el sistema de envíos al momento de apertura del sistema de entrega a domicilio (Editorial de la Universidad Católica de La Plata).

En julio de 2020, desde la EULAC se hizo un segundo relevamiento acerca de cómo la pandemia estaba afectando el funcionamiento de las editoriales. De la Argentina respondieron 15 editoriales. [20]De ese relevamiento nos interesa destacar que, al igual que el resto de los países, las dos áreas más afectadas fueron la producción y la venta de libros impresos. Si observamos las respuestas: 13 editoriales dejaron de imprimir mientras 2 siguieron haciéndolo. Aquellas editoriales que producían sus libros digitales, o estaban preparadas para

---

de Salta, Católica de Santa Fe, Concepción del Uruguay, Aconcagua, Flores, Juan Agustín Maza. Para conocer más: https://eulac.org/eulac-ante-la-pandemia/

19 Ver: https://www.argentina.gob.ar/educacion/biblioteca-digital.

20 De la REUN participaron 5 editoriales: UNICEN, EDUPA, EdUNLPam, EDUNSE, EUDEM. De la REUP participaron 10 editoriales: Católica de Salta, Católica de Santa Fe, Católica de La Plata, Católica de Córdoba, Católica de Cuyo, Juan Agustín Maza, Concepción del Uruguay, Adventista del Plata, Universidad Abierta Intera-mericana y Maimónides.

ello, fortalecieron esta modalidad: 11 manifestaron haber editado libros digitales, 3 no contaban con ese formato y una estaba en proceso de digitalización. De tal manera, si bien hubo una merma en el plan de producción editorial, por otro lado, hubo una tendencia hacia la producción de libros digitales.[21]

Los datos obtenidos por las encuestas de EULAC, en relación al incremento de la participación en la producción de libros digitales, se refuerzan con el *Informe de Producción y Comercialización 2019-2020* de la REUP[22] en donde se muestra que en 2020, en relación al 2019, existe una disminución de títulos del 43%, hay un incremento del 34,61% de la producción de libros en formato *e-book* y se observa que el 68,75% de las editoriales publican en formato *e-book*. En cuanto a la venta de ejemplares, el formato impreso disminuyó un 58,58% y el formato *e-book* creció un 836% respecto al año anterior.

Si bien no hay una encuesta similar realizada por REUN, hemos recogido algunas afirmaciones de editores que confirman las tendencias anteriormente señaladas. Facundo Abalo, director de la Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (Edulp), afirma que se "Descargaron nuestros libros en lugares que uno jamás creería, desde Finlandia hasta Sudáfrica", y Carlos Gazzera comenta que: "A nosotros, el E-commerce nos subió entre un 80 y un 85 por ciento en relación al 2019". (ROMERO, 2021)

Entendemos al proceso de digitalización como aquel que incorpora no solo la edición de libros electrónicos sino el uso de las herramientas digitales para la venta de libros en ambos formatos, la apertura de sus catálogos, la inclusión de redes sociales para la difusión de los catálogos y la comunicación con los lectores, pero también la posibilidad de

---

21 Para ver más: https://eulac.org/2020/11/pandemia-no-te-tenemos-miedo/.

22 La denominación completa: *Informe de Producción y Comercialización 2019-2020 Sector Editoriales Universitarias Privadas de Argentina- Análisis del Impacto de la Pandemia por COVID 19 en el sector*, elaborado por Ediciones Universidad Católica de Salta (EUCASA) para la REUP. La encuesta fue respondida por 15 editoriales.

que el trabajo editorial se desarrolle de manera remota. En este sentido, la pandemia ha sido un acelerador de este proceso, como observamos en los resultados de las encuestas realizadas por la EULAC.

El acceso abierto, como uno de los pilares de la ciencia abierta[23], no ha sido discutido en el marco de las redes de editoriales universitarias en la Argentina. Sin embargo, a partir de la pandemia, como se deriva de una de las encuestas de la EULAC, editoriales que no disponían de títulos en acceso abierto, comenzaron a hacerlo y ha servido para iniciar un camino en este sentido.

A excepción de algunas editoriales como la de la Universidad Nacional de La Plata (Edulp) –cuya universidad ha sido pionera en el acceso abierto en la Argentina–, que incluye en su política la disponibilidad de todos sus libros digitales en acceso gratuito y universal, o la editorial de la Universidad Nacional de Río Negro que, desde su creación relativamente reciente, acompañó la política institucional de su universidad con el apoyo al acceso abierto, la mayoría respondió a la situación de emergencia colocando sus catálogos en acceso abierto y algunas comenzaron a incluirlo como parte de su política editorial.

Tal es el caso de EDUVIM, que durante el 2020 preparó las condiciones técnicas y jurídicas para lanzar el proyecto en 2021. De los 90 títulos en Acceso Abierto proyectados para 2021, se prepararon para su visibilidad 64 y, de esos, 48 se subieron a la plataforma de la Biblioteca Central de la universidad. (EDUVIM, 2022)

Varias editoriales universitarias están incluyendo parte de su catálogo en la Biblioteca en Acceso Abierto CLACSO, tales son las

[23] La EULAC, junto con la Unión de Editoriales Universitarias Españolas (UNE), organizaron en junio de 2021 un panel sobre *Ciencia abierta, reflexiones desde la edición universitaria y académica*, para dar inicio al debate y reflexión regional sobre un tema que impacta a la edición universitaria; puesto que la ciencia abierta promueve, entre otros, la disponibilidad de los resultados derivados de la investigación.

Bibliotecas EDUVIM, UNGS, UNIPE y CALAS (Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados).[24]

Entendemos que el acceso abierto, así como las discusiones acerca de la ciencia abierta en el marco de las instituciones universitarias, es una tendencia que se irá consolidando en los próximos años. Así como no se concretó la competencia que se esperaba entre el libro electrónico y el impreso, creemos que tampoco se dará una competencia entre la comercialización del libro universitario y el acceso abierto, sino que ambas modalidades permitirán ampliar un mayor acceso al conocimiento producido por nuestras universidades.

6 A modo de cierre

Hemos intentado presentar el panorama de la edición universitaria argentina a partir de la presentación de modelos editoriales basados en los criterios de alcance geográfico (territorial-internacional) y público lector de los catálogos (puramente académico-bibliodiverso). Consideramos el carácter dinámico de estos modelos, en tanto establecimos una aproximación a una periodización de acuerdo a diferentes factores externos políticos, económicos y epidemiológicos que condicionaron o favorecieron determinados desarrollos. En este contexto, el papel de las redes nacionales, tanto la REUN como la REUP, y de la EULAC, como red de redes, han sido claves para enfrentar los nuevos desafíos. Creemos que el fortalecimiento de las redes redundará en

[24] CALAS es un espacio académico que se dedica a fortalecer la cooperación académica transdisciplinaria y transregional en las Ciencias Sociales y Humanidades entre América Latina y Alemania. Las editoriales universitarias que forman parte del proyecto son: la Editorial Universitaria Guadalajara de México, la Editorial de la Universidad de Costa Rica, la Editorial FLACSO Andes de Ecuador, UNSAM Edita de la Argentina y Bielefeld University Press de Alemania.

mejores modelos de editoriales universitarias, no solo en la Argentina, sino en toda la región.

Bibliografía

DUJOVNE, M. A. Ampliación y límites estructurales de la edición universitaria argentina: un análisis de producción y distribución editorial entre 2014 y 2019. *Telar*, San Miguel de Tucumán, n. 23, p. 91-118, enero/jul. 2019.

EULAC. *De libros, conocimientos y otras adicciones*: la edición universitaria en América Latina. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016.

GAZZERA, C. *Anuario 2021 Eduvim*. Córdoba: Eduvim, 2022. Disponible en: https://www.eduvim.com.ar/gestion-abierta/anuario-2021. Acceso en: 26 mayo 2022.

ROMERO, J. M. Las editoriales universitarias apuestan a nuevos lanzamientos para el despegue. *Página 12*, Buenos Aires, año 11, 9 abr. 2021. Disponible en: https://www.pagina12.com.ar/334147-las-editoriales-universitarias-apuestan-a-nuevos-lanzamiento. Acceso en: 7 abr. 2022.

UNA MIRADA A LA ACTUALIDAD EDITORIAL EN LA ARGENTINA

Leandro de Sagastizábal

Contenido del trabajo

Esta participación tiene como objetivo, me habían adelantado, hacer algunas observaciones sobre la edición en nuestros países, señalando aspectos importantes como ***las tendencias, las potencialidades de la actividad y los peligros.***

Quisiera comenzar esta presentación resumiendo brevemente los datos surgidos de una encuesta realizada en mayo de 2020, es decir a un mes de iniciado el aislamiento impuesto por la epidemia de Covid-19[1].

La razón de la elección es muy simple: creo que este es el nuevo punto de partida desde el cual imaginar cualquier futuro para la edición en la Argentina. Es a partir de la realidad planteada por la cuarentena la

[1] La encuesta de mayo de 2020 fue realizada por la doctora Daniela Szpilbarg, investigadora del Conicet, en el marco del proyecto "La edición argentina contemporánea, entre el mercado y el Estado. Demandas, tensiones y perspectivas", con sede en el Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Registra la opinión de representantes de 131 editoriales de todo el país, en un contexto en que el que ya se percibía como desfavorable o muy desfavorable, con una caída estimada en más del 50% de las ventas en los últimos dos años.

"bisagra" temporal para analizar cualquier tema. La realidad que describía aquella encuesta se ha ratificado en la reciente inauguración de la 46º Feria del Libro de Buenos Aires, cuando en su discurso el presidente de la Fundación el Libro, el editor Ariel Granica, reiteró casi en los mismos términos los principales reclamos al Estado para resolver los problemas que en parte ya figuraban en esa encuesta.

A ese análisis he sumado datos divulgados en una conferencia de prensa del pasado 28 de abril del presente año por la Cámara Argentina del Libro, a la que he sumado algunas interpretaciones personales en la medida que describen mejor aspectos que estimo relevantes.

1 Encuesta de 2020

El 77% de las editoriales encuestadas en el 2020 estaban radicadas en la Ciudad y la provincia de Buenos Aires, lo cual refleja una característica del sector en la Argentina que es la concentración geográfica.

Este dato nos permite una primera reflexión sobre la importancia de las editoriales universitarias porque en muchas provincias son justamente ellas las únicas o casi únicas que ofrecen posibilidades de edición a los autores locales.

En sus historias, las editoriales también reflejan la fisonomía actual del sector: casi el 50% tenía más de diez años de antigüedad, pero también se registró la existencia de un 11% con menos de tres años de existencia.

Estos perfiles se completan con las publicaciones realizadas en 2019 último registrado: el 7% de las editoriales, las de mayor envergadura, publicó más de 40 títulos, mientras que el 43% solo entre 1 y 4 títulos.

A la cantidad de títulos publicados también hay que agregarle que las tiradas han sido más bajas que años anteriores, aunque este dato no figuraba en la encuesta pero sí, como veremos más adelante, fue indicado en la presentación de la Cámara Argentina del Libro.

Esto es importante porque, como lo manifestaba una editora de libros infantiles recientemente en las Jornadas de Profesionales de la Feria del Libro, uno de los problemas que afrontan las pequeñas y medianas editoriales es el tema de la escala, realidad que condiciona las posibilidades de distribución, de exhibición en librerías y hasta de relación con los impresores en momentos de saturación de las imprentas.

Otro dato que registraba la encuesta del 2020 es la pertenencia de los editores a diferentes ámbitos asociativos: el 44% de los encuestados manifestaba pertenecer a la Cámara Argentina del Libro, el 7% a otras asociaciones de editores, de librerías y afines, y el 49% restante no tenía participación en ningún ámbito o no declararon tenerlo.

En la encuesta, los editores y las editoras consultados expresaban la urgente necesidad de implementar acciones concretas en la digitalización de los libros y producir ventas *online* de libros en papel.

En la Argentina la dinámica parece ser mucho más lenta que en Brasil. En la investigación (pesquiza, como la llaman ustedes) de ABEU del año 2021 se menciona que el porcentaje de editoriales universitarias que publica libros digitales aumentó de un 52% en 2018 a un 94% en 2021. Es decir que hubo un notorio aumento en las iniciativas con este objetivo.

Muy pocas editoriales, en abril del 2020, tenían su canal de venta diversificado para libros de papel y libros digitales. El 73% no había tenido hasta ese momento ventas de libros digitales. Y solamente un 14% había obtenido ventas de aproximadamente un 10% del total de las mismas.

Esta proporción se mantiene hasta la fecha. Por ejemplo, Eudeba la principal editorial universitaria de Argentina, en el primer trimestre del 2022 ha vendido aproximadamente 12.000 libros en papel y 1.200 *ebook*.

No obstante, ante el advenimiento de la pandemia, la mayoría emprendió acciones tendientes a potenciar el canal *online*. Las principales iniciativas fueron campañas de prensa para la presentación del catálogo *online*, la difusión de novedades y entrevistas a los autores, así como el desarrollo de una tienda digital, que encaró el 12% de las consultas.

En todas estas acciones las redes eran el vehículo más apto para canalizar las iniciativas. En la gran mayoría de los casos a través de Facebook e Instagram, aunque también en algunos casos con YouTube.

Ante la crisis se sumaron otras decisiones:
- La suspensión de lanzamientos de novedades.
- Se coordinaron con otras editoriales y con librerías estrategias conjuntas, como ferias virtuales. Se desarrollaron sinergias con colegas, es decir de cooperación. Un 44% manifestó haberlo hecho y un 20% más tenía la intención de concretar ese tipo de estrategias colectivas.
- También se instrumentaron instancias de capacitación en *e-commerce*.

Por otro lado se registraron acciones destinadas a otorgar visibilidad a la situación del sector y de mantener activo el uso de los libros:
- Exposiciones explicativas de la situación destinadas a autoridades nacionales, provinciales y municipales.
- Campañas como la titulada "Sálvese quien lea", que articuló sellos editoriales y librerías pequeñas, apelando a los lectores especialmente en el caso de las editoriales independientes.

- Descuentos especiales para ventas anticipadas de las novedades, es decir preventas.
- Ferias del libro virtuales realizadas durante el año 2021, como la "Feria del Libro en Casa" o incluso la Feria del Libro de Buenos Aires en el canal oficial de la televisión pública y con la animación de dos conductores que tienen allí programas específicos sobre libros.
- Facilitación del acceso a PDF de libros de los catálogos a profesores universitarios y de enseñanza media.

En el caso específico de una editorial como Eudeba para los libros de cátedra en versión digital se tomó una decisión que perdura hasta la fecha, que es que los mismos tengan el precio de un café. La intención es mantener vigente las bibliografías y llegar a los alumnos a un precio muy menor al de las reprografías.

En el caso de las librerías, no ya de las editoriales, hubo un mayor desarrollo de las ventas *online* y de la entrega a domicilio.

En la Argentina hay un canal de comercialización, que es un sitio de compras generales, que se llama Mercado Libre. Es una variante comercial que ha resuelto mucho la venta de libros en papel y su distribución.

Por último, se hizo presente una mayor necesidad de capacitarse en tecnologías de edición de libros digitales, así como en estrategias de *e-commerce* y el conocimiento de sistemas y plataformas de distribución online de e-books.

En esta aspecto hay una instancia creada hace unos años por Daniel Benchimol, cuyo proyecto se llama Proyecto 451 que ofrece cursos, organiza charlas, brinda asesorías referidas a la formación en temas digitales.

Pero al conjunto de iniciativas propias de las editoriales se le sumaron una serie de demandas de los editores y editoras al Estado, como por ejemplo:

- Facilitar la logística para reducir costos en los envíos.
- Abaratar el precio del papel. Solicitar acciones de control sobre el precio del papel y lograr subsidios para la compra de ese insumo.
- Lograr líneas de créditos blandos.
- Impulsar campañas de lectura.
- Crear un fondo de estímulo para autores y editoriales.
- Eximir temporalmente el pago de algunos impuestos. Eximir temporalmente el pago del ISBN.
- Diseñar un sistema de pagos de sueldos de empleados y empleadas con aportes del Estado.
- Sugerir compras directas de libros y de contenidos digitales por parte del Estado.
- Lograr financiamiento para la compra de las tecnologías necesarias para la digitalización de los libros.
- Aumentar la promoción del sector editorial y de los libros en los medios públicos.
- Organizar ferias virtuales.
- Subsidiar capacitaciones para temas relacionados con la edición digital.

2 Datos de 2022

El segundo momento en el que deseo deternerme, en esta breve exposición, es cuando los directivos de la Cámara Argentina del Libro expusieron en la Feria del Libro de Buenos Aires y nos brindaron datos referidos al cierre del año 2021 en una reunión de prensa el 28 de abril de este año.

La 46º edición, la primera presencial luego de la pandemia, está teniendo muy buena concurrencia y ya en el primer fin de semana rompió los récords de asistencia y señalo brevemente que en cuanto a la producción, en los primeros meses de 2022 se mencionaron números mejores respecto a 2020 pero que aún representan un tercio de la producción de 2014, año en el que se registraron los porcentajes más altos el sector editorial. En 2021, volviendo al informe brindado por la CAL, se publicaron 34.256 novedades, con un visible crecimiento de los libros infantiles, juveniles y didácticos. La tirada total de títulos que se editaron por primera vez en soporte papel fue de poco más de 43 millones y medio de ejemplares, cifra lejana a los 129 millones de 2015. Este dato permite confirmar la caída de ese casi 50% que ya era registrada en la percepción de los editores en la encuesta del 2020 antes mencionada.

El informe destaca un incremento del 24% en las publicaciones totales, con fuerte impronta de las ventas institucionales y ediciones de instituciones públicas que tuvieron un rol clave en ese crecimiento. En relación a cantidad de ejemplares de primeras ediciones publicadas por el sector editorial comercial, el 38% tuvo tiradas que no superaron los 600 ejemplares, algo que como es lógico imaginar cubre muy parcialmente cualquier comercialización en librerías. La tirada promedio del sector pasó de unos 2.700 ejemplares a mediados de la década pasada a 1.000 ejemplares en la actualidad, con un porcentaje de muchas editoriales que imprimieron en la cantidad de 600 ejemplares mencionada.

Las traducciones no ofrecieron grandes cambios, ya que los títulos de autores de habla inglesa son los más habituales, con un 14% del total de novedades, y le siguen el alemán, el portugués y el italiano.Las temáticas que más se publican son la infantil, juvenil y los libros didácticos, con un 24% del total, le siguen la ficción y temas afines, con un 13% y completan la lista los ensayos sobre distintas disciplinas.Que las producciones se concentren en los lectores más chicos y en los jóvenes es una buena noticia para los editores, ya que marca que las nuevas generaciones, aunque están

fuertemente atravesadas por la cultura digital, siguen recurriendo al libro en papel como soporte de lectura.La concentración también es un punto abordado en el informe, donde el 60% está representado por grupos editoriales y el 40% independientes, pequeñas y medianas. En este punto se puede ver que las librerías son el principal cliente, esto es, son las principales vías de distribución para la primera tirada de novedades, tanto para los grandes grupos como para las más pequeñas. Mercado Libre, como ya se ha dicho, se ha transformado en un importante canal de comercialización y el descuento con el que se trabaja con ellos es del 13% del precio de tapa. Se anunció en esa conferencia de prensa que se ha firmado un convenio con el Banco Nación para poner en marcha una plataforma o *marketplace* para la venta de libros que no se lleve ese porcentaje y a su vez quede en el área editorial.“ También va ser una forma de generar información para gestionar y pensar iniciativas para el sector”,explicó el presidente de la Cámara del Libro, Martín Gremmelspacher, en ocasión de la exposición que estamos resumiendo, quien contó que si bien el acuerdo ya está firmado se espera que en seis meses esté disponible la web, gerenciada por la institución, en la que se comercializarán libros hechos en Argentina. El comercio exterior del libro ocupó otro punto del informe y los datos demuestran que en 2021 hubo una leve recuperación de las exportaciones, con 21 millones de dólares contra 18 millones en 2020, mientras que las importaciones pasaron de 39 en 2020 a 38 en 2021. “Uno defiende que se produzca en Argentina pero también como editores defendemos la bibliodiversidad”, siguió diciendo el titular de la Cámara del Libro al señalar que muchas veces hay trabas para poder acceder a libros cuyos derechos de autor los tienen sellos de afuera e identificó que es en el vínculo editor-distribuidor donde se manifiesta ese punto de conflicto. También, puedo agregar yo, hay libros cuyas temáticas son específicas y el escaso público interesado en los mismos no justifica ediciones locales sino la importación de pocos ejemplares para aquellos lectores especializados en esos temas.Las compras del Ministerio de Educación se señalaron, como un factor clave para el sector e informaron que

las últimas compras fueron de 7 millones de ejemplares para la enseñanza primaria y durante la conferencia se anunció también que el mes de junio se conocerá un informe centrado en librerías y adelantaron un dato: las ventas en el sector editorial en este primer trimestre están llegando a niveles prepandemia, es decir, el primer trimestre de 2019.

A partir de esta breve síntesis, podemos ver que los editores y los libreros de un país como la Argentina tienen destrezas necesarias de un sector productivo, como por ejemplo:

- Capacidad para el asociacionismo.
- Capacidad para definir la ayuda que necesitan del Estado, como políticas de apoyo.
- Capacidad para lograr que se visibilicen los problemas, como la de controlar los costos de los insumos.
- También iniciativas para impulsar la capacitación ante los cambios tecnológicos que demandará el futuro de manera creciente.

Ahora quisiera, a partir de esta suerte de descripción del sector editorial de Argentina enfocarme en las tres cuestiones planteadas al inicio como líneas de análisis.

3 Tendencias

Aunque estas pocas indagaciones resumidas colaboran para tener una imagen del sector, es difícil tener una visión más acabada por la ausencia de estadísticas. Por ejemplo, no se registran la dinámica de las reimpresiones y todos sabemos la importancia que estas tienen para conocer sobre la fortaleza de una editorial.

Las iniciativas para generar contenidos digitales y opciones de comercialización *online* son indudablemente una tendencia, aunque en términos de ventas podemos ver como se mantienen en un 10% con relación a los libros en papel.

El mercado de lectores ha estado claramente en un proceso de disminución. Menos títulos y tiradas más reducidas. Y aunque no lo dicen estos estudios pero sí lo dicen los comentarios de editores y profesionales que analizan el sector, hay una mayor frecuencia de libros financiados por los autores, incluso en las editoriales grandes.

Por otro lado, se aprecia una mejora en las ventas. En el primer trimestre de este año hubo respecto de 2021 un aumento de un 200% en las ventas, medidas en términos de dinero, algo que hay que mirarlo a la luz de un proceso inflacionario muy activo, pero también un dato más valioso para apreciar un crecimiento: hubo un 80% de aumento medido en términos de ejemplares vendidos.

Se observa una presencia cada vez mayor del Estado, no solo como comprador en el caso de los libros de textos educativos, como hemos visto, sino como está ocurriendo en Ciudad de Buenos Aires también como editor.

No hay campañas sistemáticas tendientes a desarrollar el volumen de lectores.

Un fenómeno especial que se evidenció en las Jornadas Profesionales de la Feria hace unos días es la aparición de una suerte de "libreros virtuales" que, sin dudas, son un fenómeno pospandemia. Jóvenes adolescentes que se comunican en las redes hablando de libros, especialmente en TikTok, que participaron de encuentros de *influencers* y que cultivan géneros como las novelas románticas o de fantasía. Transmiten sus vivencias lectoras y tienen una inmensa cantidad de seguidores.

4 Potencialidades

Un buen grado de profesionalización. En caso de los editores universitarios verificable en varios aspectos: la presencia de editores (*editors* y *publisher*) gestionando los proyectos, lo que tiene como consecuencia el uso de mecanismos editoriales para todos los procedimientos.

La existencia de lugares de formación de editores, como carreras universitarias y cursos, así como para traductores y diseñadores. Las Jornadas de Edición Universitaria, que se llevan a cabo en el marco de la Feria del Libro, tienen más de diez años.

Espacios representativos del sector. Por ejemplo, la Red de Editoriales Universitarias Nacionales, que reúne alrededor de 40 editoriales de universidades públicas, gestiona también espacios de difusión, promoción y comercialización, como por ejemplo presencia en la Feria del Libro, contar con una librería propia, tener acuerdos de comercialización con editoriales de otras regiones, etc.

Hay además una asociación de universidades privadas cuya cifra de integrantes no he visto publicada.

Catálogos mejor concebidos no solo hacia adentro de los ámbitos académicos sino de encuentro con los públicos lectores más amplios, incluyendo libros infantiles y temas atractivos.

5 Peligros

Problemas con los insumos. El papel, por ejemplo, amén de las dificultades de abastecimiento — ya que ha sido acumulado por grandes empresas y actualmente existen limitaciones de importación — tuvo un aumento de precio en el último año y medio de un 150%.

Debilitamiento del sector impresor. Del total de imprentas que existen en la Argentina, aproximadamente entre un 8 y un 12% hacía libros. Hoy lo hace el 7%, lo que genera en determinados momentos del año una saturación de los talleres.

Hay, como se ha mencionado, muy pocas acciones para ampliación del mercado de lectores.

Existen serias dificultades para la circulación de los libros. Por ejemplo, algunos editores manifiestan haber tenido crecimiento en todos los rubros en el 2022 con respecto al 2021 menos en temas del comercio exterior.

En una reciente participación en las Jornadas de Profesionales en la Feria del Libro de Buenos Aires, Daniel Benchimol[2] sostenía lo siguiente ante un auditorio que celebraba entusiasta el regreso del evento y al mismo tiempo con la buena dinámica de ventas mencionada.

> Perdón por ser un poco aguafiestas, no puedo dejar de señalar que la Feria también refleja los serios problemas estructurales que tiene la industria en todo el mundo, varios de los cuáles he desarrollado en mi exposición en las Jornadas Profesionales. Me refiero a los problemas en términos de circulación de libros en la región y en el interior de cada país, con una balanza comercial entre América Latina y España totalmente deficitaria; a los nulos planes estratégicos para hacer crecer una industria que podría alcanzar a 500 millones de hispanoparlantes y es económicamente inferior a, por ejemplo, Francia, que posee una audiencia de lectores 10 veces más pequeña; a la fuerte concentración geográfica de editoriales y librerías, siempre en los grandes centros

[2] Palabras tomadas de la conferencia "10 años: un ensayo sobre la industria del libro, su presente y su futuro" del 26/04/2022. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=0-Eti-z3p_I

> urbanos; a las deficiencias en términos de distribución de libros, que generan que prácticamente 1 de cada 4 libros que se produce no se venda.

Agregaba además referencias a la ya mencionada precaria información estadística del mercado con la que contamos y a la que tenemos acceso. Y también, por citar algunos aspectos que consideraba graves es cómo que se siguen ensayando las mismas soluciones que hace 20 años atrás, sin considerar el enorme cambio tecnológico y las oportunidades actuales.

Ojalá, terminaba deseando y así termino yo también, esta incipiente reactivación del sector no suponga volver a poner en un segundo plano e invisibilizar estos aspectos críticos y sensibles para el futuro de la industria a mediano plazo.

MULTILINGUISMO E BIBLIODIVERSIDADE: DESAFIOS PARA AS HUMANIDADES E CIÊNCIAS SOCIAIS

Delfim Leão
Ana Balula
Lorena Caliman Fontes

1 Enquadramento geral

Entre os anos de 2019 e 2021, os autores deste contributo estiveram envolvidos diretamente no EU Horizon 2020 project 871069 – OPERAS--P (*Preparing Open Access in the European Research Area through Scholarly Communication*), no âmbito do qual – e mais em concreto da tarefa "T6.4. Innovative models of bibliodiversity in scholarly publications" – desenvolveram a investigação cujos resultados agora se apresentam num formato mais sintético. Os documentos originais de que derivam foram publicados em inglês em Balula e Leão (2021) e Leão e demais autores (2021). Os resultados preliminares da investigação foram sendo apresentados em vários eventos internacionais ligados à temática do multilinguismo e da bibliodiversidade. A redação final colheu o benefício, em particular, da análise crítica coletiva dos membros que integram o *Special Interest Group for Multilingualism* do consórcio OPERAS, tendo uma versão do relatório

sido disponibilizada como *living book*[1] igualmente em 2021, de maneira que a reflexão pudesse continuar a ser enriquecida com contributos de novos leitores. Esta síntese agora apresentada em língua portuguesa visa também servir o objetivo de pôr em prática o que se advoga em teoria – tornando a essência do estudo acessível a falantes de português.

2 Introdução

Do ponto de vista histórico, não há surpresa em identificar a necessidade de se usar uma linguagem que funcione como um facilitador comum da comunicação ou *lingua franca* – como o conceito é geral e amplamente conhecido. Para ilustrar isso, será suficiente evocar dois exemplos marcantes do passado. Um é a antiga *koine* grega que foi amplamente divulgada com as expedições de Alexandre e com a nova realidade "globalizada" – em grego, *oikoumene*, implicando o "mundo inteiro habitado" – moldada após a morte do rei macedónio. Esta *koine* ou "língua comum" correspondia a uma versão simplificada do grego falado e escrito em Atenas, devido à elevada reputação cultural que lhe era reconhecida. A *koine* tornou possível conquistas civilizacionais como a Biblioteca de Alexandria ou a tradução grega da Bíblia conhecida como *Septuaginta*, precursora da experiência de trabalho colaborativo. A importância cultural da *koine* durou séculos, até ser substituída pelo latim, num movimento impulsionado pelo Império Romano, mas que viveria muito além do seu declínio, como língua de administração, de cultura e, sobretudo, como veículo por excelência para exprimir a comunicação científica. Comparado com esses exemplos, o domínio do inglês é muito mais recente e ninguém poderá dizer se vai ou não

[1] Ver em: https://www.operas-eu.org/special-interest-group-living-book/operas-multilingualism-white-paper-june-2021/.

durar tanto tempo. Em todo o caso, partilha com a *koine* grega e com o latim algumas características básicas: uma *lingua franca* proporciona aos seus falantes nativos uma vantagem natural nos campos comercial, político e cultural, além de que, quanto mais forte for, mais importante e eficiente se tornará, suscitando noutras comunidades linguísticas a necessidade de utilizar este mesmo canal de comunicação.

Hoje em dia, afigura-se indiscutível que a publicação académica é impulsionada pelo uso da língua inglesa, mas isso não significa nem pode significar que as outras línguas tenham de ser abolidas como agentes científicos e culturais, igualmente válidos e indispensáveis. Por conseguinte, o multilinguismo é uma expressão da bibliodiversidade que tem de ser protegida e valorizada, particularmente na área das Humanidades e Ciências Sociais (HCS). Assim, o principal objetivo deste artigo-síntese é recordar os principais fatores que influenciam a seleção linguística e a utilização do multilinguismo no domínio da comunicação científica, permitindo a apresentação de recomendações para futuras iniciativas destinadas a reforçar o multilinguismo.

3 Revisão da literatura

Nesta parte do trabalho, é feita uma análise de conteúdo de estudos que incidem sobre os constrangimentos e oportunidades que decorrem do uso do multilinguismo na comunicação científica. Dessa análise decorre a conclusão de que a utilização de uma forma de multilinguismo equilibrado na comunicação científica pode constituir uma excelente oportunidade para fomentar a partilha de informação, a construção colaborativa do conhecimento e a equidade, ao promover uma interação global entre investigação multinacional e multidisciplinar.

3.1 Metodologia

O trabalho desenvolvido por Balula e Leão (2021) foi um estudo qualitativo de natureza exploratória e o método utilizado situa-se no âmbito de uma revisão integrativa da literatura, sintetizando os resultados de investigação já publicados com base na análise *in vivo* do conteúdo do *corpus* selecionado. (COOPER, 1998) Esse método foi utilizado para identificar tendências de atuação ao nível da investigação e de prática futuras, uma vez que "[...] novos conhecimentos sobre a investigação anterior são criados através da análise crítica; a síntese baseia-se nisso para criar novas perspetivas sobre o tópico como um todo".[2] (TORRACO, 2005, p. 363, tradução nossa) Por conseguinte, este constitui um meio para permitir uma compreensão mais abrangente do tema em estudo, ou seja, a clarificação do tópico, tendo em conta as suas áreas de impacto, assim como as lacunas e necessidades futuras em termos de investigação. (RUSSELL, 2005) As fases abrangidas pelo método são: formulação do problema, recolha de dados, avaliação e seleção de dados, análise de dados, interpretação e apresentação de resultados. (RUSSELL, 2005)

Quanto ao problema em si, o estudo centrou-se no preenchimento de uma lacuna na literatura recente, nomeadamente no respeitante à identificação de fatores que influenciam a dinâmica subjacente à seleção linguística e ao uso do multilinguismo na comunicação científica. A base de dados selecionada foi a Google Scholar e os termos de pesquisa utilizados foram "scholarly communication", "language" e "multilingualism" – combinados com o operador Booleano AND. Na pesquisa, realizada a 6 de abril de 2020, identificaram-se 152 trabalhos. Esses resultados foram revistos para excluir duplicações, dissertações de doutoramento e mestrado, bem como trabalhos que não cumpriam os objetivos de investigação

[2] Do original: "[...] *new knowledge about previous research is created through critical analysis; synthesis builds on this to create new perspectives on the topic as a whole*".

deste estudo. No que respeita aos critérios de seleção, consideraram-se as obras publicadas em acesso aberto, entre 2019 e 2020, escritas em inglês, francês, alemão, português, italiano ou espanhol – as línguas conhecidas pelos autores – e que incluíam resumos e palavras-chave em inglês. Daqui resultou a seleção de 12 documentos, que constituíram o *corpus* de uma subsequente análise de conteúdo, em particular no que se refere ao resumo e à conclusão de cada um dos documentos. Em consequência, a categorização *in vivo* efetuada reflete a estrutura de codificação do *corpus* que emergiu da sua análise, tal como se apresenta na secção que se segue.

3.2 Resultados e discussão

A categorização do *corpus* relativamente à dinâmica observável entre o multilinguismo e a comunicação científica em HCS foi identificada *in vivo* e traduziu-se na identificação de quatro categorias principais, nomeadamente: 1. "Relevância da investigação"; 2. "Curadoria de conteúdos"; 3. "Reputação"; e 4. "Multilinguismo equilibrado" (ver Tabela 1).

3.2.1 Relevância da investigação

A categoria "Relevância da investigação" refere-se à língua selecionada para fins de comunicação científica e subdivide-se em duas subcategorias, ou seja, 1.1. A "'*Englishisation*' *global*" e 1.2. "Competência linguística". Relativamente à primeira, constata-se que o inglês se assume, a nível mundial e em múltiplos contextos sociais, como língua de comunicação e como veículo para divulgar – partilhar e pesquisar – informação. Quando se trata de investigação, os resultados da revisão bibliográfica realizada por Balula e Leão (2019, p. 4, tradução nossa) sublinham que "[…] em termos de disponibilidade de informação, que sustenta a coconstrução do conhecimento, a utilização

Tabela 1 – Categorização do *corpus* relativamente à dinâmica existente entre o multilinguismo e a comunicação científica em HCS

Categorias		Estudos
1. Relevância da investigação	1.1. *"Englishisation" global*	BALULA; LEÃO, 2019; COSTELLO, 2020; GIGLIA, 2019; GUNS; EYKENS; ENGELS, 2019; JOKIĆ; MERVAR; MATELJAM 2019; KULCZYCKI et al., 2020; LUZÓN, 2019; SIVERTSEN et al., 2019
	1.2. Competência linguística	BALULA; LEÃO, 2019; COSTELLO, 2020; JOKIĆ; MERVAR; MATELJAM, 2019; KULCZYCKI et al., 2020
2. Curadoria de conteúdos		BALULA; LEÃO, 2019; GIGLIA, 2019; IBRAHIM et al., 2019; KOUTSOMITROPOULOS, 2019; DEL RIO RIANDE et al., 2020
3. Reputação		BALULA; LEÃO, 2019; COSTELLO, 2020; GUNS; EYKENS; ENGELS, 2019; JOKIĆ; MERVAR; MATELJAM, 2019; KULCZYCKI et al. 2020; LUZÓN, 2019; SIVERTSEN et al., 2019
4. Multilinguismo equilibrado		BALULA; LEÃO, 2019; GUNS; EYKENS; ENGELS, 2019; KULCZYCKI et al., 2020

Fonte: elaborada pelos autores.

do inglês como *lingua franca* promove a divulgação dos resultados da investigação e das inovações".[3] A esse respeito, Luzón (2019) recorda

[3] Do original:"[…] *in terms of information availability, which underpins the co-construction of knowledge, the use of English as lingua franca promotes the dissemination of research outputs and breakthroughs*".

que, nas áreas da Ciência e Tecnologia, a maioria dos autores utiliza o inglês como língua de trabalho por defeito dentro da comunidade disciplinar. No entanto, muitos investigadores das HCS desenvolvem frequentemente estudos cultural e socialmente relevantes nas suas línguas locais, em particular porque o seu objetivo é contribuir para o debate, tomada de decisões e processos de inovação em áreas específicas, tais como o património cultural, educação, migração, administração pública etc. (GIGLIA, 2019; KULCZYCKI et al., 2020; LUZÓN, 2019)

Jokić, Mervar e Mateljam (2019, p. 1007) salientam que, embora o padrão de comunicação científica contemporânea entre os países da Europa Central e do Leste em matéria de Ciências Sociais seja desconhecido, afigura-se claro que as questões abordadas pelas HCS, em particular as centradas nas realidades nacionais ou locais, tendem a ser mais relevantes para as comunidades científicas nacionais – e não tanto internacionais – e, por isso, a comunicação científica é feita preferencialmente nas línguas de origem. Giglia (2019, p. 143, tradução nossa) salienta também que "[...] a investigação em HCS é frequentemente fundamentada em áreas culturais ou geográficas específicas, e daí a persistência de línguas nativas opostas ao inglês como *lingua franca* em STEM".[4] Essa tendência parece refletir-se em *websites* de investigação institucional, uma vez que, como Luzón (2019) concluiu para o caso dos grupos de investigação espanhóis, os conteúdos apresentados apenas em língua nativa parecem ter como objetivo alcançar um impacto mais local. Embora alguns investigadores também forneçam ligações a obras escritas em inglês para alcançar uma comunidade mais vasta (e mais internacional), a maioria tende a escrever nas suas línguas nativas porque o financiamento e recursos disponíveis (incluindo tempo) são limitados. (LUZÓN, 2019)

[4] Do original: "[...] *SSH research is often grounded in specific cultural or geographical areas, hence the persistence of native languages opposed to English as lingua franca in STEM*".

Dentro da publicação académica europeia em HCS, existe "[...] um elevado número de pequenos agentes, de tipologia e qualidade vária, ao serviço das comunidades científicas locais e especializados em campos de investigação restritos".[5] (GIGLIA, 2019, p. 143, tradução nossa) Nesse cenário, o uso exclusivo de línguas nacionais pode constituir um elemento de fragmentação relevante – especialmente para línguas utilizadas por menos população, como e.g. o finlandês –, inibindo a partilha internacional de informação e a coconstrução do conhecimento. (BALULA; LEÃO, 2019) Assim, autores como Kulczycki e demais autores (2020) e Balula e Leão (2019) sublinham que a "*Englishisation*" *global* da comunicação científica é passível de ter duas consequências principais: por um lado, pode facilitar a partilha de dados e resultados de investigação, mas, por outro, pode também restringir contributos importantes de investigadores não anglófonos. Além disso, a análise da informação produzida em língua materna é suscetível de contribuir para enriquecer a consciência e competência multiculturais e multilingues dos leitores, permitindo à comunidade científica procurar e localizar a informação específica.

No seu estudo, Costello (2020, p. 3, tradução nossa) conclui que

> a preeminência do Inglês, portanto, parece estar superando outras línguas em uma tendência crescente. Está montando uma reivindicação indiscutível de ser a linguagem da legitimação, a linguagem da ciência e da erudição – a linguagem do conhecimento e, em última análise, da verdade.[6]

---

5 Do original: "[...] *a huge number of small size players of different types and quality serving local scientific communities and specializing in narrow fields of research*".

6 Do original: "*The pre-eminence of English hence appears to be edging out other languages in an increasing trend. It is assembling an unassailable claim to be the language of legitimation, the language of science and scholarship – the language of knowledge and ultimately, of truth*".

A esse respeito, Guns, Eykens e Engels (2019) salientam que, embora o número de obras publicadas em inglês por autores não anglófonos tenha tendência a aumentar (quase duplicando), o número de publicações na língua materna dos investigadores não anglófonos não parece estar a diminuir.

A investigação em HCS está a ser publicada tanto em revistas locais como internacionais. (SIVERTSEN et al., 2019) No que respeita à seleção linguística, vários estudos sublinham as principais razões subjacentes à escolha do inglês e que estão intimamente interligadas: alcance da investigação; necessidade de internacionalização; práticas de colaboração; e público-alvo. (e.g. BALULA; LEÃO, 2019; GUNS; EYKENS; ENGEL, 2019; KULCZYCKI et al., 2020; LUZÓN, 2019) Nesse contexto, é importante sublinhar que existem revistas não publicadas em inglês que chegam a uma vasta comunidade internacional e algumas revistas internacionais estão cada vez mais a aceitar e promover o uso *pari passu* do inglês com outras línguas internacionais – francês, espanhol, português etc. – ou mesmo a adotar múltiplas línguas. (SIVERTSEN et al., 2019) A esse respeito, Kulczycki e demais autores (2020, p. 2, tradução nossa) sublinham que "[...] a publicação em mais do que uma língua não só atinge um público mais vasto como apoia uma perspetiva diversificada da investigação".[7] Assim, parece haver uma lenta mudança na forma como as questões linguísticas estão a ser tratadas na investigação, valorizando, por exemplo, a combinação de diferentes línguas para atender a vários públicos (LUZÓN, 2019, p. 54) dentro de plataformas de comunicação científica. Autores como Sivertsen, Guns, Kulczycki e Pölönen (2019) e Guns, Eykens e Engels (2019, p. 2) sustentam essa tendência, uma vez que os resultados dos seus estudos revelam que os investigadores de HSC escrevem uma parte substancial das suas

[7] Do original: "[...] *publishing in more than one language not only reaches a wider audience but supports a diverse perspective on research*".

publicações numa língua local, para além de fazerem igualmente publicações em inglês ou em outras línguas de circulação internacional, o que pode evidenciar uma mudança da comunicação científica para o multilinguismo inclusivo, tal como definido pela *Helsinki Initiative on Multilingualism in Scholarly Communication*.

Relativamente à subcategoria "Competência linguística" (1.2., ver Tabela 1), é importante começar por sublinhar que, na comunicação científica, a seleção de uma determinada língua tem impacto na forma como a informação é transmitida e compreendida, uma vez que os conceitos e as narrativas são construídos e desconstruídos dentro de linhas linguísticas (e culturais) dinâmicas. (KULCZYCKI et al., 2020) No entanto, vários autores (e.g. BALULA; LEÃO, 2019; COSTELLO, 2020; SIVERTSEN et al., 2019) concluem que a investigação não escrita em inglês parece estar subvalorizada.

Considerando que a cultura está incrustada na própria língua, a produção de investigação numa língua estrangeira é necessariamente exigente e complexa para falantes não nativos, uma vez que implica a transferência entre diferentes formas de conceptualizar e organizar o pensamento. (BALULA; LEÃO, 2019, p. 4) No caso de alguns investigadores com baixo domínio de línguas estrangeiras – em particular de inglês –, há situações em que "[...] alguns recorrem a práticas de cópia e colagem de fragmentos de texto em inglês, antes de tentarem editar e refazer estas reproduções para novos fins: tentam assim construir uma imagem, mas com peças desenhadas a partir de diferentes quebra-cabeças"[8] (COSTELLO, 2020, p. 3, tradução nossa), uma prática que tende a minar a qualidade da própria publicação. Assim, ter uma abordagem multilingue da investigação nem sempre é fácil para os

[8] Do original: "[...] *some resort to practices of copying and pasting fragments of English text, before then attempting to edit and refactor these reproductions to new ends: trying to build a picture, but with pieces drawn from different jigsaws*".

pesquisadores, não só devido à falta de um bom domínio de línguas estrangeiras, mas também porque o orçamento para traduções é muitas vezes escasso ou inexistente.

Além disso, mesmo depois de terem a versão inglesa do seu estudo, os autores enfrentam outro grande desafio: o processo de revisão pelos pares. Relativamente à língua, após submeterem um trabalho de investigação escrito em inglês, muitos estudiosos recebem frequentemente uma qualquer variante da seguinte observação crítica: "[...] este manuscrito poderia beneficiar de uma leitura de provas feita por um falante nativo de inglês."[9] (COSTELLO, 2020, p. 1, tradução nossa) Embora existam casos em que a recomendação possui total pertinência, o mesmo tipo de juízo pode também acontecer quando os trabalhos são escritos por falantes nativos (proficientes), situação essa que sublinha definitivamente o poder da competência linguística no âmbito da investigação, bem como o claro empoderamento dos revisores como especialistas em línguas. De facto, por um lado, os estudos escritos em inglês são frequentemente revistos por estudiosos não anglófonos e as obras escritas noutras línguas não são amplamente revistas por pares anglófonos e, por outro lado, "[...] nem todos os 'nativos' têm elevada competência em inglês [ou em qualquer outra língua], tal como os 'não nativos' não carecem necessariamente dessa competência."[10] (COSTELLO, 2020, p. 2, tradução nossa) Costello (2020) associa mesmo "falantes nativos" aos chamados "nativos digitais", ou seja, da mesma forma que não devemos esperar que estes últimos saibam por instinto como utilizar a tecnologia digital para identificar fontes de informação fiáveis, ou utilizar um *software* específico na aprendizagem

[9] Do original: "[...] *this manuscript could benefit from proofing by a native English speaker*".

[10] Do original: "[...] *not all 'natives' have high competence in English [or any other language], just as 'non-natives' do not necessarily lack this competence*".

ou no trabalho, também não devemos assumir que os falantes nativos proficientes dominam o jargão académico de várias áreas específicas.

Numa análise mais detida sobre o trabalho de investigação, um estudo centrado em sete países europeus – República Checa, Dinamarca, Finlândia, Bélgica, Noruega, Polónia e Eslovénia – assinala que a maioria dos

> [...] artigos em inglês são mais frequentemente escritos por vários autores do que por um autor. Verificámos também que, para todos os países, os artigos que foram escritos em línguas locais e em outras línguas são mais frequentemente de autoria única do que de autoria múltipla.[11] (KULCZYCKI et al., 2020, p. 10, tradução nossa)

Além disso, um ponto comum revelado no estudo desenvolvido por Jokić, Mervar e Mateljam (2019, p. 1007), para o caso dos países da Europa Central e de Leste, é que quase todas as citações foram feitas por autores dos seus países de origem, o que pode também evidenciar o efeito dramático das barreiras linguísticas na comunicação científica e na subsequente coconstrução do conhecimento. Assim, a opção pela "Englishisation" não parece atender plenamente os objetivos principais da investigação, no que respeita à partilha e discussão de informação, bem como à coconstrução do conhecimento, para a qual o multilinguismo pode constituir uma vantagem importante, ao mesmo tempo que promove a inclusão e a equidade dos investigadores. (BALULA; LEÃO, 2019)

---

[11] Do original: *"[...] articles in English were more often written by multiple authors rather than one author. We also found that, for all countries, articles that were written in local and other languages were more often single-authored than multiauthored".*

3.2.2 Curadoria de conteúdos

Existem várias iniciativas que tentam facilitar a interação multilingue e em múltiplos formatos entre investigadores de várias áreas, bem como a promoção da bibliodiversidade, as quais podem desempenhar um papel muito importante no reconhecimento de relevância social dada à investigação. (BALULA; LEÃO, 2019) Algumas iniciativas, como as do consórcio OPERAS, estão a investir na criação de plataformas que permitam a investigadores em HCS encontrar, a partir de um único ponto de entrada, recursos abertos – dados, publicações e outros materiais – relevantes para a sua investigação. O valor acrescentado consiste na opção por indexar recursos com ontologias e *thesauri* disciplinares e de os disponibilizar em várias línguas. (GIGLIA, 2019, p. 151-152) Num cenário destes, a "Curadoria de conteúdos" (ver 2., Tabela 1) desempenha um papel fulcral.

Alguns autores referem exemplos de contributos concretos dados para esta área, i.e. o desenvolvimento de plataformas, como por exemplo: Isidore Discovery Platform[12] – uma plataforma de descoberta de investigação (MOUNIER, 2018 apud BALULA; LEÃO, 2019); ou OpenMethods[13] – que é intencionalmente interdisciplinar e multilingue, de maneira a facilitar uma disseminação do conhecimento atempada e global e a aumentar o reconhecimento e adoção pelos pares de ferramentas abertas e de boas práticas em Humanidades Digitais. (DEL RIO RIANDE et al., 2020, p. 3) Em ambos os casos referidos, a incorporação do multilinguismo no ecossistema de comunicação científica parece promover a equidade entre académicos de diferentes comunidades linguísticas e culturais, "[...] ao sensibilizar para o valor da diversidade linguística, reforçando a visibilidade e o reconhe-

[12] Ver em: https://isidore.science/.

[13] Ver em: https://openmethods.dariah.eu/.

cimento de línguas e culturas que não o inglês, assim mitigando a posição hegemónica do inglês [...]".[14] (DEL RIO RIANDE et al., 2020, p. 6, tradução nossa)

Autores como del Rio Riande, Tóth-Czifra, Wuttke e Moranville (2020), bem como Koutsomitropoulos (2019), identificam alguns traços, funcionalidades ou ferramentas que devem ser considerados na conceção e gestão de plataformas de pesquisa, incluindo:

- a seleção de uma equipa de trabalho de acordo com áreas de especialização e competências linguísticas, com o objetivo de cobrir enquanto grupo a seleção e curadoria de conteúdos relevantes em várias línguas (DEL RIO RIANDE et al., 2020, p. 3);
- a criação de uma página de acolhimento multilingue, democratizando o acesso ao conhecimento no contexto da investigação e ensino em Artes e Humanidades, áreas geralmente mais alicerçadas em realidades regionais e nacionais, bem como em comunidades linguísticas específicas (DEL RIO RIANDE et al., 2020, p. 9);
- a possibilidade de filtragem e pesquisa de informação, através do enriquecimento de metadados e da categorização, no âmbito da curadoria de conteúdos (DEL RIO RIANDE et al., 2020, p. 2);
- a adição de uma breve introdução em inglês, bem como da hiperligação para a pesquisa original na visualização dos resultados da pesquisa, de maneira a melhorar a divulgação de publicações que não estejam em inglês;
- a possibilidade de expandir a pesquisa utilizando diferentes critérios (autor, língua, tópico etc.);
- o recurso à anotação automática para diminuir a carga de trabalho.

[14] Do original: "[...] *raising awareness to the value of language diversity by enhancing visibility and recognition of languages and cultures other than English, thus weakening the hegemonic position of English* [...]".

Quanto a este último aspeto, Ibrahim e demais autores (2019) também referem que a maioria dos estudos sobre enriquecimento ontológico foca o trabalho apenas em ontologias inglesas e a partir de fontes inglesas; no entanto, os autores sustentam que há vantagens em ponderar *Ontology Enrichment using Cross-lingual Matching* (OECM), ou seja, o uso de

> [...] ontologias multilíngues, onde um rótulo de classe é apresentado por várias línguas naturais, desde as monolíngues. Essa abordagem suporta o processo de correspondência de ontologias com várias traduções para um rótulo de classe, a fim de aprimorar os resultados correspondentes. (IBRAHIM et al., 2019, p. 218, tradução nossa)[15]

A possibilidade de ter informação multilingue fiável contribuirá definitivamente para uma disseminação eficiente da investigação – e dos dados de investigação – produzida nas línguas nacionais, bem como para estimular a comunicação entre editores e investigadores – promovendo assim o desenvolvimento de estudos interculturais, comparativos e/ou complementares em HCS. Nesse contexto, a curadoria dos conteúdos é crucial e muito sensível, uma vez que pode determinar a forma como a comunidade de investigadores interage com outras obras/autores, nomeadamente em termos de discussão entre pares, coconstrução de novos conhecimentos e integração dos resultados da investigação. (KOUTSOMITROPOULOS, 2019)

3.2.3 Reputação

Relativamente à categoria "Reputação" (ver 3., Tabela 1), Hermann (2018 apud LUZÓN, 2019, p. 39, tradução nossa) define a reputação

[15] Do original: "[...] *multilingual ontologies, where a class label is presented by several natural languages, from monolingual ones. Such approach supports the ontology matching process with multiple translations for a class label in order to enhance the matching results*.

académica como "[...] a avaliação especializada da posição de um académico no seu grupo de referência colegial, que é determinada coletivamente com base nos resultados da sua investigação [...]".[16] No âmbito das HCS, os investigadores europeus têm uma longa tradição de publicação em editoras nacionais, especialmente porque o seu principal público-alvo é também nacional – uma situação que, até certo ponto, pode constituir uma barreira na comunicação científica global. (JOKIĆ; MERVAR; MATELJAM, 2019, p. 1007) O tipo de publicação também parece ser um fator com relevância, em particular porque as bases de dados bibliográficas e de citações (e.g. Web of Science e Scopus) tratam principalmente de artigos e de revistas. E ainda que os livros tenham sido recentemente incluídos, essas bases de dados continuam a dar clara preferência às obras escritas em inglês. (JOKIĆ; MERVAR; MATELJAM, 2019, p. 1006)

Dado que uma quantidade considerável de investigação em HCS é publicada como monografias e/ou numa língua local, a utilização daquelas bases de dados para avaliar a investigação e estabelecer a reputação dos investigadores ou das instituições é necessariamente falaciosa. (KULCZYCKI et al., 2020) Considerando que este obstáculo impede a análise de citações de livros não escritos em inglês, no estudo que fizeram sobre o papel de prestigiadas editoras internacionais *versus* editoras locais/regionais na Europa Central e do Leste, Jokić, Mervar e Mateljam (2019, p. 1006, tradução nossa) concluem que, em HCS, "fontes de dados como o Google Books e o Google Scholar são, em comparação com as bases de dados comerciais acima mencionadas, fontes valiosas para a análise bibliométrica de livros".[17] Além disso, Kulczycki e demais autores (2020, p. 2) referem que a investigação negligenciada ou subvalorizada

[16] Do original "[...] *the expert appraisal of a scholar's standing in their collegial reference group, which is collectively determined on the basis of their research achievements* [...]".

[17] Do original: "*data sources such as Google Books and Google Scholar are, in comparison with the above-mentioned commercial databases, valuable sources for book bibliometric analysis*".

terá menos probabilidades de poder cumprir as suas responsabilidades para com a sociedade, ou de criar impactos localizados. Essas condicionantes destacam-se como questão relevante para as editoras nacionais, especialmente porque a publicação com ontologias multilingues e algoritmos automáticos tem um potencial impacto positivo na reputação de investigadores, das instituições e das próprias editoras.

Como sublinha Luzón (2019, p. 38, tradução nossa), "[...] as universidades e as agências de financiamento esperam que os grupos produzam resultados de investigação com impacto social e internacional e que se empenhem em atividades de divulgação".[18] Nesse cenário, a publicação em língua inglesa feita em revistas internacionais parece estar profundamente ligada à indexação e aos indicadores métricos, que são de importância crescente para os autores. (GUNS, EYKENS; ENGELS, 2019) De facto, a maioria dos estudiosos continua a ser fortemente aconselhada a concentrar-se, essencialmente, na bibliometria associada às suas publicações e, consequentemente, "a publicação em revistas não hegemónicas quase se tornou numa declaração ativista".[19](LEVITT; CRUL, 2018, p. 45, apud BALULA; LEÃO, 2019, p. 4, tradução nossa) A esse respeito, Costello (2020, p. 3) salienta que o que é "estrangeiro" tende a ser equiparado a "prestigioso", situação que tem como consequência manter os investigadores reféns de um oligopólio de editoras, levando mesmo a que, como sustentam Kulczycki e demais autores (2020, p. 2, tradução nossa), "[...] os investigadores podem optar por afastar-se de investigação local relevante em direção a abordagens descontextualizadas de interesse para o público de língua inglesa".[20]

---

18 Do original: "[...] *universities and funding agencies expect groups to produce research outcomes with social and international impact and to engage in outreach activities*".

19 Do original: "*publishing in non-hegemonic journals has almost become an activist statement*".

20 Do original: "[...] *researchers may choose to move away from locally relevant research toward decontextualized approaches of interest to English-language audiences*.

Ainda em relação à língua de publicação, Kulczycki e demais autores (2020, p. 13) argumentam que uma forma de tornar os resultados da investigação publicados em inglês mais facilmente acessíveis aos cidadãos seria publicar esses resultados numa língua local, adotando para isso um formato mais popularizado, como acontece com o recurso a um blogue ou outra fonte alternativa de informação. Sublinham ainda, no entanto, que esta prática pode incorrer no risco de infringir regulamentos relativos ao autoplágio. De facto, o Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação (ALLEA, 2017, p. 8) inclui a prática de "republicar partes substanciais das próprias publicações anteriores, incluindo traduções, sem reconhecer ou citar devidamente o original ('autoplágio')"[21] no leque de "má conduta na investigação e outras práticas inaceitáveis". No entanto, partindo do princípio de que a publicação multilingue pode projetar a investigação local relevante, com o potencial valor acrescentado de isso se refletir em indicadores bibliométricos, Kulczycki e demais autores (2020, p. 13) argumentam que será ainda necessária uma ampla discussão internacional que permita determinar mais claramente de que forma este tipo de estratégia de publicação pode ser vista como benéfica e legítima, em lugar de ser considerada uma violação da integridade da investigação. Essa abordagem poderia resultar num equilíbrio vantajoso para todos, combinando a projeção internacional com o significado local dos resultados da investigação.

3.2.4 Multilinguismo equilibrado

O conceito de "Multilinguismo equilibrado" foi assumido como categoria de análise final (ver 4., Tabela 1) devido à visão abrangente que oferece sobre a dinâmica multifacetada gerada pelo uso da língua

[21] Do original: "*re-publishing substantive parts of one's own earlier publications, including translations, without duly acknowledging or citing the original ('self-plagiarism')*".

na comunicação científica. Balula e Leão (2019) recordam a definição proposta por Sivertsen (2018, p. 2), que entende o conceito como uma abordagem dinâmica, englobando

> […] todos os propósitos de comunicação em todas as diferentes áreas de pesquisa, e todas as linguagens necessárias para cumprir esses propósitos, de forma holística, sem exclusões ou prioridades. O multilinguismo equilibrado também visa estabelecer instrumentos para documentar e medir o uso da linguagem para todos os diferentes propósitos da pesquisa, fornecendo assim a base para o monitoramento de uma maior globalização da pesquisa em uma direção mais responsável. [22]

Autores como Guns, Eykens e Engels (2019), bem como Kulczycki e demais autores (2020), consideram que um dos objetivos deve ser encontrar soluções baseadas num multilinguismo sustentável e equilibrado, apoiado por infraestruturas digitais bem robustas e concebidas para apoiar a publicação em línguas locais. Assim, parece razoável concluir que, embora a "*Englishisation*" tenha um papel fundamental na facilitação da comunicação científica, a utilização do inglês não deve ser vista como uma única opção linguística, uma vez que a necessidade de comunicar numa *lingua franca* não implica necessariamente a adoção de uma *lingua unica* – sendo a combinação de multilinguismo equilibrado e de bibliodiversidade vista como uma abordagem muito mais fértil, em termos culturais, identitários, e mesmo económicos. (BALULA; LEÃO, 2019, p. 8)

[22] Do original: "[…] *all the communication purposes in all different areas of research, and all the languages needed to fulfil these purposes, in a holistic manner without exclusions or priorities. Balanced multilingualism is also to establish instruments for documenting and measuring the use of language for all the different purposes in research, thereby providing the basis for the monitoring of further globalization of research in a more responsible direction*".

Em conclusão, o multilinguismo equilibrado na comunicação científica parece constituir uma excelente oportunidade para abraçar a partilha de informação, a construção colaborativa do conhecimento e a equidade, fomentando uma interação global entre investigação multinacional e multidisciplinar e entre as respetivas equipas de investigação. (BALULA; LEÃO, 2019, p. 7)

4 Inquérito sobre o multilinguismo em HCS

Nesta parte do trabalho, evocam-se as características e objetivos essenciais de um inquérito conduzido no ano de 2020, com vista a colher a opinião de investigadores, tradutores e editores no que respeita à adoção do multilinguismo em práticas de investigação na área de HCS. É também apresentada a síntese do contributo desse inquérito para o planeamento de projetos futuros.

4.1 Caracterização e objetivos do inquérito

A revisão da literatura descrita na secção "Revisão da literatura" serviu, entre outros objetivos, para identificar as potencialidades e limitações do multilinguismo na comunicação científica, ajudando a estabelecer bases para a conceção e implementação de um inquérito dirigido a investigadores, tradutores e editores. Assim, após aquela primeira fase, foi realizado um inquérito sobre *Multilingualism in Social Sciences and Humanities*, durante o verão de 2020 (de 19 de junho a 20 de agosto), numa inquirição *on-line* distribuída por investigadores, tradutores e editores da rede OPERAS e de outros canais, como trabalho integrante do projeto OPERAS-P, Tarefa "Innovative models of bibliodiversity in scholarly publications". O inquérito foi respondido por um total de 359 participantes

que tinham um conjunto inicial comum de perguntas, podendo depois dar o seu contributo de acordo com três perspetivas diferentes – investigadores, tradutores e editores –, separadas ou combinadas, dependendo dos perfis de cada inquirido. Detalhes sobre todo o processo podem ser verificados em Leão e demais autores (2021).

Esse inquérito empírico lançou as bases para responder a dois objetivos principais: recolher indicadores sobre o papel do multilinguismo enquanto expressão de bibliodiversidade no âmbito da comunicação científica; contribuir para o desenho conceptual de um protótipo de plataforma – de propriedade comum – para apoio a serviços de tradução, que estimule a comunicação científica, procurando atender às necessidades de editores, tradutores e investigadores.

De um total de 359 pessoas que responderam ao inquérito, 228 fizeram-no como investigadores, 33 como tradutores e 56 como editores. Esses números representam o número total de inquiridos em cada perspetiva, incluindo os participantes que responderam a mais do que um perfil. Um número de 79 pessoas não terminou o inquérito, e por isso foram consideradas como respostas inválidas. Outros dois respondentes foram excluídos por darem respostas não relacionadas com as perguntas, totalizando assim 81 respostas inválidas. Do total das respostas, 190 pessoas responderam exclusivamente como investigadores, 10 exclusivamente como tradutores e 32 exclusivamente como editores. O número de combinações entre dois tipos de respostas foi de 21 pessoas que responderam como pesquisador e tradutor, 23 como pesquisador e editor, e oito como tradutor e editor. Além disso, seis responderam às questões colocadas nas três perspetivas.

4.2 Contributo global do inquérito para o planeamento futuro

Os resultados obtidos nesse inquérito mostraram que existe uma forte abertura entre investigadores, tradutores e editores para ver

a amplificação do multilinguismo como uma vantagem, tanto para fomentar trabalhos colaborativos internacionais como para promover a interculturalidade, a inclusão e a equidade. Entre os investigadores, uma das razões mais fortes para rejeitar as possibilidades de tradução respeitava ao dispêndio de tempo, aos custos inerentes e às falhas no processo – questões que o inquérito mostrou que poderiam ser muito mitigadas através de um sistema colaborativo que permitisse utilizar a perícia em áreas específicas para apoiar e facilitar este tipo de trabalho. Além disso, a troca de experiências e especificidades entre investigadores de diferentes línguas, mas partilhando as mesmas áreas de estudo, poderia constituir um contributo relevante para enriquecer a colaboração internacional e o impacto dos trabalhos. Considerando que, de acordo com os dados do inquérito, mais de 35% dos investigadores nunca traduzem os seus trabalhos, uma plataforma ou ambiente de rede para reunir investigadores, tradutores e editores interessados em colaborar poderia melhorar o impacto e a internacionalização de trabalhos numa grande variedade de áreas, no campo das HCS.

Foi ainda possível perceber que uma parte significativa dos tradutores dispostos a participar faria este tipo de trabalho como uma expressão de altruísmo e como uma forma de melhorar os seus conhecimentos (particularmente quando esse esforço fosse combinado com reciprocidade no apoio à tradução) – o que é outro indício de um impacto positivo decorrente da criação de uma ampla rede de colaboradores direcionada para melhorar a bibliodiversidade através do multilinguismo. Assim, o trabalho colaborativo de colegas de diferentes origens e línguas poderia ser mais valorizado. Além disso, o leque de línguas publicadas pelas casas editoriais poderia ser igualmente enriquecido no processo, alargando o seu impacto e criando oportunidades para publicar obras de um âmbito mais alargado e de autores de todo o mundo – um cenário que, por sua vez, abriria novas possibilidades aos leitores e a um público mais vasto de investigadores. Isso melhoraria, de uma forma mais global, o panorama

da comunicação científica à escala internacional, contribuindo também para que o que normalmente tende a ser considerado "nacional" – a investigação publicada em línguas locais – se pudesse tornar mais claramente "internacional" (inserindo os resultados dessa investigação em redes mais vastas e em grupos de interesse colaborativos).

5 Conclusões e desafios futuros

Fomentar o multilinguismo equilibrado

Um cenário que se tornou cada vez mais claro durante o desenvolvimento das diferentes fases do estudo foi que o multilinguismo deve ser visto como uma forte manifestação de bibliodiversidade, sendo ainda particularmente importante em HCS. Tal constatação não exclui o uso do inglês como língua de comunicação, desde que as vantagens de utilizar uma *lingua franca* não corram o risco de a transformar na *lingua unica* da comunicação científica e académica. Em vez disso, devem ser implementadas soluções inovadoras e com capacidade para reforçar um multilinguismo equilibrado na comunicação científica, na partilha de informação e na construção colaborativa do conhecimento.

Desenvolvimento de uma plataforma de tradução baseada na comunidade

A falta de uma plataforma para apoiar a tradução para diferentes línguas é uma limitação e um desafio para a natureza federativa do consórcio OPERAS, bem como para os serviços que pode facultar à comunidade de utilizadores. Ao federar conhecimentos técnicos e conhecimentos académicos, o desenvolvimento de uma plataforma que assente numa infraestrutura social estimulará a partilha de ferramentas, metodologias e práticas, para que uma ampla comunidade de

utilizadores possa testar e dimensionar o que está a ser desenvolvido separadamente por parceiros individuais.

Tornar a produção nacional relevante a nível internacional

A revisão da literatura demonstrou que a noção de publicação internacional está intimamente ligada à ideia de publicar em inglês nas grandes editoras internacionais. Contudo, ao colocar um amplo universo de pequenas editoras e seus autores em contacto entre si, será possível encontrar uma forma alternativa de internacionalizar a produção académica, de melhorar catálogos específicos e de projetar o multilinguismo como expressão de bibliodiversidade, inclusão e maturidade científica.

Referências

ALLEA. *The European Code of Conduct for Research Integrity*. Berlin: Allea, 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/other/hi/h2020-ethics_code-of-conduct_en.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

BALULA, A.; LEÃO, D. Is multilingualism seen as added-value in bibliodiversity? A literature review focussed on business and research contexts. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ELECTRONIC PUBLISHING, 23., 2019, Marseille. *Proceedings* [...]. Marseille: Hal Archives Ouvertes, 2019. p. 1-9. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4000/proceedings.elpub.2019.17. Acesso em: 06 abr. 2020.

BALULA, A.; LEÃO, D. Multilingualism within Scholarly Communication in SSH: a literature review. *JLIS.It*, Firenze, v. 12, n. 2, p. 88-98, 2021.

COOPER, H. *Synthesizing research*: a guide for literature reviews. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 1998.

COSTELLO, E. 'Requires proofing by a native speaker' – colonization and scholarship. *Insights the Uksg Journal*, [*s. l.*], v. 33, n. 1, p. 1-7, mar. 2020.

DEL RIO RIANDE, G. *et al*. *OpenMethods*: a compass for a more open digital humanities. 2020. *Preprint*. Disponível em: http://dx.doi.org/10.20944/preprints202003.0016.v1. Acesso em: 6 abr. 2020.

GIGLIA, E. OPERAS: bringing the long tail of social sciences and humanities into open science. *JLIS.It*, Firenze, v. 10, n. 1, p. 140-156, 2019.

GUNS, R.; EYKENS, J.; ENGELS, T. C. E. To what extent do successive cohorts adopt different publication patterns? Peer review, language use, and publication types in the Social Sciences and Humanities. *Frontiers in Research Metrics and Analytics*, Lausanne, v. 3, n. 1, p. 1-16, jan. 2019.

IBRAHIM, S. et al. From monolingual to multilingual Ontologies: the role of cross-lingual Ontology enrichment. *In*: ACOSTA, M. et al. (ed.). *Semantic systems*: the power of AI and Knowledge Graphs. Cham: Springer, 2019. p. 215-230. Proceedings of the 15th International Conference, SEMANTiCS 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-33220-4_16. Acesso em: 6 abr. 2020.

JOKIĆ, M.; MERVAR, A.; MATELJAN, S. Comparative analysis of book citations in social science journals by Central and Eastern European authors. *Scientometrics*, Budapest, v. 120, n. 3, p. 1005-1029, jul. 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1007/s11192-019-03176-y. Acesso em: 6 abr. 2020.

KOUTSOMITROPOULOS, D. A. Semantic annotation and harvesting of federated scholarly data using ontologies. *Digital Library Perspectives*, [*s. l.*], v. 35, n. 3-4, p. 157-171, nov. 2019.

KULCZYCKI, E. et al. Multilingual publishing in the social sciences and humanities: a Seven-Country European study. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, [*s. l.*], v. 71, n. 11, p. 1371-1385, 22 jan. 2020.

LEÃO, D. *et al*. *OPERAS-P Deliverable D6.4*: Report on the innovative models of bibliodiversity in scholarly publications. [*S. l.*]: Zenodo, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.4817508. Acesso em: 3 jun. 2022.

LUZÓN, M. J. 'Meet our group!': addressing multiple audiences on the websites of Spanish research groups. *International Journal of English Studies*, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 37-59, dez. 2019.

MOUNIER, P. 'Publication favela' or bibliodiversity? Open access publishing viewed from a European perspective. *Learned Publishing*, [*s. l.*], v. 31, n. 1, p. 299-305, sept. 2018. Supplement: The University Press Redux II.

RUSSELL, C. L. An overview of the integrative research review. *Progress in Transplantation*, [*s. l.*], v. 15, n. 1, p. 8-13, mar. 2005.

SIVERTSEN, G. Balanced multilingualism in science. *Bid: textos universitaris de biblioteconomia i documentació*, [*s. l.*], n. 40, p. 1-6, jun. 2018.

SIVERTSEN, G. et al. The use of Gold Open Access in four European countries: an analysis at the level of articles. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENTOMETRICS & INFORMETRICS: ISSI 2019: WITH A SPECIAL STI INDICATORS CONFERENCE TRACK, 17., 2019, Roma. *Proceedings* [...]. Roma: Edizioni Efesto, 2019. p. 1-6. Disponível em: https://enressh.eu/wp-content/uploads/2017/02/WG3_Supplementary_material_Sivertsen-et-al-ISSI2019.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, [*s. l.*], v. 4, n. 3, p. 356-367, set. 2005.

OS *E-BOOKS*: DESTINO, ESPERANÇAS E MALDIÇÕES DA EDIÇÃO ACADÊMICA

Jézio H. B. Gutierre

Não deixa de ser impressionante a trajetória dos *e-books* e seu tenso entrelaçamento com a edição universitária. Conforme o momento considerado, os livros digitais têm sido alternativamente encarados como maldições ou panaceias, como veículos de destruição em massa do parque editorial tradicional (editoras universitárias incluídas) ou como a resposta salvadora para um setor acostumado a um estado de crise permanente. Mais de três décadas de convivência com plataformas digitais pedem e permitem agora que se procure um retrato mais sereno do que os conteúdos digitais trouxeram e do que trarão para a edição acadêmica. Para isso, cabe considerar: (a) o que antes era visto como custos e benefícios potenciais dos livros eletrônicos; (b) aferir o que foi, afinal, verificado pela experiência concreta; e (c) inferir o que deles ainda se pode explorar e, talvez, temer.

1 O passado recente – expectativas originais

Originalmente, os inconvenientes editoriais apresentados pelo advento do livro digital eram bastante evidentes: processos sacramentados por mais de 500 anos de prática estavam sendo colocados em

xeque. Subitamente, profissionais experientes começam a habitar um ambiente estranho àquele que estavam acostumados desde o início de seu aprendizado profissional e precisam acostumar seus olhos cansados a novos procedimentos de definição de preço, a novos modelos de editoração, a padrões inéditos de negociação de direitos autorais, ao redimensionamento do papel das gráficas e, de maneira geral, a parâmetros de comercialização radicalmente diferentes. E, ao lado dessas variáveis, digamos, "gerenciais", descortinou-se uma correspondente instabilidade sobre o que se poderia considerar conteúdos editoriais adequados. Revoluções tipicamente acarretam consequências inimaginadas pelos seus participantes e promotores, e a revolução digital não foi exceção: surgiu terreno fértil para o surgimento de novos conteúdos editoriais e até mesmo de novas formas de escrita, literárias ou não ficcionais, e para o desaparecimento de outras. Se não por outras razões, isso já indicava os mares tormentosos em que navegariam as editoras; a atenção, inteligência e agilidade de que precisariam para não trair o futuro, nem injustiçar o tradicional.

Entretanto, ao lado dos amplos desafios editoriais que se avizinhavam – no caso da edição universitária, talvez ainda mais do que em outros setores –, as promessas de um mundo melhor sobrepujavam as dúvidas.

Ao que tudo indicava, todos estaríamos procurando dar conta desse mundo novo, promovendo adaptações técnicas que certamente, de alguma forma, fariam parte da vida universitária futura, afetando dramaticamente o acesso bibliográfico e, por extensão, os perfis de pesquisa, docência e aprendizagem. Vaticínios não faltavam e ainda não faltam: falava-se da supressão do livro papel, da fragilização crescente de bibliotecas e livrarias, da Babel causada pelo acesso ilimitado e imediato a qualquer literatura acadêmica. Todas essas, entre várias outras, eram expectativas acaloradamente sustentadas ou rejeitadas, embora usualmente sem evidências suficientes. No entanto, mais localizadamente, ao falar da

relação específica entre a universidade e a publicação digital, as expectativas mais comuns concentravam-se sobre a consistência da presença dos *e-books* com alguns dos mais caros ideais acadêmicos, abraçados, em seus melhores momentos, pela universidade e pela ciência em geral.

Nessa direção, considere-se, em primeiro lugar, a responsabilidade intrínseca à universidade moderna de partilhar o conhecimento que produz com o restante da sociedade que a abriga e sustenta. A digitalização dos conteúdos e a proliferação de meios alternativos de comunicação da produção acadêmica são elementos que devem ser obrigatoriamente saudados e fomentados pela universidade. O apoio ao livro eletrônico deve ser dado não para substituir os meios tradicionais, mas como um canal a mais de divulgação, capaz de atingir um público que, em outras circunstâncias, não seria alcançado. Leitores e leituras têm, sim, seu número acrescido caso mais livros estejam mais acessíveis. E isso se aplica tanto ao público externo à universidade quanto ao interno: as possibilidades de disponibilização de livros eletrônicos tanto para o corpo discente universitário quanto para o público ilustrado geral, por exemplo, precisam ser exploradas e certamente trarão frutos importantes em futuro próximo.

O segundo ponto que desde o início alicerçou o vínculo entre os ideais universitários e a disseminação dos *e-books* foi o do presumido fortalecimento que os livros eletrônicos poderiam trazer ao aparato crítico necessário à pesquisa acadêmica e científica. Quando a produção acadêmica é exposta a um público mais amplo, ela é também exposta à crítica mais ampla. De fato, as citações de um determinado artigo ou livro são indicadores interessantes para a academia não por serem símbolos de fama ou popularidade do autor, mas porque identificam a integração daquele texto no sistema amplo de crítica: sua exposição à crítica é o seu mérito. A ciência e a pesquisa acadêmica de maneira geral são reguladas pelo esforço crítico sistemático e a única maneira de preservar tal esforço é por meio da exposição das pesquisas a uma impiedosa comunidade de leitores. Um escrito

científico/acadêmico, por melhor e mais competente que seja, se não for lido ou consultado, não participará do jogo característico que estrutura a dinâmica do conhecimento racional.

Os livros eletrônicos são um braço a mais para sustentar a distribuição da produção acadêmica a todos os interessados na temática abordada pelo texto e, nessa medida, integram aquele trabalho ao sistema acadêmico nacional e internacional. Potencialmente, esse sempre foi um obstáculo notável para a produção nacional; abre-se agora uma oportunidade adicional para que países emergentes sejam integrados ao debate e participem da "conversa". Desse modo, a produção científica dessas nações pode ser aceita ou impiedosamente rejeitada pela comunidade científica e, assim, afinal, desempenhará o papel que teoricamente lhes é essencial: o de contribuir para a conformação do perfil contemporâneo do nosso conhecimento teórico. Conhecimento ilhado e, portanto, não criticado, está mais próximo ao dogma religioso que à conquista científica. Nada mais seguro e plácido do que uma relíquia religiosa ou do que um texto que se guarda sob o travesseiro (ou em publicações restritas para um seleto grupo de amigos). De certa forma, a revolução digital que agora vivenciamos, ao contrário do que pode parecer, contribui justamente para abalar a insalubre estabilidade da produção acadêmica e fragilizá-la, no sentido de exibi-la ao olhar de um público amplo e heterogêneo, e assim torná-la cada vez mais exposta à crítica e ao debate. Tal fragilidade, ao fim e ao cabo, é virtuosa e permite que as ideias sejam trocadas, reformuladas, aperfeiçoadas.

2 O presente

Os dois aspectos distinguidos anteriormente invariavelmente acompanham a atenção especial que livros digitais sempre despertaram na universidade. Certamente não são os únicos méritos comportados

pela edição digital – basta lembrar o que ela traz de ganhos econômicos, com a exclusão de custos gráficos e o evidente ganho ecológico que implica. Entretanto, a imediatez e universalidade de distribuição e a consequente exposição à crítica global são elementos essencialmente atrelados aos ideais científicos e universitários e fazem da união entre publicação acadêmica e livros digitais um "casamento por interesse", devidamente abençoado por pesquisadores e cientistas.

Ora, se essas eram e sempre foram as esperanças acenadas pelas publicações digitais, não se pode dizer que o presente as fraudou. Mas vejamos primeiramente o que aconteceu concretamente com as publicações digitais em geral, acadêmicas e não acadêmicas, até o retrato atual.

A partir da disponibilização do Kindle pela Amazon, em novembro de 2007, todas as expectativas mais otimistas sobre o incontrastável avanço dos livros digitais pareceriam ser confirmadas. Todo o estoque do primeiro Kindle foi esgotado em horas e, especialmente nos Estados Unidos, os anos subsequentes viram o que parecia ser uma migração em massa dos leitores do livro físico para o *e-book*. Por cinco anos (2007 a 2012), essa tendência foi seguidamente atestada sem esmorecimento significativo. E, no âmbito da publicação acadêmica, essa mesma pujança foi também constatada: o dinamismo trazido pela digitalização de periódicos e repositórios científicos foi comunicado aos livros acadêmicos eletrônicos.

Entretanto, o que parecia ser a inevitável predominância do livro digital sofreu abalo inesperado a partir de 2013. Depois de chegar nos Estados Unidos a patamares próximos a 25% dos títulos e receitas do setor editorial, e taxas de crescimento astronômicas (*e.g.*, 172% em 2009, 118% em 2011), esses números começam a cair vertiginosa e consistentemente para voltar, em 2018-2019, a níveis abaixo de 15% do total de títulos e receitas, e, entre 2015 e 2018, apresentar um constante crescimento negativo.[1]

[1] Esses e outros dados referentes ao desempenho do mercado de livros digitais foram extraídos de Thompson (2021).

As razões para esse recuo dramático da edição eletrônica ainda ensejam análise e algumas discordâncias marginais, mas algumas hipóteses explicativas são plausíveis. Em primeiro lugar, a aparente migração e esvaziamento do setor de livros físicos, ao menos em parte, tiveram leitura ensejada pela concomitante crise da economia americana, que afetou especificamente os setores industriais tradicionais. Com o lançamento do Kindle e de outros leitores digitais (*e.g.*, Nook), os livros digitais escaparam dessa mesma crise. A migração nesse sentido foi muito mais aparente que real: houve, na verdade, o paralelismo de uma crise e de um *boom*, que não representou uma troca, mas, sim, momentos diferentes de dois mercados distintos.[2] Em segundo lugar, não se pode minimizar o fato de que o grande avanço dos livros digitais, no período de 2007 a 2012, por mais impressionante que tenha sido, foi fenômeno restrito ao mundo de língua inglesa, particularmente aos Estados Unidos. Essa tendência nunca foi acompanhada por qualquer outro país. Embora, no mesmo período, tenha havido avanço dos *ebooks* nos principais mercados livreiros, isso nem de longe acompanhou o padrão norte-americano. Em terceiro lugar, a preferência pelos livros digitais, inclusive entre os jovens, seu mercado mais característico, foi sempre questionável. De fato, a resiliência do livro papel se revelou muito mais sólida do que previam alguns vaticínios recentes. Nesse sentido, o estudo marcante de Naomi Baron (2015), com base em várias pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos, Canadá e México, até 2015, conclui que, nos países citados, mesmo entre estudantes de graduação, a preferência pelo livro papel é absoluta, chegando a 90% do universo pesquisado.

Mas é claro que qualquer avaliação de desempenho do livro digital hoje não pode se furtar a considerar as circunstâncias posteriores a 2019: o impacto da epidemia da covid-19. O período de 2020 a 2021

[2] Essa é a opinião de John Thompson tal como desenvolvida em *Mercadores de cultura: o mercado editorial no século XXI* (2011).

expôs cenário diferenciado entre países: mercados emergentes como Brasil e Colômbia e mesmo em países mais bem estabelecidos, como a Suécia, tiveram, ao menos de início, uma queda de rendimentos no setor livreiro tradicional, ao passo que outras nações, como os Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, experimentaram crescimento. Especificamente no âmbito dos livros digitais, não inesperadamente, o crescimento foi muito mais expressivo e universal. Em praticamente todos os países, houve avanço no desempenho da receita com conteúdos digitais, embora, paralelamente, um decréscimo do número de títulos e autores publicados.[3] Qual o resultado atual desse trajeto tortuoso: – 1. estagnação pré-2007; 2. avanço frenético entre 2007 e 2012; 3. nova estagnação e recuo significativo entre 2012 e 2019; e, finalmente, 4. um (aparentemente) conjuntural avanço recente durante os dois anos da pandemia – obedecido pelos livros digitais e, em particular pelos livros digitais acadêmicos? O retrato, digamos, estático deste momento nos mostra um mercado fortalecido e que sai da pandemia com traços mais sólidos do que em momentos anteriores.

O meio ambiente que hoje cerca os livros acadêmicos digitais é bastante favorável seja pela gradual customização do leitor típico, seja pela associada rentabilidade dos conteúdos digitais. Efetivamente, quando comparada à situação descrita por Baron há sete anos,

[3] A aferição precisa do avanço recente dos livros digitais envolve dificuldades significativas, seja porque esses dados ainda estão sendo coligidos, seja porque são frequentemente integrados a números agregados em que constam outros conteúdos. Entretanto, algumas pesquisas subsidiam com segurança a impressão universal de que efetivamente houve um avanço numérico notável. A pesquisa elaborada pela *We are Social* (wearesocial.com) e pela Hootsuite é particularmente sugestiva e confirma que o consumo de edições digitais chegou a um crescimento de 12% entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022. No caso especificamente brasileiro, as pesquisas Nielsen-CBL de 2021 e 2022 também indicam que houve crescimento de faturamento dos conteúdos digitais. Mesmo com desempenho sofrível das vendas do livro em papel, as receitas daqueles conteúdos tiveram avanços reais de 36%, em 2020, e 12%, em 2021, fazendo com que a publicação digital represente hoje mais de 6% de toda a receita editorial brasileira.

a receptividade da população universitária cresceu significativamente e o mesmo se pode afirmar sobre o montante de receita gerada pela parcela digital do setor de Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP), especialmente quando são incluídos os periódicos e ganhos indiretos provenientes de subsídios governamentais e de agências de fomento científico. Esses elementos são bastante nítidos na Europa e nos Estados Unidos, onde algumas editoras representativas da área de CTP chegam atualmente a obter a maior parte de seus lucros líquidos com a comercialização de conteúdos digitais.

Esse quadro mais reconfortante, contudo, permanece sujeito a questionamentos e dúvidas. Basta lembrar que a resistência aos *e-books* esmoreceu, mas ainda está longe de se extinguir. Mesmo as pesquisas mais recentes[4] ainda indicam que boa parte dos pesquisadores e mesmo estudantes de graduação permanecem adeptos do livro papel, o que sugere que mudanças mais profundas de comportamento só serão obtidas à medida que entrarem em cena "leitores digitais nativos", isto é, aqueles originalmente alfabetizados com leitura em tela. De outro lado, cabe salientar que a pujança comercial de conteúdos digitais, sejam eles acadêmicos ou não, permanece sendo fenômeno geograficamente dependente, algo tipicamente identificável em alguns países do hemisfério norte, especialmente nos Estados Unidos e Reino Unido.

Entretanto, mesmo se consideradas as dúvidas remanescentes, persiste o fato de que, ao menos na edição acadêmica, temos um dinamismo inédito dos *e-books* que, mais do que nunca, parece estável. Mas se esse diagnóstico é bem fundamentado, não se pode esperar que o crescimento e a solidez das receitas dos conteúdos digitais sejam sustentados apenas pelas mudanças de comportamento do público leitor ou pelo recente impacto da pandemia sobre o livro papel e livrarias físicas. Substanciando esse avanço, temos um personagem que

[4] Confira, e.g., Santos e demais autores (2019).

tem assumido papel cada vez mais relevante na publicação acadêmica e que certamente terá destaque no futuro do setor: a publicação em acesso livre.

3 Um dado sobre o futuro

De maneira geral, os desafios a serem enfrentados pelas editoras no futuro se entrelaçam com a adaptação que precisarão promover à sociedade da informação, desafios que acompanham essas editoras desde ao menos a década de 90 do século passado. Para John Thompson (2021), isso impõe preocupações inéditas para a atividade editorial, antes preocupada apenas com a venda a distribuidores e livreiros e agora obrigada a considerar diretamente as preferências e as necessidades de leitores, a intensificar seu papel conector entre autores de conteúdos e seu público consumidor. Esse novo perfil de comercialização tem alcance amplo e desdobramentos multifacetados, e envolve tanto editoras "trade" quanto acadêmicas.

No caso do livro universitário, em particular, no contexto da mencionada resposta direta ao mercado leitor, encontra-se um elemento com importância crescente no âmbito da dinâmica editorial contemporânea. Como já observado anteriormente, a publicação em acesso aberto tem assumido papel cada vez mais relevante na vida acadêmica e no avanço dos livros digitais. A presença desse modelo de disponibilização tem crescido significativamente em todo o mundo e em todo tipo de editoras – grandes, médias e pequenas; universitárias ou não. Na Europa, especialmente, as sistemáticas políticas de fomento à pesquisa promovidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Económico (OCDE) têm sido efetivas e elevaram o acesso aberto ao *mainstream* do mercado. Editoras icônicas

como Oxford University Press, Cambridge University Press, Springer Verlag, Taylor and Francis and De Gruyter, todas elas, têm sistematicamente aumentado seu catálogo em acesso aberto, destacando-se o caso da De Gruyter que, já em 2020, anunciava ter 60% de todos os seus títulos em disponibilização gratuita e declarava que essa parcela seria ainda mais ampliada. A De Gruyter é exemplo particularmente expressivo dado que, mesmo sendo empresa comercialmente tradicional e não ligada a uma universidade específica, migrou para esse modelo que, à primeira vista, seria mais coerente com editoras universitárias sem fins lucrativos. E se editoras comerciais não hesitam hoje em se dedicar à publicação em *Open Acess* (OA), não admira que o conjunto de editoras universitárias que se concentra sobre esse modelo editorial seja muito mais disseminado – algumas chegando a disponibilizar gratuitamente 100% de toda sua produção.

Não cabe aqui discutir algumas das questões-chave que circundam o acesso aberto – a discussão dos modelos de negócio e políticas oficiais de fomento é apenas um dos componentes de um painel que ainda não tem seus contornos totalmente definidos. Para nossos propósitos imediatos, basta dizer que os livros digitais são o veículo natural, típico e maciçamente preponderante adotado pelas publicações em OA. Segue-se daí a plausibilidade do seguinte raciocínio: considerando-se que o acesso aberto: (1) tem sido um dos motores mais conspícuos da publicação acadêmica contemporânea; e (2) que o *e-book* é o veículo típico para esse modelo de distribuição, segue-se que a expansão do acesso aberto implicará na expansão da publicação digital.

Tomando-se como ponto de apoio o entrelaçamento entre o OA e o livro digital, reafirma-se a presença orgânica deste último na dinâmica da publicação acadêmica. Entretanto, não se está com isso nem excluindo o lugar do livro acadêmico em papel, nem tampouco eximindo o livro digital das incógnitas e incertezas costumeiras que

o circundam desde sempre. Lembremos novamente que as diversas pesquisas que consideram as preferências de leitura e a eficácia comparada de conteúdos digitais e físicos na aprendizagem não têm tido resultados unânimes. Basta lembrar que pesquisas recentes na Europa indicam que o livro papel é visto com simpatia crescente, inclusive como instrumento de defesa contra o ritmo e pressão profissionais avassaladores, cada vez mais associados com a leitura em tela.[5] Nesse sentido, ao contrário do que o recente avanço do consumo pode fazer crer, os livros digitais adquirem novo estigma e nova barreira, antes insuspeitados, para sua universalização, obstáculos que não são de forma alguma excepcionais. Cabe concluir, portanto, que, mesmo em se percebendo uma gradual melhora dos indicadores da leitura digital, ainda resta caminho a percorrer para que se alcance algo como uma imagem estável do livro digital acadêmico (ainda que não se leve em consideração a flagrante diversidade internacional de recepção de tais conteúdos).

Como então aquilatar o papel e relevo dos livros digitais no futuro da edição acadêmica? A trajetória do *e-book*, como se infere dessa brevíssima – e meramente impressionista – descrição de sua história, ainda experimenta turbulências que não podem ser esquecidas. Mas talvez um ou outro aspecto seja resgatável com segurança dessa incerteza constante. Em primeiro lugar, o livro digital é hoje elemento sólido e inalienável da publicação acadêmica. Em segundo lugar, todos os estudos indicam, embora sejam ainda resultados preliminares, que a presença do livro digital, especialmente após o período da epidemia de covid-19, não é apenas constante, mas crescente entre as publicações acadêmicas.

---

5 A intensificação do ritmo de vida é tema tratado em profundidade no influente estudo de H. Rosa, *Aceleração* (2019), também citado por Thompson em *As guerras do livro* (2021, p. 517-519). Para Rosa, a leitura em tela é mais um dos alicerces da dinâmica perversa hoje dominante no cotidiano Ocidental.

Editoras e editores universitários, intrinsecamente comprometidos com os ideais científicos canônicos, têm no livro digital um aliado natural que os auxilia na consecução daqueles objetivos. E esse instrumento tem se revigorado duplamente. No âmbito da recepção, pela aceitação crescente dos leitores, pesquisadores e docentes que empregam mais e mais esses livros, seja em sua leitura privada, seja em seu exercício profissional; no âmbito da produção, pelos diversos fatores – balizas financeiras ou mesmo princípios de políticas estatais e institucionais (o estímulo ao OA, entre eles) – que fomentam a proliferação de publicações de outra forma inéditas ou, se não, restritas a um núcleo extremamente paroquial de leitores.

4 Nota final

A atividade editorial acadêmica tem sofrido toda sorte de oscilações e tensões características de uma área cronicamente em crise. No passado recente, acrescentou às suas mazelas próprias os impactos tecnológicos agudos e ameaças conjunturais angustiantes que oneraram o mundo editorial. Desnecessário dizer que esse é diagnóstico tanto mais dramático no Brasil atual, assolado pela pandemia e com claudicantes políticas de fomento à universidade, à ciência e, por extensão, à publicação universitária. Nesse cenário menos que reconfortante, certamente não se pode hoje sustentar que os livros eletrônicos sejam panaceia universal e que possam levar, afinal, a edição acadêmica a um patamar inédito de estabilidade – sendo, eles próprios, como vimos, objeto de instabilidades comerciais, técnicas e mesmo políticas. A esta altura, não cedendo à fácil tentação das previsões mais radicais, sejam elas auspiciosas ou catastrofistas, o que parece importante por ora é saudar a presença do livro eletrônico como um dos componentes

maiúsculos de fortalecimento da dinâmica científica, um protagonista constante na rotina de editores universitários em todo o mundo. Qualquer que seja o destino, agruras e glórias, da edição acadêmica, será ele partilhado pelo livro eletrônico.

Referências

BARON, N. *Words on screen*: the fate of reading in a digital world. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ROSA, H. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SANTOS, A. I. *et al*. Reading on Paper and Scrolling Text on a Screen in Academic Learning. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*, [London], v. 8, n. 3, p. 135-143, nov. 2019.

THOMPSON, J. B. *As guerras do livro*: a revolução digital no mundo editorial. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

THOMPSON, J. B. *Mercadores de cultura*: o mercado editorial no século XXI. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PRÊMIO ABEU PELA EXCELÊNCIA DE EDIÇÕES ACADÊMICAS

Carlos Alberto Gianotti

Para fins de composição deste capítulo, que trata da relevância do Prêmio ABEU, seguir-se-á duas linhas de argumentação. A primeira envolverá elementos históricos relacionados a edições do ponto de vista das traduções de obras estrangeiras e da evolução estética dos projetos gráficos de livros publicados no país; a segunda tratará do prêmio propriamente dito e de sua relevância para os processos de seleção de títulos a publicar pelas editoras das instituições de ensino superior e das de pesquisa do país.

1 Tópico histórico

No mais conhecido logradouro do Centro Histórico de Porto Alegre, a rua da Praia, encontra-se uma edificação de belo estilo arquitetônico em que funcionou a tradicional Livraria do Globo. Fundada em 1883, transferiu-se em 1924 para esse prédio que foi construído com o propósito de sediar a casa livreira, que sempre contou com acervo diferenciado para oferecer aos leitores. Encerrou suas atividades em 2007, e hoje o imóvel onde operou por mais de 80 anos está restaurado.

Na Livraria do Globo, nos anos 1940 e 1950, era comum encontrar, circulando por entre seus mostruários e frente a suas prateleiras, intelectuais e escritores, bem como políticos gaúchos, como Erico Verissimo, o jovem Raymundo Faoro, Mario Quintana, Augusto Meyer, Vianna Moog, Getúlio Vargas, Dyonélio Machado. Digamos que aquele ambiente livreiro servia como ponto de encontro de escritores e de pessoas ligadas à vida cultural da cidade. No início do século XX, além da atividade livreira, a Globo passou também à editorial com a Edições Livraria do Globo; mais tarde, a partir de 1956, com a marca Editora Globo, a qual foi vendida, na década de 1980, ao grupo empresarial de Roberto Marinho.[1]

2 Sobre traduções de livros

Erico Verissimo (1905-1975) e Mario Quintana (1906-1994), que vieram depois a se notabilizar, respectivamente, como romancista e poeta, atuaram não só como incentivadores de publicações de obras de escritores nacionais e estrangeiros pela Edições Livraria do Globo, como foram tradutores de dezenas de obras clássicas editadas pela casa nos anos 1940. Quintana, entre outros, traduziu Balzac, Proust, Gide, Voltaire; Verissimo traduziu J. Joyce, A. Huxley, J. Steinbeck, K. Mansfield, T. Mann. Deve-se reconhecer o significado desse empreendimento editorial à época por uma editora originária de livraria distante do centro cultural do país.

Mas o interessante é notar, hoje, a formação desses dois tradutores, um do francês, outro do inglês. Certamente, Quintana e Verissimo adquiriram o conhecimento do idioma fonte que traduziam – francês e inglês – nos bancos escolares, pois então sequer passaria pela

[1] Ver: pt.wikipedia.org. Acesso em: 25 maio 2022.

imaginação de alguém que pudessem (vir um dia a) existir no país cursos de graduação de tradutores/intérpretes; também o domínio do idioma destinatário, no caso o português, indispensável ao tradutor, foi obtido por eles escolarmente. (Isso seria, por si, um indicador da qualidade do ensino colegial da época, se é que possa ter atualmente alguma relevância nacional). Quer dizer que, simplesmente de posse da edição original do livro, sentavam-se e passavam a, alternadamente, ler e traduzir o lido para o português. Foram autodidatas nesse ofício, não fizeram curso de tradutor ou participaram de seminários sobre a "presença" do tradutor no traduzido, ou seja, sobre os graus de liberdade que o tradutor pode ter em diferentes gêneros traduzidos. Traduziam com maestria, o que é possível constatar pelas obras que trouxeram para o português e que ainda estão no mercado.

Pode-se dizer que, hoje, basicamente, encontram-se dois tipos de tradutores de livros: os profissionais, em geral com curso de tradutor, que vivem desse ofício e o desenvolvem com acuidade; e os que fazem tradução como uma atividade paralela à principal como reforço de orçamento, julgando-se habilitados para tanto por terem vivido por algum tempo no país em que se fala a língua fonte a ser traduzida. Indiscutivelmente, a excelência da tradução não pode ser negligenciada por editores. Foi só nas décadas mais recentes que aconteceu de editoras universitárias passarem a publicar traduções.

3 Sobre projeto gráfico de livros

As traduções de Quintana e Verissimo editadas nos anos 1940 e 1950 eram livros sem quaisquer pretensões gráficas. Impressos por processos da época em papéis simples, em nada comparáveis aos recursos eletrônicos para diagramação e impressão e com a variedade de

tipos e gramaturas de papel de que se dispõe atualmente. Ainda nos anos 1960, as obras editadas configuravam simplicidade gráfica, mas, deve-se notar, isso era o natural, ninguém haveria de criticar essa condição do livro. O notável *Elementos de bibliologia*,[2] de Antônio Houaiss, obra que precisamente trata da estruturação de livros, do original ao volume impresso – e que deveria estar sempre à mão, para consulta, daqueles que atuam profissionalmente no fazer editorial –, constitui-se numa edição singela em seu suporte físico, característica da época. Já aquele que, até os anos 1970, em sua vida escolar, para fins de estudo, usou livros didáticos como *Matemática*, de Ary Quintella, *Introdução à eletricidade e ao magnetismo*, de Roberto Salmeron, ou aprendeu elementos de latim na coleção *Ludus*, de Milton Valente, sabe o que foi a simplicidade editorial de então.

Essa singeleza no aspecto gráfico também se fez notar nas primeiras publicações das editoras universitárias pioneiras no país; publicações sem maiores cuidados de projeto visual, de diagramação e de impressão. Por essa razão, por muito tempo, os livros universitários deixavam de ser aceitos por livreiros: os aspectos dos volumes não eram nada "convidativos". Todavia, com a crescente disponibilização de equipamentos eletrônicos para processamento gráfico e o desenvolvimento do *design*, as coisas mudaram na editoração acadêmica, e a estética de um livro saído de editora universitária não deixa a desejar em comparação com o de editora não acadêmica.

Atualmente, o projeto gráfico de um livro é pensado por *designers* com formação, ao passo que, naqueles anos do século passado da Editora Globo, o leiaute da capa, no máximo, poderia contar com a reprodução de uma aquarela ou um bico de pena por um desenhista ou artista plástico autodidata. Pode-se pensar que, à época, ninguém

[2] HOUAISS, A. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. 2 v.

conferisse qualquer importância ao aspecto gráfico do livro, porque ainda não se havia chegado ao deslumbramento da inflação imagética. Significa dizer que, do ponto de vista estético – incluindo o material usado –, os livros sofreram uma evolução significativa, mesmo por força de processos que hoje acontecem mediante tecnologias primorosas. No passado, o desenvolvimento de uma edição beirava o artesanal. Enfim, as edições atuais são fisicamente bem mais bonitas que as de antanho.

4 Sobre o Prêmio ABEU

A esta altura se poderia pensar: mas em que essas considerações sobre traduções e projeto gráfico de livros estão relacionadas com o Prêmio ABEU? Trata-se de dois aspectos distintos da estruturação de um livro, a tradução, para obras de autores estrangeiros, e o projeto visual, para qualquer obra. Um impacta a leitura, o outro, a percepção estética. Vive-se em meio a imagens, o visual perpassa tudo, a configuração, o estilo é, hoje, essencial. Já o texto, embora em meio à modicidade da escrita dos dias atuais, será básico na tradução: uma narrativa traduzida de forma descuidada, sem um registro mais apurado da linguagem, torna-se banalizada. Daí a significação da tradução. Mas, insistindo, o que isso tem a ver com o Prêmio ABEU?

A ABEU criou, em 2014, na gestão de João Canossa como presidente da entidade, o Prêmio ABEU, que visa a distinguir anualmente edições acadêmicas que se destacaram em seu âmbito e em determinado aspecto editorial: seja pela originalidade e a relevância do tema do livro em sua área, seja pela qualidade da apresentação textual do assunto, seja pela excelência da tradução, quando é o caso, ou mesmo pela forma estética do volume como todo. Se um bom texto segura o leitor, leva-o a dar forma a outras ideias, também um aspecto gráfico

mais requintado de um livro trará satisfação visual a quem o compulsar; além disso, na livraria, a estética do livro pode chamar atenção e induzir ao desejo de leitura. O Prêmio ABEU seria o homólogo do Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro (CBL), só que destinado a contemplar edições produzidas por editoras de instituições de educação superior e de pesquisa.

Assim, em 2015, aconteceu, qual um protótipo, a primeira premiação, com 132 obras inscritas. O regulamento estabelecia três categorias para o concurso: Humanidades, Tecnociências e Projeto Gráfico. Isto é, a inscrição de uma obra devia ocorrer conforme seu conteúdo, numa das duas primeiras dessas categorias, ou na terceira, caso o propósito fosse concorrer pelo aspecto estético da edição. Cada categoria contava com um corpo de três jurados composto por pessoas de notório saber naquele campo. Um curador conduziu os trabalhos de seleção. Seriam escolhidos os três melhores em cada categoria e, se fosse o caso, título(s) merecedor(es) de menção honrosa.

Para as edições seguintes do Prêmio ABEU, houve um refinamento no que concernia a duas categorias – Humanidades e Tecnociências foram subdivididas – e um acréscimo. Hoje, na oitava edição, ocorre com oito categorias: Ciências Humanas; Ciências Naturais e Matemática; Ciências Sociais; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística Letras e Artes; Ciências da Vida; Projeto Gráfico; Tradução. A categoria acrescida visa a premiar, particularmente, a qualidade do trabalho do tradutor; além de levar em conta a relevância do título traduzido. Como se trata de obra da área dos saberes, e não ficcional, é aí considerada a precisão da linguagem na tradução.

Nas primeiras cinco edições do certame, os jurados de cada categoria recebiam os livros físicos concorrentes; a partir de 2020, em razão da pandemia, foram enviadas as edições em PDF, com exceção dos livros da categoria Projeto Gráfico. Essa prática, por se ter mostrado bastante

funcional e cômoda, inclusive com redução de custos de remessas, continuará a ser adotada. Na edição de 2021, o certame contou com 211 inscritos. Hoje podem concorrer livros em suporte papel ou eletrônico.

Para além de um mero concurso em que editoras apresentam obras que considerem significativas para concorrer no certame e reconhecer o valor da produção intelectual de autores e dos projetos visuais de *designers*, o Prêmio ABEU tem uma função particular que, parece, ainda faz-se oculta para editores universitários, ou, ao menos, é pouco considerada por eles. As obras selecionadas nos três primeiros lugares deveriam ser tomadas como elementos indicativos para todas as demais editoras: o livro destacado (1º, 2º e 3º lugares) passaria a ser paradigmático como título propriamente dito (rigor científico, área de conhecimento, assunto e originalidade – sem concessão a textos barateados), isto é, serviria para a constatação de que tipo de produção editorial é premiada, mesmo pela apresentação gráfica ou pelo processo de tradução. Quer dizer, os livros premiados deveriam passar a ser, nessa medida, modelares para escolha de títulos e produção visual de futuras publicações acadêmicas das editoras filiadas à ABEU.

RELAÇÃO ENTRE REVISÃO, REVISOR E EDITORA UNIVERSITÁRIA: UMA DISCUSSÃO INICIAL

Roberto Santos de Carvalho
Gessilene Silveira Kanthack

Introdução

Das mãos do autor às mãos/telas do leitor, os escritos submetidos a uma editora passam por etapas até se transformarem em livro, um fazer que envolve o trabalho de diferentes profissionais na cadeia de produção, divulgação e comercialização. Um dos envolvidos nesse processo é o revisor de textos, sujeito a quem se costuma atribuir a função genérica de normalização e correção dos textos. A fim de discutir a relação entre revisão, revisor e editora universitária, desenvolvemos este capítulo no intuito de colocar em cena uma temática pouco abordada na academia. Para tanto, organizamos a discussão em três seções.

Na primeira seção, retomamos, brevemente, um pouco do percurso histórico da atividade de revisão de livros, visando demonstrar o vínculo com o trabalho dos gramáticos na Biblioteca de Alexandria e

sua ligação direta com a docência, uma relação que se manteve na Renascença. Na segunda, apresentamos duas pesquisas que abordaram a revisão de livros em editoras no Brasil, com o intuito de destacar particularidades observadas nas investigações. Na terceira seção, fazemos um breve resgate da origem das editoras universitárias no Brasil e do seu papel na democratização do acesso à leitura, e, na sequência, apresentamos como a tríade revisão, revisor e editora universitária está sendo tratada em uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagens e Representações (PPGL), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a partir da investigação da prática do revisor da Editora da UESC (Editus).

1 Revisão, revisores e a produção de livros: um breve percurso histórico

Mesmo antes do marco da invenção da imprensa e após o advento da impressão mecânica de livros em larga escala, o revisor de textos sempre esteve presente nos ambientes em que livros são produzidos, exercendo a tarefa característica da atividade, qual seja: rever e mexer no texto de outrem, visando às mais variadas finalidades. Mas quem foram esses revisores no passado? De qual ambiente institucional podemos partir de modo a contextualizar esse tipo de atividade com o texto escrito, situando como um objeto de discussão e de pesquisa? A cidade egípcia de Alexandria é um apropriado ponto de partida para tal finalidade.

A Biblioteca de Alexandria, um dos centros culturais da antiguidade, era um ambiente em que trabalhavam gramáticos, revisores e editores de textos, além de estudiosos de outras áreas. Aqueles intelectuais desenvolveram estudos sobre os mais variados assuntos, realizaram análises críticas sobre autores gregos, revisaram, editaram e

escreveram livros que impactaram o desenvolvimento cultural e científico da antiguidade ocidental com reflexos na contemporaneidade. Um exemplo disso está na produção do primeiro livro de gramática grega registrado na história, obra que inspirou, posteriormente, a gramática latina que, por sua vez, influenciou as gramáticas do português.

Escrita por Dionísio da Trácia,[1] quando de sua passagem por Alexandria, a "[...] arte da gramática, como era chamada, definia a gramática e suas funções e tratava de acentos, de pronúncia e das oito partes da fala e suas inflexões, mas, curiosamente, para um amante da literatura, não mencionava o estilo [...]". (FLOWER, 2010, p. 95) O trabalho dos gramáticos foi tão importante naquele ambiente alexandrino que "[...] estudos gramaticais sobre os poetas, baseados em analogias (ou regularidades) [...]", levando em consideração aspectos fonológicos, sintáticos e semânticos, forneceram as bases descritivas para as posteriores pesquisas e sistematizações de uma nova ciência que surgiria no século XIX, a Linguística. (FLOWER, 2010, p. 95)

Especificamente em relação à atividade de revisão e edição de textos, Flower (2010) afirma que um dos primeiros estudiosos alexandrinos que se dedicaram à atividade foi o gramático e poeta Zenódoto de Éfeso, especialista nas obras do poeta grego Homero. A Zenódoto é atribuída a provável tarefa de ter editado e dividido os poemas homéricos em livros, utilizando letra maiúscula para grafar *Ilíada* e letra minúscula para se referir à *Odisseia*. Segundo Flower, a revisão feita pelo intelectual de Éfeso

> [...] foi feita sem nenhuma rima ou motivo real ao transpor e alterar versos, e ele nem sequer apresentou interpretações, tanto que foi amplamente criticado por estudiosos posteriores, que reconheceram que seu tratamento dos

[1] Uma abordagem sobre a gramática de Dionísio da Trácia pode ser encontrada em Carvalho e Kanthack (2012).

> textos antigos era arbitrário e muitas de suas alterações irresponsáveis e até mesmo ridículas. Porém, independentemente de suas limitações como crítico e editor, temos que reconhecer seu papel na história dos estudos homéricos, um papel singular, dado que teve acesso a textos que mais tarde se perderam e por isso não estavam disponíveis a seus sucessores e detratores. Assim, ele se sobressai como o único vínculo importante com as versões pré-alexandrinas desaparecidas. Parece também que editou Píndaro, e é graças a seus esforços com o que era um texto obscuro e complexo que foi aberto caminho a Aristófanes e à sua obra fundamental sobre os poemas de Píndaro, edição que, com todos os seus fundamentos, sobreviveu até os tempos modernos. (FLOWER, 2010, p. 47-48)

Outro gramático, Calímaco de Cirena, catalogou os papiros e códices da Biblioteca, um acervo estimado em 500 mil manuscritos, organizando-os por meio de *Pinakes* (Lâminas), uma espécie de catálogo composto

> [...] de 120 livros nos quais as obras eram analisadas e listadas cronologicamente por 'palavra-chave' e 'autor'. De acordo com o Suida, léxico do século X, Calímaco compôs lâminas sobre os homens eminentes em todos os campos do conhecimento e sobre o que escreveram. Um feito digno de Sísifo, e se a ele adicionarmos as 880 obras que se considera que escreveu, temos uma ideia da voracidade por trabalho que ele devia ter. (FLOWER, 2010, p. 52, grifo do autor)

Calímaco era essencialmente um gramático e, como tal, realizou análises críticas sobre os mestres gregos e avaliou negativamente os "[...] longos poemas cíclicos da Antiguidade, comparando-os com o grande

rio assírio que arrasta um monte de terra e refugo, acrescentado: 'Livro grande, grande infortúnio' [...]" (FLOWER, 2010, p. 51), afirmação que marcou a visão específica do estudioso sobre a edição de livros. Se Calímaco teve êxito nas revisões e catalogações dos textos em que trabalhou, o mesmo não aconteceu com seu colega Zoilo de Anfípolis.

Zoilo era um gramático e poeta que foi banido e impedido de trabalhar em Alexandria, pois tecia duras críticas aos textos homéricos. Sua situação muito se complicou, pois Homero era o poeta favorito do faraó Ptolomeu II Filadelfo, rei da época. Ptolomeu II demonstrava a mesma admiração pelo poeta grego tal qual seu pai, Ptolomeu I Sóter, "[...] a ponto de qualquer pessoa remotamente envolvida com [as obras de Homero] imediatamente obter seus favores". (FLOWER, 2010, p. 47) A contenda contra os textos homéricos rendeu a Zoilo o rótulo de difamador, "pedante e incompetente", um "Homeromastix – flagelo de Homero" (BÉHAR, 2014, p. 1), marcando negativamente a sua carreira.

Independentemente do que ocorrera com Zoilo, os gramáticos e os poetas, segundo Flower (2010, p. 57), "conseguiam os empregos mais prestigiosos" em Alexandria e dispunham de relativa autonomia nas atividades intelectuais, revisões, edições e produção das obras, pois os três primeiros faraós Ptolomeus[2] tinham acentuada preferência por Homero e Aristóteles, e os temas ligados à literatura e às ciências dispunham do pronto amparo real. Na corte de Filadelfo II, por exemplo, segundo Flower, os livros

> [...] transbordavam da Biblioteca para os escritórios e armazéns reais [...] como seu pai e seu avô, também era um grande patrocinador das artes. Bibliófilo apaixonado, comprava carregamentos inteiros de livros e

[2] São eles: Ptolomeu I Sóter (o Salvador); Ptolomeu II Filadelfo (o que ama a irmã); Ptolomeu III Evérgeta (o Benfeitor).

> se dispunha a gastar fortunas para obter códices ou papiros raros. (FLOWER, 2010, p. 21-22)

Naquele rico ambiente cultural de produção e circulação do conhecimento em que era necessário um dedicado trabalho de edição, revisão e catalogação dos textos e dos livros, Zenódoto, Calímaco e Zoilo (e tantos outros) realizaram o que se esperava de um gramático no Período Helenístico.[3] Segundo Neves (2005), um gramático naquela época era um estudioso que não apenas explicava as obras, mas também as julgava, reconhecia sua autenticidade, apontava as belezas e defeitos, fazia a correção dos textos e exercia um julgamento geral

> [...] portanto um crítico, atividade que representa poder de decidir como juiz das obras escritas. É atividade de pesquisa à qual se alia a docência, pois o gramático é o mestre-escola que sucede ao gramatista (*grammatistés*, instrutor primário) ao qual sucede o retor (*rhétor*). (NEVES, 2005, p. 113, grifos da autora)

Do breve resgate histórico realizado, evidencia-se que a revisão de textos esteve ligada à atividade dos gramáticos e à docência. Por essa razão, segundo Houaiss (2015),[4] quem trabalha contemporaneamente revisando e editando textos é herdeiro da tradição alexandrina dos estudos gramaticais. Chartier (2002, p. 27) também se refere à revisão como uma atividade tipicamente relacionada ao magistério quando afirma que editores e impressores do Renascimento passaram a contratar "clérigos, licenciados ou professores [...] para que suas publicações fossem o mais corretas possível". Sobre isso, o autor afirma:

---

[3] Período marcado pela difusão da cultura grega nos territórios conquistados.

[4] O texto do filólogo carioca foi publicado, pela primeira vez, na década de 1980. A versão que utilizamos foi publicada pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2015. O estudioso nos deixou em 7 de março de 1999.

> Paolo Trovato nos lembra como era importante para os editores italianos do *Cinquecento* que se insistisse na 'correção' de suas edições, louvada nos próprios livros pela expressão '*con ogni dil igenza corretto*'.[5] Daí a grande importância dos editores de texto e dos revisores, que intervinham em vários momentos do processo de publicação: na preparação do manuscrito, nas diferentes etapas da revisão, nas correções feitas durante a impressão, na compilação de errata em suas diferentes formas [...]. (CHARTIER, 2002, p. 28, grifos do autor)

Se o gramático e o professor foram, no passado, um dos responsáveis diretos pela revisão de livros com o objetivo de conferir correção e qualidade às obras, contemporaneamente, pesquisas têm mostrado que a atividade tem sido realizada também por outros profissionais nos mais variados espaços. No serviço público, especificamente na editora universitária, a função tem sido desenvolvida pelo técnico de nível superior. (OLIVEIRA, 2007) Nas editoras comerciais e demais empresas privadas, os profissionais com formação superior são os que se dedicam à tarefa. (MUNIZ JÚNIOR, 2010; RIBEIRO, 2009) Em ambos os casos, os revisores são normalmente licenciados em Letras ou bacharéis em Comunicação e Jornalismo.

Diante do atual perfil profissional dos revisores, é possível afirmar que, se licenciado ou bacharel, atuando em espaços públicos ou privados, o ponto de vista sobre a ação de revisar textos se altera em razão da formação, das concepções, das vivências, das experiências e do lócus profissional. Esses pontos de vista têm sido registrados em pesquisas, como veremos adiante, e nos mostram o quão rico e produtivo é discutir a prática da revisão de textos.

---

5 "Corrigido com todo o cuidado", tradução do autor. (CHARTIER, 2002, p. 28)

2 Revisão e revisor no trabalho com livros no Brasil: o enfoque de duas pesquisas

Os autores das pesquisas que tratam da revisão de textos em editoras dão destaque às suas experiências profissionais, aos cargos e funções que assumiram e aos ambientes institucionais por onde passaram. Ademais, defendem uma linguagem mais acessível nos livros de modo a atingir um amplo público leitor. Procuram desconstruir a ideia da revisão como mera correção de aspectos gramaticais, ortográficos e de pontuação, destacando que o profissional revisor de textos reflete, decide e realiza ações para além de uma simples ação normativa no texto de outrem. Também, as pesquisas abordam problemas específicos da "profissão", focando em questões peculiares de cada ambiente de trabalho. Entre as pesquisas que tratam da revisão de textos na produção de livros, podemos citar Oliveira (2007) e Muniz Júnior (2010).

Oliveira (2007) não centralizou sua discussão especificamente na editora universitária e na produção de livros, mas em quatro aspectos: 1) análise de dois manuais: *Manual de revisão* (GUILHERME, 1967) e *Manual do revisor* (MALTA, 2000); 2) entrevista com três revisores na cidade de Natal (RN); 3) análise da própria atuação como revisora ao interagir com uma autora na transformação da tese em livro; 4) diálogo com duas autoras na interação direcionada para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Seguindo os propósitos da nossa discussão, abordaremos, aqui, apenas o aspecto 3 de sua pesquisa, a revisão de textos na produção de livros. Atuando como revisora na editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Oliveira narrou sua trajetória formativa/profissional e pontuou como os pressupostos bakhtinianos a influenciaram teoricamente como revisora e pesquisadora, para reforçar a tese "[...] do trabalho de revisão como uma atividade que deveria

levar em conta os sujeitos envolvidos no processo interacional tanto de produzir quanto de revisar textos, com suas peculiaridades e singularidades". (OLIVEIRA, 2007, p. 122)

A autora explicou como seria uma revisão "[...] com uma perspectiva que leve em conta não apenas os aspectos formais, estruturais e notacionais" (OLIVEIRA, 2007, p. 125), mas tendo como foco a interação autor-revisor. Isso seria possível, segundo ela, seguindo-se estes passos:

> Em uma primeira revisão, o revisor leria o texto atentando para quem (destinatário) e por quem (autor) o texto estaria sendo produzido, o que implica observar onde (lugar/área/campo/esfera) ele circulará. Em seguida, em uma segunda revisão, releria o texto para, aí sim, começar a corrigir aspectos gramaticais e notacionais, como a concordância verbal e nominal, a ortografia, a pontuação, o enquadramento às normas da ABNT, entre outros. Desse modo, ao revisar o texto estaria analisando os dois polos – o do enunciado (unidade da comunicação discursiva) e o da oração (unidade da língua) –, observaria a forma do conteúdo do texto, e não apenas a forma pela forma desvinculada das posturas e visões de seus autores. Depois de, no mínimo, essas duas revisões, o revisor discutiria com o autor as dúvidas e problemas encontrados no texto, para fazer as adequações e mudanças necessárias [...]. (OLIVEIRA, 2007, p. 125-126)

A partir dessas diretrizes, relatou sua experiência como revisora ao interagir com Amália (nome fictício) na transformação da tese em livro. Especificamente sobre o diálogo com Amália, Oliveira destacou três aspectos:

> (1) a utilização de citações, diretas e longas (sem um diálogo entre os vários dizeres); (2) o uso do termo *sic* para indicar erro de alguns autores (os considerados autoridades); (3) as datas diferentes das obras depois do sobrenome dos autores citados (que poderiam gerar dúvidas no leitor). (OLIVEIRA, 2007, p. 128)

Os diálogos com a interação de ambas a respeito desses três pontos tiveram o propósito de destacar como na interação revisor-autor ocorrem os momentos de concordância, discordância, confronto e conflito e como a revisora lidou com essas situações, fazendo com que Amália passasse de uma posição de resistência às mudanças propostas a uma postura de concordância – ao perceber que a revisora tão somente queria contribuir para o sucesso do seu livro. A autora concluiu o estudo apresentando alguns pontos em aberto no campo da revisão de textos. Entre eles, estão:

> [...] A questão da (in)visibilidade do revisor e seu papel fundamental no acabamento de diversos textos; o problema dos aspectos institucionais e normativos, quer formais, quer informais, que regem o trabalho do revisor no seu dia a dia; a focalização da atividade de revisão como gênero profissional; o (des)entendimento do trabalho de revisão como profissão de média importância. (OLIVEIRA, 2007, p. 156)

Ao sinalizar esses pontos, a autora reforçou a necessidade de pesquisas com foco na revisão e no trabalho do revisor, uma prática pouco explorada no âmbito dos estudos de linguagem.

Muniz Júnior (2010), embora tenha voltado para situações envolvendo editoras privadas, abordou questões que interessam também aos profissionais que atuam em editoras universitárias. A partir das

experiências como revisor, preparador, assistente editorial em diferentes ambientes, o autor buscou entender a intervenção nos textos (doravante, IT) como um conjunto de práticas profissionais que visam transformar um texto em livro e que "[...] ocorrem sucessivamente sobre um texto primeiro, como objetivo de aperfeiçoar seu modo de ir a público". (MUNIZ JÚNIOR, 2010, p. 17) Ele destacou que seu interesse se voltou para a ocorrência dessas práticas profissionais em textos verbais no dia a dia da edição de livros, ainda que nos espaços editoriais a nomenclatura comumente usada não seja "intervenção nos textos". Esclareceu que o termo IT foi adotado na pesquisa, visando uma ruptura epistemológica, uma vez que

> [...] ser revisor ou ser editor correspondem a categorias pouco estáveis – em especial a segunda designação, que em português pode assumir diversos significados. E esses sujeitos, pelo menos no Brasil, não constituem um grupo a que se possa chamar de categoria profissional. A isso se soma o fato de que, com as novas formas de organização da produção, as atribuições se tornam mais fluidas, e o profissional converte-se num trabalhador flexível, polivalente [...]. (MUNIZ JÚNIOR, 2010, p. 22)

Por essa razão, ele considerou necessário, no âmbito do seu estudo, usar IT (mais genérico) ao invés de revisão, edição, preparação etc. (mais específicos), expressões comumente usadas, em editoras, para se referir ao trabalho de intervir no texto alheio. Ainda para Muniz Júnior, quando se adota o termo IT não se está designando uma profissão ou função específica, mas fazendo referência a "[...] uma *atividade* presente em diversos níveis da produção, e que adquire contornos únicos de acordo com o coletivo de trabalho, o local, o tipo de material produzido etc". (MUNIZ JÚNIOR, 2010, p. 22, grifo do autor) Ainda se referindo à IT, o autor afirmou que

> a expressão adotada, embora traga a desvantagem de não corresponder às terminologias adotadas no campo editorial, serve para delimitar como objeto da pesquisa essa 'atividade de mexer no texto do outro', a partir do qual pensarei os sujeitos constituídos por meio do trabalho e da linguagem. Não se trata de impor esse termo como nova categoria para a organização da produção nas editoras. Além de pouco operacional, ele dissolve fronteiras importantes para a especificidade do que os trabalhadores da área fazem. Delimitar categorias tem validade tanto teórica quanto prática, na medida em que torna mais claros os limites das exigências, dos direitos, das remunerações etc. Não à toa, há tantos trabalhos acadêmicos dedicados a esse problema. Em vez disso, busco na categoria IT um modo de pensar uma atividade – mexer no texto do outro – que perpassa tarefas, cargos, posições na cadeia produtiva, denominações etc. E isso não só porque elas se confundem no dia a dia das editoras, mas porque há entre elas um princípio comum: preparar os textos para circular socialmente de acordo com certos critérios de eficácia – critérios que se materializam como sistemas de normas organizados discursivamente. Com base nisso, poderíamos dizer que o que define o objeto 'intervenção textual' é um conjunto de práticas de linguagem consolidado social e historicamente [...]. (MUNIZ JÚNIOR, 2010, p. 23, grifos do autor)

Para o autor, os estudos que tematizam o discurso midiático não tratam dessa questão, pois tendem a priorizar o produto textual em si que circula nos espaços sociais, ficando em segundo plano o que ocorre concretamente com os textos nos ambientes de trabalho para que adquiram materialidade e possam ser publicados. Esse "apagamento"

dos profissionais e das práticas subjacentes ao processo de produção editorial é ainda referido pelo autor deste modo:

> Nos estudos de história editorial no Brasil, é possível verificar uma tendência semelhante: é comum que se relatem e analisem as histórias de sucesso e fracasso de editores e editoras; por outro lado, raramente esses trabalhos fazem menção às dezenas, centenas de profissionais do livro. A ausência de estudos nesse sentido reflete, em alguma medida, a dificuldade de encontrar fontes de pesquisa, dado que boa parte dos materiais intermediários da edição se perde depois que um livro é publicado. Quanto mais se avança no passado, mais raros se tornam os manuscritos, as provas, as anotações que possibilitariam compreender a IT de outrora. (MUNIZ JÚNIOR, 2010, p. 18-19)

Além dessa discussão, Muniz Júnior (2010) analisou a produção de um livro de Matemática em uma grande editora comercial especializada no gênero a partir de entrevistas com os profissionais envolvidos no processo. Com isso, evidenciou os momentos de tensão, discordância e concordância entre autora e editora assistente diante dos cortes e mudanças promovidos por esta no livro daquela. Depois, o autor explorou uma questão de acentuação gráfica relacionada às palavras paroxítonas, que chamou sua atenção quando analisou o arquivo disponibilizado pela editora. Sobre isso, abordou o fato de uma revisora, em outro setor da empresa, ter trocado o nome da personagem "Léa" por "Lia", pois confundiu a regra do Novo Acordo Ortográfico envolvendo os ditongos ei/oi, situação que fez a profissional alterar os nomes de modo a fugir de qualquer controvérsia/polêmica provocada pela presença/ausência do acento. Embora tenha havido a alteração no nome de uma personagem do livro com base no equívoco de emprego da regra de acentuação das paroxítonas, o autor defendeu que isso não acarretou qualquer prejuízo à obra.

Tanto Oliveira (2007) quanto Muniz Júnior (2010) sinalizam caminhos de pesquisa para a investigação da revisão de textos na produção de livros e deixam claro que a discussão que empreendem não tem o propósito de impor regras e critérios aos revisores. Sendo assim, os passos propostos por Oliveira, por exemplo, em que primeiro se olha para o enunciado e depois para a oração, em momentos distintos de leitura, podem não ser factíveis em outros contextos, por serem uma metodologia de trabalho própria da autora. Para muitos profissionais, talvez, não seja possível realizar a leitura de conteúdo e de forma separadamente em razão do jeito individual de trabalho de cada um e dos contextos específicos de cada editora cujos prazos e equipes reduzidas não permitem tal prática.

Das duas pesquisas apresentadas, podemos concluir que cada profissional possui seus recortes, suas práticas de trabalho, estando submetido a uma maior ou menor autonomia de trabalho. Por isso, defendemos que estudos que tratem da revisão de textos em editoras devem levar em consideração as características formativas de cada profissional e as peculiaridades de cada ambiente de trabalho. Se as pesquisas anteriores não trataram especificamente da revisão de textos em editoras universitárias, na próxima seção, tecemos considerações sobre o surgimento delas no Brasil para, então, apresentar preliminarmente uma pesquisa em andamento sobre o revisor, a revisão e a editora universitária.

3 Revisão e revisor na editora universitária: uma pesquisa em desenvolvimento

As editoras universitárias, segundo Lahiri Argollo (2019), começaram a ser implantadas em território nacional por volta do ano de

1960, processo que foi intensificado a partir de 1980 em razão da redemocratização que ocorria no Brasil. Bufrem (2015, p. 86) afirma que algumas se originaram de

> [...] pequenos parques gráficos, enquanto outras foram sendo criadas independentemente desses serviços, ou das chamadas imprensas universitárias. Criadas, ora como editoras, núcleos ou projetos editoriais, ora como órgão com maior autonomia, algumas foram anexadas a projetos, vinculados a um órgão como um serviço ou assessoria de comunicação, ou mesmo a uma pró-reitoria. Houve editoras que passaram a ser vinculadas à imprensa ou parque gráficos da universidade.

Passado o momento inicial de estruturação, Rita Argollo (2020, p. 90) relata que, atualmente, são 129 editoras associadas à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) "[...] vinculadas a instituições de ensino ou institutos de pesquisa públicos, privados ou comunitários e que têm, por isso mesmo, constituições variadas [...]". Nelas, diferentes profissionais se dedicam a produzir e pôr em circulação obras com os mais variados temas, mas, segundo Rita Argollo (2020), o objetivo não é apenas publicar livros como um fim em si mesmo. A autora discute, retomando dados sobre leitura e escolarização no Brasil, sobre o papel das editoras universitárias como ambientes institucionais que podem contribuir para a minimização das desigualdades no acesso à leitura. Nesse sentido, cita e comenta os projetos que a Editus vem desenvolvendo na área de abrangência da UESC para a consecução dessa contribuição de acesso e democratização da leitura.

Mantendo a mesma linha de raciocínio, no sentido de advogar a ideia da editora universitária para além de mera casa publicadora de livros, a autora reafirmou – durante a abertura do Encontro Regional da ABEU Nordeste 2022 – o papel das editoras universitárias como

promotoras da democratização do acesso à leitura e ao conhecimento, destacando que os trabalhos desenvolvidos durante o evento tinham o propósito de demonstrar

> [...] que a gente não está nas editoras universitárias apenas preocupados em produzir livros que permanecerão fechados em alguma estante ou arquivos digitais que jamais serão abertos, a gente quer vida, acredita e trabalha pela transformação social do nosso País, pela vida do nosso País [...]. (ARGOLLO, R., 2022)[6]

A autora se referiu a uma gama de profissionais que diuturnamente trabalham nas editoras para que os livros cheguem ao público leitor, contribuindo para a difusão do conhecimento técnico, científico, literário e cultural produzido por intermédio das universidades. O revisor faz parte desse contexto como um dos que contribuem indiretamente para esse processo.

A partir disso, somando-se à visão da editora universitária como um espaço de democratização do saber, uma pesquisa de doutorado em andamento no PPGL da UESC (por nós desenvolvida) procura defender a editora universitária como um lugar que vai além de mero ambiente de trabalho de servidores públicos, mas como um espaço de estudo, de desenvolvimento intelectual e profissional, constituindo-se como lócus de produção de conhecimento por aqueles que nela atuam a partir de suas práticas de trabalho. Essa discussão parte de um recorte que aborda o trabalho do revisor de textos, especificamente a prática profissional do revisor da Editora da UESC.

A partir de uma perspectiva bibliográfica, autoetnográfica e de investigação da própria prática, o estudo visa pôr em evidência o

[6] Abertura do Encontro Regional da ABEU Nordeste 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Nms8yRnYQrs. Acesso em: 20 abr. 2022.

trabalho reflexivo e silencioso realizado pelo revisor, invisível aos leitores e à comunidade em geral, pois os vestígios do trabalho efetivo realizado pelas mãos do profissional se apagam após a publicação do livro. O propósito é abordar os movimentos intelectuais realizados pelo profissional na execução do seu trabalho, visando demonstrar que o ato de revisar não é mecânico, mas movido por decisões que combinam conhecimento teórico, linguístico e vivencial da profissão. A discussão visa contribuir com os estudos (ainda muito escassos) que se voltam para a prática da revisão de textos no serviço público, especialmente em editoras universitárias.

A pesquisa desenvolvida no PPGL-UESC, além de abordar conceitos sobre revisão e edição, retoma a discussão sobre língua, norma culta e padrão, fundamental para o trabalho com o texto, mas que é abordada de modo superficial ou não aparece nas pesquisas sobre revisão de livros em editoras. Para exemplificar essa discussão, a pesquisa elege a construção pronominal "o mesmo" e discute como o revisor da Editus se posiciona diante da estrutura – recorrente na escrita dos autores daquela editora –, tendo em vista que gramáticos, linguistas e outros autores têm opiniões divergentes sobre o assunto. Trata-se de um estudo inédito, pois o tema da revisão de textos até então não foi abordado em pesquisas na UESC na área de Letras, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Além disso, é inédita no âmbito do poder executivo estadual da Bahia, pois não há estudos que abordem a atividade de revisão de textos nesse contexto profissional específico.

4 Considerações finais

A revisão de textos, ato intrínseco à escrita como prática social, é um tema importante com muitos aspectos a serem explorados, mas

pouco abordada, especialmente na área de Letras. Por isso, elegemos a tríade revisão, revisor e editora universitária, direcionando a discussão como um tema de pesquisa. Para tanto, realizamos um breve resgate histórico sobre as origens ocidentais da atividade de revisar textos no contexto do trabalho de alguns gramáticos na Biblioteca de Alexandria. Depois, apresentamos duas pesquisas sobre o tema da revisão de livros em editoras. Sobre elas, vimos que Oliveira (2007) abordou a revisão com foco na interação revisor-autor e Muniz Júnior (2010) procurou discutir a intervenção nos textos como um conjunto de práticas profissionais que ocorrem em editoras, visando transformar um texto em livro. Por fim, contextualizamos brevemente o surgimento das editoras universitárias no Brasil, o desenvolvimento de uma pesquisa sobre revisão e revisor na editora universitária no PPGL da UESC e as possíveis contribuições do estudo. Com a discussão promovida, esperamos contribuir com os debates e estudos sobre a revisão de textos em editoras universitárias, pois defendemos não ser possível falar de revisão sem falar do revisor e das peculiaridades institucionais específicas do ambiente em que ocorre o trabalho revisional.

Referências

ARGOLLO, L. L. Ambiente jurídico de atuação das editoras universitárias: enfrentamento de entraves. *In*: ROSA, F. G.; ARGOLLO, R. V. (org.). *Editoras Universitárias*: estratégias de gestão. São Paulo: Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2019. p. 19-34. Disponível em: https://arquivosbrasil.blob.core.windows.net/insulas/anexos/editoras-universitarias-miolo-integral-versao-grafica.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

ARGOLLO, R. V. Editoras universitárias: um caminho para a formação leitora e transformação social. *Revista Parlamento e Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 83-94, jan./jun. 2020. Disponível em: https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/157. Acesso em: 21 abr. 2022.

BÉHAR, R. Homeromastix, Vergiliomastix… ¿Gongoramastix? *e-Spania*, [*s.l.*], n. 18, jun., 2014. Disponível em: http://journals.openedition.org/e-spania/23769. Acesso em: 27 dez. 2021.

BUFREM, L. S. *Editoras Universitárias no Brasil*: uma crítica para a reformulação da prática. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

CARVALHO, R. S. de; KANTHACK, G. S. Adjetivos: breves considerações diacrônicas. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 157-176, 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59907. Acesso em: 17abr. 2022.

CHARTIER, R. *Do palco à página*: publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

FLOWER, D. A. *Biblioteca de Alexandria*: as histórias da maior biblioteca da Antiguidade. Tradução de Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

GUILHERME, H. F. *Manual de revisão*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

HOUAISS, A. Preparação de originais I e II. *In*: QUEIROZ, S. *A preparação de originais*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: https://labed-letras-ufmg.com.br/wp-content/uploads/2020/12/A-preparacao-de-originais_final_31ago2015.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.

MALTA, L. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC, 2000.

MUNIZ JÚNIOR, J. de S. *O trabalho com o texto na produção de livros*: os conflitos da atividade na perspectiva ergodialógica. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17022011-122845/publico/3686978.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional*: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

OLIVEIRA, R. R. F. de. *Um olhar dialógico sobre a atividade de revisão de textos escritos*: entrelaçando dizeres e saberes. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/16265. Acesso em: 16 fev. 2019.

RIBEIRO, A. E. Revisão de textos e "diálogo" com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. *Anais* [...]. São Paulo: Intercom, 2009. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2050-1.pdf. Acesso em: 1 abr. 2021.

SOBRE AS ORGANIZADORAS
SOBRE LAS ORGANIZADORAS

Rita Virginia Argollo

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem especialização em História Regional pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), mestrado em Educação pela UFBA e doutorado em Educação por essa mesma instituição. É professora titular do curso de Comunicação (Rádio, TV e Internet) da UESC. Dedica-se aos estudos acerca da comunicação, educação e tecnologias. Também atua com audiovisual e jornalismo na web. Atua como diretora da Editora da UESC (Editus) desde 2012, foi diretora regional Nordeste da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) (2015-2019) e, atualmente, está na função de presidente dessa associação.

Rita Virginia Argollo

Licenciada en Periodismo por la Universidad Federal de Bahía (UFBA); tiene una especialización en Historia Regional, de la Universidad Estatal de Santa Cruz (UESC); Maestría en Educación (UFBA); y Doctorado en Educación (UFBA). Es profesora del Curso de Comunicación (Radio, TV e Internet) de la UESC. Se dedica a los estudios sobre comunicación, educación y tecnologías. También trabaja con periodismo audiovisual y web. Es directora de Editus - Editora da UESC desde 2012, fue directora regional de ABEU-Nordeste (2015-2019) y actualmente es presidenta de la Asociación Brasileña de Editores Universitarios (ABEU).

Flávia Goulart Rosa

Graduada em Comunicação (Jornalismo) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialização em Produção Editorial pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), mestra em Ciência da Informação pela UFBA e doutora em Cultura e Sociedade pela Faculdade de Comunicação da UFBA. Professora titular do Curso de Design na Escola de Belas Artes da UFBA, responsável pela implantação do Repositório Institucional da UFBA, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre Universidade. Foi diretora da Editora da UFBA (Edufba) no período de setembro de 1997 a maio de 2022. Foi presidente da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) por dois mandatos (2003-2005 e 2009-2011). Ocupou diversos cargos na diretoria da associação. Membro da Academia de Ciência da Bahia. Em 2017, recebeu o reconhecimento do editor universitário ibero-americano "Rubén Bonifaz Nuño" concedido pela Universidad Nacional Autónoma do México. Fez parte do grupo gestor de implantação do portal do Scielo Livros (março de 2012) e permaneceu como membro do grupo até julho de 2022

Flávia Goulart Rosa

Licenciada en Comunicación (Periodismo) por la Universidad Federal de Bahía (UFBA, 1979), especialización en Producción Editorial (Universidad Católica de Salvador, 1994), Maestría en Ciencias de la Información por la UFBA (2006) y Doctora en Cultura y Sociedad por la Facultad de Comunicación de la Universidad Federal de Bahía (2011). Profesora Titular del Curso de Diseño de la Facultad de Bellas Artes de la UFBA, responsable por la implementación del Repositorio Institucional de la UFBA, vinculado al Programa de Posgrado Estudios Interdisciplinarios de la Universidad. Directora de la Editora da UFBA (EDUFBA) de septiembre de 1997 a mayo de 2022. Presidenta de la Asociación Brasileña de Editores Universitarios por dos mandatos (2003-

2005 y 2009 - 2011). Ha ocupado diversos cargos en la junta directiva de la Asociación. Miembro de la Academia de Ciencias de Bahía. En 2017 recibió el reconocimiento de editor universitario iberoamericano "Rubén Bonifaz Nuño" otorgado por la Universidad Nacional Autónoma de México. Participó del grupo de gestión para la implementación del portal Scielo Livro (marzo de 2012) y permaneció como miembro del grupo hasta julio de 2023.

SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES)
SOBRE LAS(LOS) AUTORAS(ES)

Ana Balula

Mestre e doutorada em Multimédia em Educação pela Universidade de Aveiro (UA). É docente e investigadora na área do ensino de Língua para Fins Específicos na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da UA e tem participado em vários projetos de investigação na área. É diretora do mestrado em Assessoria de Direção e Comunicação nas Organizações, atuando na área da Comunicação multimodal multilingue. *E-mail*: balula@ua.pt

Ana Balula

Máster y Doctora en Multimedia en Educación por la Universidad de Aveiro (UA). Es docente e investigadora del área de Enseñanza de Lenguas con Fines Específicos de la Escola Superior de Tecnología y Gestión de Águeda da UA y ha participado en varios proyectos de investigación en el área. Es directora del Máster en Asesoramiento a la Dirección y la Comunicación en las Organizaciones, trabajando en el área de la comunicación multimodal multilingüe. Correo electrónico: balula@ua.pt

Carlos Alberto Gianotti

Tem formação em Física, porém seus campos de leituras têm estado, por toda a vida, na Literatura, e, de estudos, na Filosofia Social. Ensinou Física por mais de 30 anos e é editor-executivo da Editora Unisinos, desde 1993. Como diletante, escreve contos e ensaios.

É autor das coletâneas *Um rio circunferencial* (WS Editor) e *Falar o que seja é inútil* (Circuito Editorial), e coautor de *Um livro: do autor ao leitor* (ABEU). Vive em Porto Alegre. *E-mail*: catgianotti@gmail.com

Carlos Alberto Gianotti

Tiene formación en física, pero sus campos de lectura han sido, a lo largo de su vida, la literatura y, en sus estudios, la filosofía social. Enseñó física durante más de treinta años y es editor ejecutivo de la Editora UNISINOS, RS, desde 1993. Como aficionado, escribe cuentos y ensayos. Es autor de las colecciones *Um rio circunferencial* (WS Editor) y *Falar o que seja é inútil* (Circuito Editorial), y coautor de *Um livro: do autor ao leitor* (ABEU). Vive en Porto Alegre. Correo electrónico: catgianotti@gmail.com

Daniela Verón

Geógrafa por formação, ela se dedica à publicação universitária desde 1999. Foi diretora da UNSAM EDITA, editora da Universidade Nacional de San Martín, por 13 anos. Participou ativamente da Rede de Editores de Universidades Nacionais da Argentina (REUN) desde 2013, na qual foi coordenadora executiva durante o período 2016-2018. Ocupou a vice-presidência da Área Atlântica da Associação dos Editores Universitários da América Latina e do Caribe (EULAC), no período 2017-2021, sendo sua representante no SciELO Livros, Brasil. Escreveu artigos sobre publicação universitária e participou como palestrante em feiras internacionais de livros e em reuniões da especialidade. Em 2019, foi convidada pela Princeton University Press para trocar experiências acerca da edição universitária, juntamente com outros colegas da América Latina. Atualmente é integrante honorária da EULAC, conselheira do Ministério da Cultura da Nação em questões editoriais e coordenadora editorial do Instituto de Geografia "Romualdo Ardissone" da Universidade de Buenos Aires. *E-mail*: mariadanielaveron@gmail.com

Daniela Verón

Geógrafa de formación, se dedica a la edición universitaria desde 1999. Fue directora de UNSAM EDITA, la editorial de la Universidad Nacional de San Martín, durante 13 años. Ha participado activamente en la Red de Editoriales de Universidades Nacionales de la Argentina (REUN) desde 2013, en la que fue su coordinadora ejecutiva durante el período 2016-2018. Ocupó la vicepresidencia del Área Atlántica de la Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (EULAC), en el período 2017-2021, siendo su representante ante SciELO Libros, Brasil. Ha escrito artículos sobre edición universitaria y ha participado como ponente en ferias internacionales del libro y en encuentros de la especialidad. En 2019 fue invitada por Princeton University Press para intercambiar experiencias de edición universitaria, junto con otros colegas de América Latina. Actualmente es Miembro honorario de EULAC, asesora del Ministerio de Cultura de la Nación en temas editoriales y coordinadora editorial del Instituto de Geografía "Romualdo Ardissone" de la Universidad de Buenos Aires. Correo electrónico: mariadanielaveron@gmail.com

Delfim Leão

Professor Catedrático no Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra. A sua investigação centra-se na história antiga, direito e teoria política dos gregos, pragmática teatral e no romance antigo. Tem também um profundo interesse em Humanidades Digitais e em comunicação académica. Dirigiu durante dez anos a Imprensa da Universidade de Coimbra e é atualmente vice-reitor para a Cultura e Ciência Aberta na mesma instituição. *E-mail*: leo@fl.uc.pt

Delfim Leão

Catedrático del Instituto de Estudios Clásicos de la Universidad de Coimbra. Su investigación se centra en la historia antigua, el derecho y la teoría política de los griegos, la pragmática teatral y la novela antigua. También tiene un profundo interés en las Humanidades Di-

gitales y la comunicación académica. Dirigió la Prensa de la Universidad de Coimbra durante diez años y actualmente es Vicerrector de Cultura y Ciencia Abierta de la misma institución.Correo electrónico: leo@fl.uc.pt

Esteban Giraldo González

Editor e professor. Editor do Instituto Alexander von Humboldt em Bogotá, Colombia. Cientista político da Universidad Nacional da Colômbia. Comunicador Social - Jornalista da Universidad de Antioquia. Mestre em Escrita Criativa pela Universidade Nacional da Colômbia. Doutorando na Universidad Carlos III, Madrid, Espanha. Foi coordenador do Diploma em Edição de Publicações Acadêmicas e professor da Oficina de Escrita Criativa (narrativa) da Faculdade de Ciências Humanas da Universidad Nacional da Colômbia.
E-mail: egiraldo@humboldt.org.co

Esteban Giraldo González

Editor, profesor. Editor del Instituto Alexander von Humboldt en Bogotá, Colombia. Politólogo de la Universidad Nacional de Colombia. Comunicador Social - Periodista de la Universidad de Antioquia. Magíster en Escritura Creativa de la Universidad Nacional de Colombia. Candidato a doctor en la Universidad Carlos III, Madrid, España. Fue coordinador del Diplomado en Edición de Publicaciones Académicas y profesor del Taller de Escritura Creativa (narrativa) en la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de Colombia. Correo electrónico: egiraldo@humboldt.org.co

Elea Giménez Toledo

Cientista Sénior do Conselho Superior de Investigação Científica (CSIC). Instituto de Filosofia. Diretora do Academic Book Research Group (ILIA). Doutorada e bacharel em Documentação pela Universidade Carlos III de

Madrid. É membro do Comité de Gestão da COST Action da União Europeia European Network for Research Evaluation in the Social Sciences and the Humanities (ENRESSH). Coordenadora da Plataforma Temática Interdisciplinar ES-CIENCIA do Conselho Superior de Investigação Científica. É membro da Society Area Commission, órgão consultivo do Conselho Superior de Pesquisa Científica (CSIC). Codiretor do projeto Academic Book Publishers, um registro internacional de editoras acadêmicas. *E-mail*: elea.gimenez@cchs.csic.es

Elea Giménez Toledo

Científica Titular del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Instituto de Filosofía. Directora del Grupo de Investigación del Libro Académico (ILIA). Doctora y Licenciada en Documentación por la Universidad Carlos III de Madrid. Es miembro del Comité de Dirección de COST Action de la Red Europea de Evaluación de la Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades (ENRESSH) de la Unión Europea. Coordinadora de la Plataforma Temática Interdisciplinaria ES-CIENCIA del Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Es miembro de la Comisión de Área de Sociedad, órgano consultivo del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Codirectora del proyecto Academic Book Publishers, registro internacional de editoriales académicas. Correo electrónico: elea.gimenez@cchs.csic.es

Jézio H.B. Gutierre

É atualmente professor de Filosofia da Linguagem e Filosofia da Ciência da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Desde 1995, tem colaborado com a Fundação Editora da Unesp, da qual assumiu respectivamente os cargos de editor-executivo (2000) e, posteriormente, diretor-presidente (2015). Ao longo de quase três décadas de atividade editorial, tem participado de congressos e feiras de livros, nacionais e internacionais. Desde 2017, faz parte da

diretoria da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU). *E-mail*: jezio.gutierre@unesp.br

Jézio H.B. Gutierre

Actualmente es profesor de Filosofía del Lenguaje y Filosofía de la Ciencia en la Facultad de Filosofía y Ciencias de la Universidad Estatal Paulista. Desde 1995, colabora con la Fundación Editora de la Unesp, de la que asumió respectivamente los cargos de editor ejecutivo (2000) y, posteriormente, director general (2015). A lo largo de casi tres décadas de actividad editorial, ha participado en congresos y ferias del libro nacionales e internacionales. Desde 2017, forma parte del directorio de la Asociación Brasileña de Editores Universitarios. Correo electrónico: jezio.gutierre@unesp.br

Juan Felipe Córdoba-Restrepo

Editor, professor. Doutor em História. Diretor editorial da Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia. Foi membro do Comitê Consultivo da Scielo Livros, Brasil. Foi presidente da Associação de Editoras Universitárias da Colômbia (Aseuc) e da Associação de Editoras Universitárias da América Latina e do Caribe (Eulac). Palestrante em vários eventos acadêmicos colombianos e internacionais. Foi professor da Pontifícia Universidade Javeriana e da Universidade de Antioquia. Em 2019, recebeu o reconhecimento do editor universitário ibero-americano "Rubén Bonifaz Nuño" concedido pela Universidad Nacional Autónoma do México. *E-mail*: juan.cordoba@urosario.edu.co

Juan Felipe Córdoba-Restrepo

Editor, profesor. Doctor en Historia. Director Editorial de la Universidad del Rosario, Bogotá, Colombia. Fue miembro del Comité Asesor de Scielo Livros, Brasil. Fue presidente de la Asociación de Editores Universitarios de Colombia (ASEUC) y de la Asociación de Editores Universitarios de América Latina y el Caribe (EULAC). Ponente en varios eventos académicos colombianos e internacionales. Fue profesor de la Pontificia

Universidad Javeriana y de la Universidad de Antioquia. En 2019 recibió el reconocimiento de editor universitario iberoamericano "Rubén Bonifaz Nuño" otorgado por la Universidad Nacional Autónoma de México. Correo electrónico: juan.cordoba@urosario.edu.co

Leandro de Sagastizábal

Professor de História da Universidade de Buenos Aires (UBA). Ex-diretor comercial da editora Planeta. Ex-gerente geral da Editorial Universitaria de Buenos Aires (Eudeba), do Fundo de Cultura Econômica e da editora Tinta Fresca. Ex-presidente da Comissão Nacional de Bibliotecas Populares (Conabip). Ex-diretor e professor da carreira Editorial da UBA. Pesquisador em questões de História Editorial. *E-mail*: ldesagastizabal@gmail.com

Leandro de Sagastizábal

Profesor de Historia de la UBA. Ex director comercial de la editora Planeta. Ex gerente general de la Editorial Universitaria de Buenos Aires (Eudeba), del Fundo de Cultura Económica y de la editorial Tinta Fresca. Ex Presidente de la CONABIP (Comisión Nacional de Bibliotecas Populares). Ex director y profesor de la carrera de Edición de la UBA. Investigador en temas de Historia editorial. Correo electrónico: ldesagastizabal@gmail.com

Lorena Caliman Fontes

Jornalista e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (FACOM/PósCom/UFBA). É doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade de Coimbra (UC). Colabora em projetos de Ciência Aberta integrados pela UC na área das Ciências Sociais e Humanidades. Atua na produção e disseminação de conteúdos da área da Ciência Aberta na mesma universidade (uc.pt/openscience). *E-mail*: lorecaliman@gmail.com

Lorena Caliman Fontes

Periodista y Máster en Comunicación y Cultura Contemporáneas por la Universidad Federal de Bahía (FACOM/PósCom/UFBA). Es estudiante de doctorado en Ciencias de la Comunicación en la Universidad de Coimbra (UC). Colabora en proyectos de Ciencia Abierta integrados por la UC en el área de Ciencias Sociales y Humanidades. Trabaja en la producción y difusión de contenidos de Ciencia Abierta en la misma universidad (uc.pt/openscience).Correo electrónico: lorecaliman@gmail.com

Gessilene Silveira Kanthack

Pós-doutora pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tem mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora titular (Pleno) do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), com atuação no curso de graduação em Letras, no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações e no Mestrado Profissional em Letras (Profletras). *E-mail*: gskanthack@uesc.br

Gessilene Silveira Kanthack

Post-doctorada en la Universidad Estatal del Suroeste de Bahia (UESB); Tiene Máster y Doctorado en Lingüística por la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). Es profesora titular del Departamento de Letras y Artes de la UESC, actuando en la Licenciatura en Letras, en el Programa de Posgrado en Letras: Lenguajes y Representaciones y en el Máster Profesional en Letras (Profletras). Correo electrónico: gskanthack@uesc.br

Roberto Santos de Carvalho

Especialista em Revisão de Textos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), mestre e doutorando em Letras: Lingua-

gens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). É analista universitário – Revisor de Textos na Editora da UESC (Editus). *E-mail*: rscarvalho@uesc.br

Roberto Santos de Carvalho

Especialista en Revisión de Textos de la Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), estudiante de Maestría y Doctorado en Letras: Lenguajes y Representaciones de la Universidad Estatal de Santa Cruz (UESC). Es Analista Universitario – Corrector de Editus – Editor de la UESC. Correo electrónico: rscarvalho@uesc.br

Sayri Karp Mitastein

Diretora da Editoria da Universidade de Guadalajara. Desde 2015, preside a Associação de Editoras Universitárias da América Latina e do Caribe (Eulac). Membro cofundador da Rede Altexto de Editoras Universitárias e Acadêmicas do México. Em 2018, recebeu o Mérito Editorial Universitário concedido pela Feira do Livro Universitário da Universidade Autônoma do Estado de Hidalgo e o Reconhecimento Editorial Universitário "Rubén Bonifaz Nuño" concedido pela Universidade Autônoma do México (UNAM) no âmbito da Feria Internacional del Libro de las Universitarias y los Universitarios (Filuni). Fez mestrado em Editoração no Centro Internacional de Estudos Profissionais para Editores e Livreiros, da Universidade de Guadalajara**.** *E-mail*: presidencia.eulac@gmail.com

Sayri Karp Mitastein

Directora de la Editorial de la Universidad de Guadalajara. Desde 2015 preside la Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (EULAC). Integrante cofundadora de la Red Altexto de Editoriales Universitarias y Académicas de México. En 2018 recibió el Mérito Editorial Universitario que entrega la Feria Universitaria del Libro, de la Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, y el

Reconocimiento al Editor Universitario Rubén Bonifaz Nuño que otorga la UNAM en el marco de la FILUNI. Estudió la maestría en Edición en el Centro Internacional de Estudios Profesionales para Editores y Libreros, de la Universidad de Guadalajara. Correo electrónico: presidencia.eulac@gmail.com

Os textos que compõem esta publicação trazem chamados para se pensar uma produção editorial acadêmica pautada nos pressupostos da construção coletiva, tanto de conhecimentos e saberes quanto de criação e elaboração. Também transitam pela bibliodiversidade e multilinguismo na ciência, nos convidam a observar o fazer editorial universitário e suas facetas diante de um livro que pode ser escrito em uma plataforma coletiva, acessado por meio de diferentes suportes e muitas vezes simplesmente ouvido.
Uma ótima leitura!

ISBN: 978-85-60442-05-8
9 788560 442058